

FERNANDA BEATRIZ FERREIRA DE MACEDO

**“FALANDO A GENTE ENCONTRA A SOLUÇÃO”:
ESTUDO DE CASO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS
ALUNOS E ALUNAS PARTICIPANTES DO PROJETO
CRIMES VIRTUAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED
Programa de Pós-Graduação em Educação

Orientadora: Dra. Martha Kaschny Borges
Coorientadora: Dra. Sonia Maria Martins de Melo

Florianópolis, SC
2018

FERNANDA BEATRIZ FERREIRA DE MACEDO

“FALANDO A GENTE ENCONTRA A SOLUÇÃO”: ESTUDO DE CASO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS E ALUNAS PARTICIPANTES DO PROJETO CRIMES VIRTUAIS/ FERNANDA BEATRIZ FERREIRA DE MACEDO. – Florianópolis, SC, 2018-

135 p. : il. (algumas color.) ; 30 cm.

Orientadora: Dra. Martha Kaschny Borges

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED
Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018.

1. Palavra-chave1. 2. Palavra-chave2. 2. Palavra-chave3. I. Orientador. II. Universidade xxx. III. Faculdade de xxx. IV. Título

FERNANDA BEATRIZ FERREIRA DE MACEDO

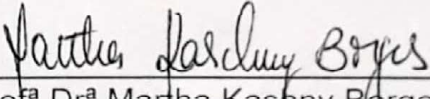
“Falando a gente encontra a solução”: Estudo de caso sobre a percepção dos alunos e alunas participantes do projeto: crimes virtuais

Dissertação julgada adequada para obtenção do Título de Mestre/a em Educação junto ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Florianópolis, 21 de agosto de 2018.

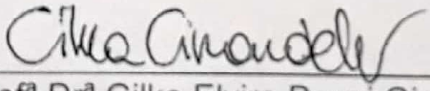
Banca Examinadora:

Presidente/a:



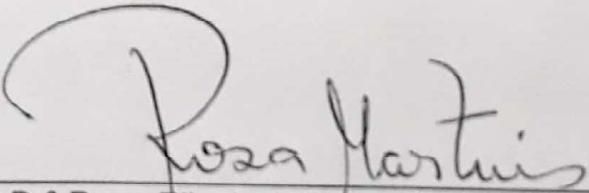
Profª Drª Martha Kashny Borges
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membro:



Profª Drª Gilka Elvira Ponzi Girardello
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Membro:



Profª Drª Rosa Elisabete Militz Wypczynski Martins
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

*Aos meus alunos e alunas:
o verdadeiro motivo pelo qual um professor deve
investir constantemente em sua formação.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à inteligência suprema e causa primeira de todas as coisas, por nos amparar sempre nos momentos de necessidade.

Agradeço a minha família pela verdade e sinceridade em nosso relacionamento, certos de que somos seres em evolução e compartilhamos de uma mesma fé: a de que somos espíritos imortais. Agradeço principalmente a meus pais: Cleusa e Vidomar Macedo pelo incentivo aos estudos e por acreditar e embarcar comigo em minhas transformações e desafios. A minha companheira de jornada (de angústias, de respostas e de boas novas) e a escolhida para juntas compartilharmos nossos momentos pela vida: Dayane. Ao meu irmão Fausto, minha cunhada Alessandra e meu sobrinho João Vitor, pois mesmo na distância física sempre torceram verdadeiramente por mim.

Às minhas duas orientadoras: Professora Dra. Sonia Martins de Melo, por ter acreditado no meu potencial e ter me escolhido para entrar no programa, e a Professora Dra. Martha Kaschny Borges, pela acolhida afetuosa e pelo aprendizado constante e tranquilo.

Aos colegas de caminhada do Grupo EDUSEX e EDUCA aqui representadas pelas mais próximas: Marcia de Freitas e Aline Zilli (EDUSEX); Diane Schlieck e Isabela Silva (Educaciber); pelas constantes trocas e cooperação, meu profundo agradecimento.

Às crianças da minha vida: João Vitor (meu sobrinho), João Victor e João Miguel, a verdadeira inspiração e motivação para continuar a árdua tarefa de estudar e aprender sempre mais, para possibilitar um mundo melhor para vocês.

Aos meus alunos (motivo principal da pesquisa) por suas contribuições, dúvidas, elogios e palavras de incentivo. Obrigada por me esperarem e apoiarem nestes dois anos de aprimoramento.

À Equipe Pedagógica da Escola Básica Municipal José do Valle Pereira, aqui representada pela Diretora Leticia Sens, professores e funcionários que tenho orgulho de chamar de colegas, companheiros de caminhada e luta por uma educação pública de qualidade.

Às minhas amigas “Educomunicadoras VIPs” que por um aplicativo de conversa fizeram nossa amizade se fortalecer, onde até a distância encurtou nossos laços de carinho e preocupação umas com as outras: Diane, Andressa, Fabíola, Fernanda Lino, Cátia e muito especial a Raquel Valduga, amiga e parceira desde o primeiro dia de Prefeitura e de cargo, pessoa que tenho um imenso carinho e admiração.

À Prefeitura Municipal de Florianópolis pela liberação e dedicação exclusiva aos estudos nestes dois anos de caminhada.

Aos docentes do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, aqui em especial ao Professor Dr. Lourival Martins e Professora Dra. Gladys Teive, que repassaram aqueles conhecimentos iniciais e fundamentais que se tornaram a base referencial para o decorrer do curso.

Às Professoras da banca de qualificação e defesa: Dra. Gilka Girardello, Dra. Rosa Martins e Dra. Geovana Lunardi meu agradecimento às contribuições sinceras, sempre pertinentes ao trabalho; levo-as comigo agora na minha prática em sala de aula.

“A educação é um ato intransitivo, quer dizer, o educador não pode transformar a outrem que não esteja se transformando no próprio trabalho de ensinar. Por isso é que ele, ao ensinar, ele aprende.”

Álvaro Vieira Pinto

RESUMO

Esta dissertação fruto da linha de pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologia, teve como tema principal de pesquisa a percepção dos alunos e alunas participantes de um projeto escolar sobre Crimes Virtuais, realizado no ano de 2015, em uma Escola Básica Municipal de Florianópolis/SC, em relação às suas ações nas redes sociais digitais. Vale ressaltar que a pesquisa é resultado da reflexão e leituras de dois grupos de pesquisa: Edusex e Educaciber. O questionamento levantado com esta foi: qual a percepção dos estudantes que participaram deste projeto? O objetivo principal foi investigar as percepções destes alunos e alunas participantes do projeto, no que diz respeito às suas ações nas redes sociais digitais. Os autores utilizados para confecção do quadro teórico foram: Latour (1994, 2016, 2012), Santaella (2013, 2004, 2010, 2015, 2018), Lemos (2002, 2013), Freire (1986, 2014, 2016), Colli (2010), Borges (2016, 2017, 2007) e Melo (2004, 2002). Inicialmente realizamos uma revisão na literatura sobre os conceitos: ciberespaço, Teoria Ator-Rede (TAR), redes sociais digitais e crimes virtuais. A seguir, identificamos nos registros dos documentos de memória do Projeto “Crimes Virtuais” os tipos de crimes mais discutidos no projeto e como foram abordados. E, por último, consideramos, a partir da escuta e da análise do discurso dos alunos e alunas, a percepção dos participantes do Projeto em análise, no que diz respeito às suas ações das redes sociais digitais. Para tanto, realizamos uma pesquisa quanti-qualitativa, do tipo estudo de caso, cujos dados foram obtidos por meio da utilização de questionário (aplicado aos 150 estudantes participantes do projeto no ano de 2015) e por meio da realização de grupo focal. Com as falas dos alunos emergiram cinco categorias e, entre os resultados mais significativos, observamos o perigo que estes alunos estão expostos e como o projeto em muitos momentos foi o mediador e responsável pelas transformações no comportamento dos alunos e alunas.

Palavras-chave: Ciberespaço. Teoria Ator-Rede (TAR). Redes sociais digitais. Crimes virtuais.

ABSTRACT

This dissertation was the result of the research line Education, Communication and Technology, whose main research theme was the perception of the students participating in a school project on Virtual Crimes, held in 2015 at a Municipal School in Florianópolis / SC, in relation to their actions in digital social networks. It is worth mentioning that the research is the result of the reflection and readings of two research groups: Edusex and Educaciber. The question raised with this was: what is the perception of the students who participated in this project? The main objective was to investigate the perceptions of these students in the project, regarding their actions in digital social networks. The authors used to make the theoretical framework were Latour (1994, 2016, 2012), Santaella (2013, 2004, 2010, 2015, 2018), Lemos (2002, 2013), Freire (1986, 2014, 2016), Colli), Borges (2016, 2017, 2007) and Melo (2004, 2002). Initially, we conducted a literature review on the concepts: cyberspace, actor-network theory (TAR), digital social networks and virtual crimes. Next, we identified in the records of the "Virtual Crimes" Project's memory documents the types of crimes most discussed in the project and how they were addressed. And, finally, from the listening and analysis of the students' discourse, we consider the perception of the participants of the Project under analysis, regarding their actions of digital social networks. To do so, we conducted a quantitative-qualitative research, of the case study type, whose data were obtained through the use of a questionnaire (applied to the 150 students participating in the project in the year 2015) and through a focus group. With the students' statements, five categories emerged and, among the most significant results, we observed the danger that these students are exposed and how the project in many moments was the mediator and responsible for the transformations in the behavior of the students.

Keywords: Cyberspace. Actor-network theory (ART). Digital social networks. Virtual Crimes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Imagens do campo de pesquisa	60
Figura 2 – Crimes mais marcantes/significativos	72
Figura 3 – Conversou com alguém sobre o projeto?	73
Figura 4 – Conversou com quem?	73
Figura 5 – Conhece alguém que praticou crime virtual?	74
Figura 6 – Qual crime virtual?	75
Figura 7 – Sobre <i>Deep Web</i>	89
Figura 8 – Camadas da <i>Deep Web</i>	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese com os resultados encontrados por banco de dados	43
Quadro 2 – Trabalhos encontrados que têm proximidade com a pesquisa	44
Quadro 3 – Números do projeto	69
Quadro 4 – Temas mais marcantes do projeto	71
Quadro 5 – Apelido, série e idade dos escolhidos para o grupo focal	79
Quadro 6 – Categorias Desveladas	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações
CAPES	Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior
CEAD	Centro de Ciências de Educação a distância
CNPQ	Conselho Nacional de desenvolvimento científico e tecnológico
EBM	Escola Básica Municipal
ECT	Educação, Comunicação e Tecnologia
EDUCACIBER	Grupo de pesquisa Educação e Cibercultura CNPq/UDESC
EDUSEX	Grupo de pesquisa formação de educadores e educação sexual CNPq/UDESC
FAED	Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina
GEC	Gerência de Educação Continuada
PC	Pensamento Crítico
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
PPGE	Programa de Pós Graduação em Educação
RSD	Redes Sociais Digitais
TAR	Teoria Ator-rede
TD	Tecnologias digitais
TDIC	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	COMO TUDO COMEÇOU: OS MOTIVOS PARA CAMINHAR	23
2	CÚMPLICES DA PESQUISA, APROFUNDANDO CONCEITOS NOR- TEADORES	41
2.1	Busca sistemática: caminhos trilhados por outros autores	41
2.2	Ciberespaço, onde a cibercultura se efetiva	45
2.3	Teoria ator-rede - TAR, fundamentos conceituais	49
2.4	Redes sociais digitais (RSD), atores e conexões	53
2.5	Crimes virtuais, o foco	55
3	METODOLOGIA: EXPLICANDO O PERCORRIDO	59
3.1	O campo de pesquisa e o projeto “crimes virtuais”	59
3.2	Estrutura metodológica	65
4	RESULTADOS DA PESQUISA: EM BUSCA...	69
4.1	“Atacar o mal pela raiz”: análise do questionário	69
4.1.1	Conversar + falar = resolução	76
4.1.2	Orientar e conscientizar para o uso seguro	77
4.1.3	A internet não é um lugar tão seguro assim	77
4.2	“... Porque não é uma aula de ensino somente”: análise do grupo focal	78
4.2.1	Lembranças de 2015: prevenção e participação	80
4.2.2	O perigo iminente descoberto: “... na internet é mais fácil tudo, xingar e até mesmo sacanear”	82
4.2.3	Reflexos de um currículo oculto: a percepção sobre a dimensão sexualidade	90
4.2.4	O projeto como mediador: mudança nas ações e associações	94
4.2.5	E se fizéssemos novamente? Ou, fala mais professora...	96
5	DIÁLOGOS FINAIS: VERDADES PROVISÓRIAS PARA JAMAIS CON- CLUIR...	101

REFERÊNCIAS	107
APÊNDICE A – PLANEJAMENTO DO PROJETO CRIMES VIRTU- AIS 2015	113
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELOS/AS ALU- NOS/AS	117
APÊNDICE C – ROTEIRO QUESTÕES GRUPO FOCAL	121
ANEXO A – ORIENTAÇÕES PARA OBTENÇÃO DO ASSENTIMENTO INFORMADO	123
ANEXO B – TERMO DE ASSENTIMENTO	127
ANEXO C – CONSENTIMENTO PARA FOTOGRAFIAS, VÍDEOS E GRAVAÇÕES	129
ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARE- CIMENTO (PAIS E/OU RESPONSÁVEIS)	131
ANEXO E – OFÍCIO ENCAMINHAMENTOS DE PESQUISA GEC/PMF133	

1 COMO TUDO COMEÇOU: OS MOTIVOS PARA CAMINHAR

Sou educadora, sempre fui. Hoje, oficialmente professora, confesso que lutei muito contra essa minha vontade. Sempre senti que estava na profissão errada – como administradora, da minha primeira graduação –, porém meu comprometimento profissional e pessoal acovardavam uma possibilidade de mudança. Sempre estudei, a leitura foi minha paixão adolescente: o cotidiano, outras culturas e histórias diversas eram minhas favoritas.

Considero-me fruto de minhas escolhas, meu convívio familiar e com os grupos que convivi: escolas, faculdades, amigos, vínculos afetivos, etc. Sou a filha caçula, tenho um irmão seis anos mais velho. Somos de origem humilde: mãe professora, pai motorista de táxi. Fomos criados na maior parte do tempo por nossa avó materna, que supria as ausências de nossos pais em decorrência da dedicação excessiva ao trabalho.

Sempre sonhei com uma sociedade mais justa e igualitária. Tinha preocupação com o outro, com coisas maiores, sentia que a profissão de administradora não me faria atingir um número maior de pessoas. Mas a adolescente, filha de professora, não queria repetir o cotidiano da mãe que saía cedo, voltava tarde, sempre cansada e atarefada da escola. Quase sempre o sinal de sua presença era observado com uma marca de batom, deixada pelas manhãs, ao sair para mais um dia de trabalho. Pouco via minha mãe, principalmente nos momentos de graduação, especialização e mestrado, pelos quais ela me passou sua dedicação aos estudos e às leituras, que sempre foram motivo de orgulho, maior que suas ausências. Sempre fui fã de minha mãe, ela foi de um tempo no qual as mulheres não eram bem-vindas nos espaços de trabalho e sempre teve o sonho de ser professora, o que conseguiu realizar, após os filhos estarem crescidos e com a ajuda de sua mãe, que cuidava do lar na sua ausência.

Por isso, minha avó foi referência de maternidade, no sentido de alimentação e acompanhamento da escolarização. Era ela que se preocupava com meu bem-estar físico e emocional diariamente. Não existiu criatura mais machista que minha avó, fato este que era constantemente observado nas explicações entre o que eu podia e o que o meu irmão podia fazer. A explicação era simples: “ele pode porque ele é homem (...)”. Nunca engoli esta máxima, isto era pouco desde cedo e não me conformava com esta explicação, argumentava, pedia motivos e, nada de esclarecimentos que suprissem a minha necessidade de saber. Era calada, e me mandavam calar quando os argumentos acabavam. Não entendia porque homens e mulheres tinham diferenças na criação, queria fazer o que meu irmão fazia, ir aonde ele ia, a admiração era tanta que a curiosidade me tornou a caçula chata que seguia o irmão pelos lugares. Nada proibido: brincadeiras,

conversas, era isso que eu queria fazer também, mas fui preservada de certa maneira. Como menina minhas brincadeiras eram no quintal com os vizinhos e até onde minha imaginação pudesse me levar.

A curiosidade sempre me acompanhou, lembro que na infância pedia explicações, mesmo mitológicas e recheadas de crenças, estas histórias eram repetidas exaustivamente a meu pedido. Sempre vivi na cidade de Florianópolis, minha família é nativa desta cidade, meus bisavós maternos vieram de Portugal e da Itália. Sempre convivi com as figuras folclóricas da ilha: bruxas, lobisomens, histórias fomentadas por meus familiares, que até hoje me exercem fascínio. Como professora, busco preservar esta cultura nas turmas que leciono, tenho esta preocupação com a origem e o passado, enfim, a história de nosso povo.

Meu pai tem pouca escolarização, apenas cursou os anos iniciais, mas é prova viva de que aprendemos com o meio e pela necessidade, tem o raciocínio matemático mais objetivo e rápido que já observei. Suas qualidades mais admiráveis são: dedicação pelo trabalho, comprometimento e honestidade com o outro, a ponto de qualquer objeto esquecido no seu táxi virar uma caixa eterna de “achados e perdidos” em seu porta-malas.

Minha avó foi mãe para mim e meu irmão. Mulher guerreira, fruto de uma educação repressora que reproduziu até os últimos dias de sua vida. Pessoa mais machista que já convivi (repito), mas minha contadora de histórias preferida, leitora voraz de livros diversos, que fazia questão de relatar os capítulos e enredos, talvez, por esse motivo, faleceu lúcida. Transmitiu sua vivência através de seus “causos”, teve dezesseis irmãos, três filhas, um marido, que se separou em um tempo que isso era vergonhoso, imoral e errado. Sofreu a retaliação da família, teve as filhas como suporte, morreu sem nenhum bem material, mas com a sensação de dever cumprido (penso eu).

Entendo que falar das pessoas que me cercam e cercaram é dar pistas de quem sou. Sou fruto destas relações, tenho muito destas pessoas. Minha paixão pela tecnologia surgiu da convivência com meu irmão, que teve seu primeiro computador na década de noventa. Tenho lembranças de ir até o quarto dele só para ficar olhando para aquele aparato. Jogos e vídeo games eram seu hobbie juntamente com esportes coletivos, elementos estes que trago fortemente na minha prática como educadora e gosto pessoal.

Penso que já dei dicas de que tive uma infância feliz e uma adolescência tranquila. Estudei em um dos maiores colégios católicos da cidade com uma educação rígida, na qual disciplina era a principal regra local. O poder aquisitivo dos meus colegas de sala era superior ao meu, mas compreender o esforço da minha família por me oportunizar uma educação, dita de qualidade,

foi a grande lição que tiro. Ninguém do meu convívio daquela época optou em ser professor, confesso que me deixei influenciar e fiz vestibular para Administração de Empresas. Abracei esta profissão com carinho e dedicação, comprometimento que me acompanha desde sempre no que estou determinada a fazer.

Após um ano de faculdade de Administração, minha mãe propôs que eu cursasse duas faculdades, sem ter que trabalhar ou fazer estágio, foi quando iniciei o curso de Pedagogia na UFSC, onde três anos após tive que trancar para terminar meu estágio curricular em Administração e, assim, finalizar a faculdade. A Pedagogia ficaria aguardando o momento certo. Hoje percebo que necessitava, como pessoa, de todo esse processo, de todas essas experiências, para me tornar o ser humano que sou.

Na Administração cheguei ao topo da profissão rapidamente. Em pouco tempo já era uma executiva, coordenava equipes, tinha uma rotina exaustiva, quase nenhum descanso ou férias programadas. Era praticamente uma “missionária”, vivia disto e para isto, pessoas dependiam das minhas decisões, tinha muita responsabilidade, mas eu gostava, até perceber que tinha me tornado uma pessoa triste, sem motivação e expectativas. Meu trabalho era bem feito, porém atingia poucas pessoas, gostaria de um maior alcance, um motivo a mais para perder férias e descansos, fazer a diferença, contribuir para minimizar as desigualdades do mundo. Sempre fiz várias coisas ao mesmo tempo, nunca parei de ler e estudar, foi neste momento que decidi dar seguimento à faculdade de Pedagogia. Necessitava naquele momento da vida de uma motivação para continuar trabalhando, nem que fosse por conta da vontade ou do sonho de uma possibilidade de mudança.

Assim, passei e retomei no ano de 2004 o Curso de Pedagogia, na UDESC. Ao entrar na sala no primeiro dia de aula, a disciplina era “Educação e Sexualidade” com a Professora Dra. Edna Silva. Foi um encontro de almas ou de propósitos, não sei, ali percebi o porquê do trajeto para chegar àquele fim; paixão à primeira vista a um dos assuntos que tornaria a ser uma paixão em minha vida. Tudo começava a fazer sentido, “o certo escrito em linhas tortas”.

Segui a faculdade inteira estudando e trabalhando no que me fornecia o sustento, cheia de incertezas, sonhos e planos. Foi neste tempo que conheci o Feminismo, Simone de Beauvoir e a Professora Marlene de Fáveri, com a qual participei de um grupo de estudos sobre esta temática (na época não eram tempos de rede sociais e de compartilhamentos, mas o tema sempre foi desejo de aprofundamento). Quase no fim da faculdade o desejo de mudança se misturou ao meu temor. Medo e insegurança foram companheiros quando necessitei fazer o estágio curricular em uma escola. O que fazer? Desisto de tudo? Largo tudo? Estas questões passavam pelo financeiro, pois já tinha um salário condizente com a função e digno, para quem já trabalhava há oito anos

na área. Confesso que foi uma das decisões mais difíceis a ser tomada na minha curta vida, não só pela questão material e financeira, mas pelas incertezas que me aguardavam. Sempre soube – e os meios de comunicação jamais me fizeram esquecer –, que o salário de professor está bem aquém do que merecemos, entretanto, sempre me senti empurrada e amparada a tomar esta decisão de mudança. Assim, abandonei a Administração de Empresas pelo desejo de me tornar Professora.

Após a formatura de Pedagogia passei em um Concurso para a Prefeitura Municipal de Florianópolis, para o cargo de Professor de Tecnologia Educacional, um cargo relativamente novo e cheio de dúvidas a respeito do trabalho deste profissional na escola. Neste meu período ocioso, pude me dedicar integralmente aos estudos, cursei a especialização em Educação a Distância, o que me possibilitou a aproximação com as tecnologias e o uso das mídias em salas de aula.

Iniciei meus trabalhos como professora efetiva da Rede Municipal de Florianópolis no ano de 2011, em uma Escola Rural, com pouco menos de 400 alunos. Nesta escola foi onde aprendi, ou melhor, entendi a expressão “funcionário público”. Escola pública, estrutura precária, eram computadores sucateados em uma sala úmida em formato de “U”, extremamente fria e pouco atrativa aos alunos. Oficialmente não era aquilo que eu sonhava, pensava se tinha valido a pena sair do conforto do escritório para “encarar” de 25 a 30 crianças curiosas e sedentas para aprender na frente de um computador. Naquele primeiro ano confesso que tive um trabalho mais introspectivo, precisava me ambientar, refletir mais sobre o uso das tecnologias, do computador, aprender o uso pedagógico e sua utilidade de fato para aquelas crianças, tão carentes de conhecimento e esclarecimentos.

No ano seguinte (2012), já mais motivada e ajustada com a sala informatizada e suas possibilidades, me obriguei a ousar, inventar, projetar. Nosso principal ambiente na escola era a sala informatizada, mas a explorávamos por inteiro, fazíamos rodas de conversas (Paulo Freire os chamava de Círculo de Cultura), e o foco era o uso da tecnologia. Todavia, como educadora, precisava instigar as possibilidades da utilidade e do conceito de tecnologia. Assim, acreditava que me sentia mais justa e verdadeira com eles, conceituando, ambientalizando e situando estes pequenos no universo onde eles estavam adentrando. A internet abria um mundo de possibilidades, mas pode transformar os indivíduos em alienados (sempre tive essa máxima comigo como cidadã pensante). Sempre refleti como professora que tudo tem que ser dialogado e instruído, não colocado “goela abaixo”.

Sempre pensei no uso das tecnologias como sendo também algo político (no sentido

restrito), uma caridade de alguns governantes. Seria assim: apenas noticiamos que nossas crianças aprendem com computadores e pronto? Isso basta? É o suficiente? Algo na minha inexperiência sempre me disse que isso não era o bastante. Como pensar em seres autônomos e capazes de reflexão se somente colocarmos uma máquina na frente deles? Nunca fez sentido a tecnologia pela tecnologia, pois sempre percebi que eles sabiam mais do uso das máquinas do que eu, a professora. Ensinar somente o uso da máquina não era o suficiente para o meu cargo de Professora de Tecnologia Educacional.

Portanto, construindo e desconstruindo conceitos, buscando maneiras de ensinar e aprender com as tecnologias é que fui juntando conceitos, comportamentos e o uso de computadores e *internet* para melhorar a qualidade do ensino dos alunos nesta escola rural. Assim, surgiu o projeto “Segurança na *Internet*” que, com o auxílio de vídeos e situações expostas na mídia, entramos em assuntos delicados com os alunos dos quartos anos. Assuntos habituais do uso das redes eram discutidos e trazidos para a sala de aula, de modo a problematizá-los sobre a melhor maneira de usar a *internet* e conviver com as pessoas no mundo virtual. Lembro-me do dia que passei o vídeo de três meninas na piscina, uma situação constante e habitual, na qual uma delas postou uma foto na rede social e um garoto recortou a que estava de biquíni e postou em um site de prostituição. Esse vídeo gerou pequenos conflitos entre as meninas e meninos da sala. Um pequeno júri de culpados e inocentes foi instaurado e, mais uma vez, a problematização deste momento nos revelou que não existe certo e errado. Percebi ali que eles competem desde o útero, algo intrínseco talvez os incentivemos em nossas abordagens ao embate, a competição, ao ganhar sempre e em tudo. Têm pouca empatia e compaixão com o outro, era preciso trabalhar estes valores; como um trabalho de “formiguinha”. Fui cada vez mais me apaixonando por ser essa formiga mãe que lançava situações problemas para que eles, por meio do diálogo, adquirissem essa emancipação em sua aprendizagem, ainda que fosse construindo suas formas de ser e pensar em sociedade, pois estar na rede é estar entre pessoas, algo que as crianças em formação esquecem. Atrás das máquinas (na grande maioria das vezes) existem pessoas com sentimentos e julgamentos. Questionamos: de fato somos na vida o que somos nas redes? O que existe nas telas que nos empodera e também nossas palavras digitadas nas redes?

Dois anos depois já transferida para outra escola (2015), continuei a minha “lida” na sala Informatizada, só que desta vez em um bairro urbano, com um número maior de alunos e maiores desafios. As crianças poderiam ser diferentes, mas constatei que todas estavam carentes de alguém que as escutassem e abordasse assuntos que a maioria considerava “rotineiros”, porém, por inúmeros motivos e causas, necessitávamos falar. Inspirada pelo programa de televisão

“Profissão Repórter” que falou certo dia sobre Crimes Virtuais e mais uma situação de *sexting*, acontecida com uma aluna na escola, surgiu um novo Projeto, intitulado: “Crimes Virtuais”. Desta vez, mais longo e com mais turmas: os quartos e quintos anos, cerca de 150 alunos.

Iniciamos este novo projeto, com os alunos, aprofundando os conceitos habituais como: tecnologia, a *internet* e sua história, GPS (*Global Positioning System*), satélites, invasão de computadores, roubo de senhas, antivírus, hackers, crimes virtuais e crimes de ódio usando a *internet*. O projeto ia surgindo e, em cada aula um desafio, uma história que era trazida pela professora ou um caso real de algum aluno ou da mídia, principalmente quando entrávamos nos motivos de crime de ódio (raça, gênero, orientação sexual, etnia e grupo social). Lembro-me que um dia, em meio a várias discussões que fazíamos (todas sadias e reflexivas, a propósito), surgiu a necessidade de sabermos os significados de: injúria, calúnia e difamação; neste momento estava eu na coordenação das atividades e eles como se fossem alunos da primeira fase de direito, prontos para defender seus “clientes”.

Conhecendo o que era ou não era um ato ilícito junto ao uso das redes sociais digitais, os alunos fizeram descobertas e quiseram, por vontade própria, divulgar entre os demais alunos da escola suas pesquisas, por meio de uma campanha que abordasse as categorias que são passíveis de crimes de ódio. Foi um resultado muito positivo entre a comunidade escolar, tivemos agradecimentos de pais, reconhecimento da Prefeitura e o que é principal de retorno de uma abordagem feita com os alunos, as descobertas e suas experiências sendo compartilhadas, enfim, modificadas pela exposição e depoimentos de outros professores. Concretizamos assim, uma educação dialógica, como diria Freire (1987, p. 67) “não pode ser a do depósito dos conteúdos, mas a da problematização dos homens em sua relação com o mundo”.

O ambiente das Salas Informatizadas pode ser um “escape ou um passatempo” para muitos educadores, mas sempre enxergamos possibilidades de uso deste ambiente para trabalhar diversos assuntos ditos “delicados”. Experimentamos várias situações de crimes virtuais que estavam acontecendo entre eles e comprovadamente o uso da sala, ou apenas por estar em um ambiente repleto de computadores, a troca apareceu e os momentos de uso em casa foram compartilhados. Na sala informatizada, a prática do cotidiano caseiro de cada um vinha à tona; brincadeiras, jogos preferidos, etc. Nossa abordagem foi utilizar o concreto, o vivido, em casa e com os amigos. A sala reproduzia a casa e sanava os questionamentos de adolescentes que iniciam sua “vida virtual”. Era dessa maneira que nos propusemos sempre a trabalhar. Talvez de maneira instintiva, mas penso que assim esboçava a minha forma de intuir o mundo e que, ao me tornar professora e estar envolvida com o uso constante das tecnologias na escola, sempre

acreditaria e lutaria pela possibilidade de mudança. Assim, de alguma forma estava ciente de que o uso das tecnologias nos modifica e nós modificamos/aprimoramos estas em uma relação dialética e constante entre humanos e não-humanos (LATOURE, 2012).

No ano de 2016, segundo semestre, fui aprovada no processo seletivo de Mestrado em Educação e como desejo de pesquisa, gostaria de reviver este projeto. A dúvida estava e está aqui quando faço e refaço vários questionamentos: o projeto contribuiu para sensibilizar esses alunos e alunas? O sentimento da professora de êxito, de dever cumprido, de algo que foi significativo, foi o mesmo dos alunos? O que pensam esses alunos sobre as idas ao espaço das salas informatizadas após essa vivência do Projeto “Crimes Virtuais”? O que permanece de mensagens sobre a abordagem do Projeto Crimes Virtuais nestes alunos e alunas? E se fizéssemos hoje novamente o Projeto, o que seria diferente ou permaneceria? A curiosidade de professora e de agora mestranda/pesquisadora contaminou a orientadora e a coorientadora, que embarcaram nesta jornada de descobertas e que, espero, auxiliem professores em ações futuras ao lidar com estas questões nos espaços pedagógicos.

Sendo assim, por todo o exposto, definido estava então nosso **tema de pesquisa**: a percepção destes alunos e alunas participantes do Projeto “Crimes Virtuais” com relação as suas ações nas redes sociais virtuais.

Iniciaremos nossa caminhada expondo os motivos que formaram a problemática, isto é, o que nos incentivou a trilhar por esta temática. Entre as grandes invenções e avanços ligados às tecnologias está a internet. Sem dúvida ela nos facilitou e trouxe modificações ao nosso cotidiano, de modo que hoje não viveríamos mais sem ela. Corrêa (2000) conceitua a *internet* como:

(...) um sistema de rede de computadores interligados a nível global, a qual possibilita a comunicação e a transferência de arquivos de uma máquina a quaisquer outras conectadas na rede, possibilitando assim, um intercâmbio de informações sem precedentes na história, de forma rápida, eficiente e sem as limitações de fronteiras geográficas, culminando na criação de novos mecanismos de relacionamento. (CORRÊA, 2000, p.135)

A *internet*, assim como um número expressivo de invenções, teve sua criação inicial para fins bélicos. Durante a Guerra Fria, entre a antiga União Soviética e os Estados Unidos, a *internet* foi criada com objetivo de ter mais segurança nas transmissões de informações. O ano era 1969 e seu nome era ARPAnet, a mãe da internet que conhecemos hoje (CORRÊA, 2000).

Com isso, a sua disseminação entre os estabelecimentos e lares foi rápida. Hoje nos celulares, com uso facilitado, nos tornamos dependentes do seu uso. Segundo pesquisa do Portal

Brasil¹, 100 milhões de brasileiros acessam a *internet*, o que corresponde a 58% da população, sendo que destes 89% acessam pelo celular. Sem dúvida, a ampla comercialização, facilidades no pagamento e do acesso à banda larga nestes dispositivos móveis facilitaram, e muito, o uso da rede mundial de computadores.

A *internet* não possui um órgão governamental que a regule, apenas o código TCP/IP que permite a comunicação e o rastreamento dos aparelhos eletrônicos. Após os ataques de 11 de setembro, a comunidade europeia criou uma convenção com intenção de estabelecer pilares sobre os crimes acontecidos na *internet* e controle destes delitos, uma vez que a *internet* não possui fronteiras (TAVARES e DOS REIS, 2015).

Um fenômeno natural ocorre: cresce o número de usuários da *internet*, aumentam os problemas relacionados ao uso constante destas redes sociais digitais. Um destes problemas que passamos a conviver são os crimes virtuais ou *ciber Crimes*. Podemos usar diversas nomenclaturas para esses tipos de crimes: crimes virtuais, digitais, informáticos, telemáticos, de alta tecnologia, por computador, fraude informática, delitos cibernéticos, entre outros.

Na década de 1970 apareceram os primeiros casos de crimes informáticos utilizando computadores. Manipulações de dados, espionagem, sabotagens eram alguns dos casos mais comuns neste período. Na década de 80, houve uma crescente nestes casos de crimes, mas os alvos foram caixas eletrônicos, manipulações bancárias e pirataria de programas de computador (TAVARES e DOS REIS, 2015).

Hoje, além das fraudes financeiras, os prejuízos passaram a ser emocionais, pois a tipificação dos crimes ampliou-se. *cyberbullying*², *sexting*³, *grooming*⁴, crimes contra honra utilizando meios eletrônicos como: calúnia, difamação e injúria; são alguns exemplos ou justificativas para que este tema seja levado aos espaços escolares como medida de prevenção destes delitos.

Em 2016, 42,4 milhões de brasileiros foram vítimas de crimes virtuais, segundo dados da

¹ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2016/09/pesquisa-revela-que-mais-de-100-milhoes-de-brasileiros-acessam-a-internet> - acesso em julho 2017.

² A palavra bullying tem origem na língua inglesa e faz referência a bully, que entendemos como “valentão”, aquele que maltrata ou violenta de forma constante outras pessoas por motivos supérfluos. É justamente esse ato de maltratar ou violentar o outro de forma sistemática e repetitiva que é denominado bullying. Falamos de cyberbullying, então, quando a agressão se passa pelos meios de comunicação virtual, como nas redes sociais, telefones e nas demais mídias virtuais. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/cyberbullying.htm> - acesso em março de 2018.

³ *Sexting* é o envio, postagem, recebimento e compartilhamento de imagens (fotos/vídeos) íntimas ou de mensagens excitantes ou ainda de uma imagem sua, seminu ou nu por meio do celular e das mídias eletrônicas (computador, redes sociais, *Internet*), numa perspectiva da exposição indevida, sem consentimento (FIGUEIREDO, 2016, p. 14).

⁴ O *grooming on-line* – aliciamento de crianças e jovens através da internet. Branca, Grangeia e Cruz (2016, p 01).

Norton⁵, gerando um prejuízo de 10 bilhões de reais. Não temos notícias boas quanto a estes crimes, somos o quarto país em vítimas⁶, e os números de casos destes crimes são expressivos. Segundo Patrícia Azevedo⁷, uma jornalista que usa dados obtidos na Norton (a famosa empresa de antivírus), o crime cometido na *internet* superou o tráfico de drogas e armas e é hoje a atividade ilícita mais lucrativa. Segundo a Norton, os bandidos virtuais movimentam mais dinheiro em todo o mundo que o narcotráfico.

Corrêa (2000, p.69), conceitua Crimes Digitais como: “todos aqueles relacionados às informações arquivadas ou em trânsito por computadores, sendo esses dados acessados ilícitamente, utilizados para ameaçar ou fraudar, para tal prática é indispensável à utilização de um meio eletrônico”. Assim, este tipo de delito é mais comum do que imaginamos, temos verdadeiras quadrilhas especializadas por trás destas ilicitudes.

Portanto, abordar crimes virtuais é falar em prevenção a estas práticas que violam os direitos humanos e deixam profundas marcas em nossas crianças e adolescentes. A *internet* pode ser uma aliada dos direitos humanos, ajudando a promover a liberdade de expressão e o uso ético/responsável de todo este aparato de possibilidades. Quando, como educadores, nos comprometemos a contribuir com a formação de cidadãos críticos e autônomos, nos referimos aos direitos e deveres, no caso, também virtuais.

Novas tecnologias, nova infância? Sabemos que o mundo se modificou, não fazemos mais as coisas como antigamente, a tecnologia digital virou nossa essencial companheira, a cada novidade nos adequamos ao uso e a tornamos indispensável para nosso cotidiano. Hoje a tecnologia faz parte da vida das crianças e adolescentes desde o seu nascimento, a rapidez da evolução dos novos equipamentos é tamanha que eles entram na nossa vida, banalizam e se tornam obsoletos rapidamente. Assim, as crianças como seres históricos, acompanham as atualidades e hoje sabemos que fazem isso com mais agilidade e propriedade (BORGES e AVILA, 2015).

A pesquisadora Paula Sibilía (2012), em seu livro *Redes e Paredes*, nos faz refletir sobre a escola nos tempos atuais. Segundo suas pesquisas, atualmente a escola estaria fora de foco, incompatível com as crianças. Assim, se tivéssemos congelado um professor e um cirurgião por 100 anos e eles fossem descongelados nos dias de hoje, o cirurgião estaria em um ambiente

⁵ Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/releases-ae,crimes-virtuais-afetam-42-milhoes-brasileiros,70001644185> – acesso em julho de 2017.

⁶ Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/tecnologia/2013/11/21/interna_tecnologia,472182/brasil-e-o-quarto-pais-em-vitimas-de-crimes-virtuais.shtml - acesso em julho de 2017.

⁷ Disponível em: <http://www.rac.com.br/noticias/campinas-e-rmc/79127/2011/03/29/cibercrime-avanca-e-ja-supera-o-trafico-de-drogas.html> - acesso em julho de 2017.

desconhecido, mas os professores estariam no mesmo ambiente e fazendo as mesmas coisas.

A escola foi criada para homogeneizar os cidadãos, o Estado precisava de uma instituição que garantisse a preparação dos indivíduos para um projeto maior, com o apoio do governo e da família. O objetivo da instituição escola naquela época (100 anos atrás) era modelar as crianças, disciplinar, moralizar, adestrar, civilizar. Após a Segunda Guerra Mundial, um novo estilo de vida surge com as TIC – tecnologias de informação e comunicação - novas formas de ser e de fazer, a cultura da imagem e o excesso de informações (SIBILIA, 2012). Com as redes sociais digitais, questionamos o que é privado e público, ou perdemos essa noção, criamos novas subjetividades, tiramos o valor de determinadas instituições, assim a velocidade das informações e o fácil acesso a ela, isto é a modernidade líquida tem suas consequências. E a escola? Afinal, para que a escola? Em tempos onde não temos tempo para interpretação e a comunicação, frente à impotência dos docentes. (SIBILIA, 2012; LEMOS, 2002; LÉVY, 1993; BAUMAN, 2001).

Neste contexto, autores analisam a mudança no perfil cognitivo dos leitores ao longo da história das tecnologias intelectuais (SIBILIA, 2012; LEMOS, 2002; LÉVY, 1993; SANTAELLA, 2013). No século XV o livro foi inventado no período pós-revoluções, mas o mercado do livro, que tinha o romance como seu grande gênero, teve grande alcance no final do século XVIII, com o sistema capitalista. Neste tempo a leitura era silenciosa, feita em locais apropriados (salas, bibliotecas), assim a leitura e escrita eram fundamentais, era necessário fomentar um diálogo consigo mesmo, como uma espécie de devoção, características do leitor contemplativo descrito por Santaella (2013). A leitura neste período histórico era uma espécie de devoção, as casas divididas e a escola eram compatíveis com os sujeitos da época (SIBILIA, 2012).

E hoje? Com as tecnologias digitais, estamos convivendo com um novo aluno, um novo sujeito, deixamos de ser aquele sujeito que lê em silêncio, que contempla a leitura e a escrita e agora passa a ter uma relação mais efêmera, mas não menos eficaz, por meio das redes sociais digitais. Sem dúvida, pensar a escola num contexto como este, é desafiador. Como ensinar a ler e escrever criticamente, quando os alunos têm outros hábitos de leitura, outros perfis cognitivos? (SANTAELLA, 2013)

Os objetos diminuíram de tamanho e evoluíram com muita rapidez, todos têm acesso a alguma tecnologia neste sentido. Mesmo sem consciência, não podemos escapar ao seu alcance. Assim, como ser professor, educador ou pais, num mundo ultrarrápido como este? Não temos tempo nem de refletir sobre o uso, ou fazer alguma discussão pedagógica mais profunda que logo vem outra novidade que substitui a primeira. Temos sempre certeza de que elas vão continuar avançando, o que antes era ficção, nos filmes e seriados, hoje é realidade. Falar por telefone

celular e sem fio, chamadas por vídeo, jogar *on-line*, jogos movidos pelo movimento do corpo, enfim, são alguns poucos exemplos do que parecia fantasia e hoje é cotidiano.

A *Tic Kids on Line Brasil*⁸ realizou, no ano de 2016, uma pesquisa com o objetivo central de mapear possíveis riscos e oportunidades *on-line*. O estudo gerou indicadores sobre os usos que crianças e adolescentes, de 9 a 17 anos de idade, fazem da e na *Internet*. Visava entender a percepção de jovens em relação à segurança *on-line*, bem como delinear as práticas de mediação de pais e responsáveis relacionadas ao uso da *internet*. A pesquisa mediu o uso das TIC entre crianças e adolescentes usuários de *internet* e o foco central era as oportunidades e os riscos *on-line*. A metodologia utilizada adotou uma abordagem amostral, realizada por meio de informações do Censo Demográfico para a seleção em estágios dos municípios, setores censitários e domicílios. Os dois primeiros estágios de seleção de municípios e setores foram feitos com probabilidade proporcional ao tamanho.

Alguns números/dados⁹ relevantes servem de motivação para nossa pesquisa, como:

- 69% dos entrevistados estão plenamente incluídos, acessando a *internet* mais de uma vez por dia;
- 40% dos entrevistados jogam *on-line* e mantêm contato com outros indivíduos *on-line*;
- 81% usam a *internet* para fazer seus trabalhos escolares;
- 64% usam a *internet* para ver filmes, clipes e séries;
- 86% têm perfil nas redes sociais digitais;
- 80% enviaram ou enviam mensagens instantâneas na *internet*;
- 54% compartilharam textos, imagem ou vídeo na *internet*;
- 74% baixaram aplicativos na *internet*;
- 30% já conversaram por vídeo chamada na *internet*;
- 56% já postaram vídeo ou foto em que sua imagem aparece;
- 22% já encontraram pessoalmente alguém que conheceram pela *internet*;
- 22% publicaram algo que se arrependeram e apagaram posteriormente;
- 24% se sentiram discriminados pela cor ou pela raça na *internet*.

Este é um pequeno panorama desta pesquisa que nos ofereceu subsídios sobre o uso da

⁸ Pesquisa completa disponível em: <http://cetic.br/pesquisa/kids-online/indicadores> - acesso em 19 de março de 2018.

⁹ Fonte: CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), Pesquisa sobre o Uso da *Internet* por Crianças e Adolescentes no Brasil - TIC Kids Online Brasil 2016.

internet, bem como os riscos e danos em números, o que confirma a necessidade de abordarmos esta gama de assuntos que envolvem o uso cidadão e sadio da *internet*.

Quando falamos da *internet* pensamos em uma “rede mundial de computadores interligados pelo mundo”, mas devemos primeiramente pensar que atrás das máquinas estão pessoas, sendo assim, a *internet* é “uma rede de pessoas interagindo entre si, mediadas pelos computadores”, não o contrário. Devemos mudar nosso olhar ao pensar na *internet*. A própria política de inclusão digital focou-se nesta rede de computadores, a qual disponibiliza apenas máquinas, equipamentos, *internet* para as escolas e comunidades menos favorecidas. A inclusão digital é mais que estes aparatos, estamos falando de conectar pessoas, assim, a política pública ganha novo sentido, em que temos de abordar o uso ético, cidadão e seguro.

Durante muito tempo a segurança estava relacionada aos computadores, às páginas da *internet*, enfim, ao ponto de vista técnico no que diz respeito às fraudes, roubos de dados, combate a vírus e programas maliciosos. Temos de pensar na *internet* como uma rede de pessoas, existem seres humanos por trás das máquinas e dispositivos eletrônicos móveis. Com este modo de perceber o uso das tecnologias digitais, a segurança da *internet* deixa de ser um assunto meramente técnico e passa a ter o foco centrado nas pessoas. Segurança na *internet* também implica direitos humanos e de cidadania. A promoção e a defesa destes direitos devem valer e ser os mesmos na *internet*.

Hoje, temos mais de três¹⁰ bilhões de pessoas no ciberespaço, o que é um número expressivo de usuários. O ciberespaço não é uma terra sem lei, a ideia de que vale tudo na *internet* é equivocada, tem-se a ilusão de que neste espaço tudo é possível. Trata-se de um espaço livre e democrático, aberto a muitas possibilidades, fantástico para as trocas e promoção de atividades colaborativas com inúmeras formas de interação e aprendizagem. A *internet* tem dimensão pública e, portanto, devemos levar em consideração e compreender esta extensão como se fosse uma grande “praça planetária”. Ter esta visão da proporção da rede mundial de computadores facilita a articulação entre o uso seguro, cidadania e cuidados com as crianças e adolescentes, que devem ter certeza de que cumprir as normas e respeitar as leis é primordial desde a infância.

A *internet* não tem fronteiras o que dificulta legislar sobre ela, mas existem leis para seu uso. Entre as mais conhecidas temos a Lei 12.737 de 2012¹¹, conhecida como Lei Carolina

¹⁰ Disponível em <http://idgnow.com.br/internet/2016/02/24/3-2-bilhoes-de-pessoas-no-mundo-todo-usam-internet-diz-facebook/> - acesso em julho de 2017.

¹¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm - acesso em julho de 2017.

Dieckman, e a Lei 12.965 de 2014¹², conhecida como Marco Civil, que regulamenta a *internet* e seu uso.

Podemos usar a seguinte analogia: como eu me comportaria em público? Você deixaria seu filho pequeno sair sozinho em um local desconhecido? Como deixá-lo frente ao computador sem supervisão e observação do que está fazendo? Vale também esta regra para o mundo virtual, as leis extrapolam essa dimensão e chegam ao ciberespaço. A Constituição Federal (CF) e o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) são os mais referenciados quando o assunto são os *cibercrimes*. Estas leis valem para todo e qualquer comportamento: privacidade, liberdade de expressão, direito de ir e vir, educação, cultura, etc. Podemos aqui citar também a Lei 13.185¹³, de novembro de 2015, que visa combater à intimidação sistemática, ou melhor, o *Bullying* nas escolas e demais locais.

A *internet* é um fragmento do mundo e não se trata de um universo paralelo, como alguns ousam proferir. O adulto responsável deve orientar os pequenos, pois talvez as crianças e adolescentes não tenham ideia da dimensão e dos potenciais riscos que correm. Por natureza, a rede mundial de computadores não é perigosa, pelo contrário, existem milhões de exemplos de práticas exitosas e de pessoas que encontraram seus entes queridos através dela. Muitos são os exemplos de atitudes benéficas e práticas altruístas graças à rede mundial de computadores. Assim, podemos afirmar que a *internet* não é boa e nem má, depende do uso que fazemos dela e da forma como apropriamos este uso.

Risco ou dano? Para iniciarmos o assunto sobre os perigos da *internet*, temos que diferenciar o que é um risco e um dano. Risco é a exposição da privacidade, *cyberbullying* e o acesso a conteúdos impróprios, estes podem repercutir em danos psíquicos à saúde e à socialização destes indivíduos. Conhecendo os riscos, podemos controlar e evitar os danos.

A relação que todos temos com as redes sociais, por vezes, não é sadia. A rede social mais famosa hoje tem dois bilhões de usuários¹⁴ e não temos receio em dar detalhes do nosso cotidiano, nem mesmo protegendo nossas crianças indefesas destas atitudes, muitas vezes impensadas. Já dizia Michel Serres (2013, p.23) com relação à falsa sensação de proteção das redes, “depois de nada mais dar certo ao indivíduo, resta então, inventarmos outros laços, prova disso é a força de

¹² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm - acesso em julho de 2017.

¹³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm - acesso em julho de 2017.

¹⁴ Disponível em: <http://www.techtudo.com.br/noticias/2017/06/facebook-chega-a-2-bilhoes-de-usuarios.ghtml> acesso em 30 de julho de 2017.

atração das redes sociais, onde a Polergarzinha¹⁵ se sente protegida, mas está desprotegida”.

Esquecemo-nos desta grande exposição que é a *internet*, não nos lembramos dos limites inexistentes e da dimensão que ela tem, mas ela continua sendo um espaço social e que uma vez postado em rede não há como voltar atrás. A rede mundial de computadores perpetua a foto, a informação, o que requer maiores responsabilidades ao postar. Será que pensamos nas consequências antes de uma postagem ou compartilhamento? Isso porque somos adultos, imagina as crianças e adolescentes que não têm a dimensão do volume de pessoas que visualizam. Somos até mesmo inocentes, esquecemo-nos do georreferenciamento, que é o sistema localizador dos celulares que ajuda por um lado, mas também facilita aqueles que estão mal intencionados. Divulgamos nossos celulares em grupos e sites de empregos, não lemos os “termos de uso” ao fazer determinados cadastros em sites ou em usos de aplicativos, e esta atitude está vendendo nossas informações a grandes empresas e não temos real conhecimento do que estas fazem com isto. Não fazemos um uso cauteloso, deixamos estas “pegadas digitais” em tudo que fazemos ou acessamos na rede mundial, se eterniza, e nem refletimos se podemos ou não um dia nos arrepender de um comentário, que ficará permanentemente *on-line*.

A criança ou o adolescente, quando não mediados no uso de computadores para efetuar pesquisas, podem ter acesso involuntário a conteúdos impróprios. A pesquisa por imagens pode fornecer acesso a conteúdos pornográficos e/ou impróprios para menores. Os pais devem se conscientizar de que a *internet* é o mundo através do dispositivo. Se não deixamos nossas crianças andarem sozinhas nas ruas, porque na *internet* ficam sem supervisão? Na *internet* várias situações cotidianamente encontradas, são consideradas um grave risco, como por exemplo, sites de apologia ao suicídio, páginas que incentivam a bulimia e a anorexia, inclusive com oferta de medicamentos ilícitos, uso de drogas e substâncias, compra de armas e instruções de uso, entre outras coisas que oferecem risco aos vulneráveis.

Quando fazemos uso das tecnologias da informação com o intuito de agredir e humilhar as pessoas, estamos praticando o *cyberbullying*. Este é a maneira digital de cometer o chamado *bullying*, que muitos dizem que se trata de uma brincadeira, mas que traz constrangimento, violência e graves consequências para quem sofre. Como a publicação, comentário e foto podem fugir do controle, expor alguém a uma situação de vexame ou humilhação, a qual fica entranhada nas redes sociais: fotos, brigas, apelidos, são situações que perseguem a vítima. O *cyberbullying* precisa ser criminalizado, mas é relevante promover a prevenção desta atitude, pois as marcas psicológicas são profundas e podem ser irreversíveis. Falar em cidadania na internet é falar de

¹⁵ Como Michel Serres (2013) se refere ao usuário da internet no livro Polegarzinha.

respeito, diversidade, liberdade de expressão, limites, dignidade e direitos humanos. Quando nos esforçamos em ações que impedem o *cyberbullying*, estamos nos movendo contra a intolerância, discriminação e até mesmo a prática do suicídio.

Desconhecemos as leis, mas sabemos que muitas delas têm nome como: injúria, calúnia e difamação. Acima dos 12 anos um adolescente pode responder pelos seus atos e seus pais se responsabilizarem pela sanção, ter seu nome fichado (não ser mais considerado um réu primário), pagamento de multa e serviço comunitário. Mediar esta discussão na escola, antes de qualquer ação no judiciário é a solução que, como educadores, devemos ter. Não é educativo criminalizar, mas sim prevenir e provocar o uso consciente e seguro. Na *internet*, o que somos no dia a dia se manifesta, devemos trabalhar os valores antes, diminuindo os preconceitos, falando das diversidades e trabalhando as diferenças como riqueza humana.

Já os assuntos considerados tabus pela sociedade, na frente do computador ganham dimensão. Um deles é o *sexting*, considerado uma expressão da sexualidade na qual crianças e adolescentes têm o hábito de enviar mensagens picantes, fotos íntimas nuas ou seminuas para amigos, paqueras e namorados (FIGUEIREDO, 2016). Devemos proporcionar uma educação para a responsabilidade e o cuidado ao corpo, em que a sexualidade deve ser vivida de forma plena, levando em conta o respeito a si e ao outro. Não se trata de reprimir, mas ensinar os limites para o autocuidado. Como educadores, tornaríamos o assunto mais difícil deixando de falar sobre ele, dando mais ênfase ao tabu; o adolescente deve perguntar e ter liberdade para isso, para não ter de perguntar na *internet*, o que promoveria uma “deseducação” sexual.

O Brasil é um país onde a cultura da erotização é precoce, nossas crianças reproduzem os discursos adultos nas roupas, músicas e atitudes, nos quais percebemos a banalização do sexo. Assim, a sexualidade que faz parte do indivíduo desde seu nascimento é limitada ao ato sexual. Que tipo de vertente de educação sexual está sendo repassada às nossas crianças e adolescentes?

Entre as formas de violência sexual podemos citar o abuso, que é a indução, chantagem, aliciamento (*grooming*), pelo qual temos essa relação desigual de poder (adulto X criança) imposta por força física, ameaças ou sedução e pode ocorrer dentro e fora da família, com ou sem contato. No aliciamento, os criminosos ficam “amigos” e seduzem suas vítimas através de uma amizade virtual, supervalorizando a vítima, elogiando, trocando fotos pessoais, propostas para ser modelo, isto é, fazendo de tudo para se tornar confiável e cometer o ilícito.

Entre outros aspectos considerados danosos ao comportamento de crianças e adolescentes na *internet*, podemos citar algumas circunstâncias que podem ser consideradas crimes, os chamados crimes de ódio. São diversos os motivos para que eles desencadeiem os preconceitos ligados

à etnia, raça ou cor; ao gênero, à origem, ao grupo social que a pessoa pertence e à orientação sexual. Pela legislação, abordar estes motivos de forma preconceituosa nas redes sociais digitais é considerado crime, portanto, todo o cuidado e zelo ao abordar estes questionamentos nas redes ainda é pouco.

Outro risco preocupante em relação às crianças na rede mundial de computadores é o consumo. Sabemos que o *marketing* digital, por meio dos rastros que deixamos ao navegar, nos incita ao consumo e ao comportamento de compra. Sendo assim, as crianças e adolescentes são potenciais consumidores para as equipes responsáveis pelas vendas e incitação a estes novos consumidores em potencial. Lipovetsky (1986, 1989, 2005) filósofo e sociólogo, em suas obras analisa esta sociedade do consumo e da comunicação, com a promessa de um futuro sem sofrimentos e de felicidade na modernidade, com isso, nos deparamos com a realidade dos tempos de hoje em que há o individualismo, abençoado pelo narcisismo e o hiperconsumo, ou seja, os indivíduos que consomem com a finalidade satisfazer suas emoções e prazeres, ao mesmo tempo em que disputam e rivalizam com o outro. Segundo este mesmo autor, a cultura de massa foi substituída pelo consumo individual e hedonista. Um exemplo é o surgimento do telefone, que antes fixo era das famílias, nos lares. Hoje, cada um tem o seu: telefone, computador, carro. Assim, essa busca pela felicidade por meio desta lógica consumista banaliza as relações com os outros e com o ambiente.

Após toda esta motivação e explanação restam-nos algumas questões: qual a percepção dos alunos que participaram do projeto “Crimes Virtuais”? E suas ações com relação ao uso das Redes Sociais Digitais? E se caso fizéssemos novamente o projeto? O que fariam de diferente junto à professora? Quais as contribuições e informações que trariam para os colegas? A partir destes questionamentos, a pergunta que norteia a investigação em andamento é: **quais as percepções dos alunos e alunas participantes do projeto escolar “crimes virtuais” no que diz respeito às suas ações redes sociais digitais?**

Para tanto, justificamos aqui o que estamos frisando ao questionar a percepção destes alunos e alunas. Segundo o Dicionário de Filosofia Abbagnano, (2014, p. 876) existem três significados principais para este termo:

1º um significado generalíssimo, segundo o qual este termo designa **qualquer atividade cognitiva em geral**; 2º um significado mais restrito, segundo o qual **designa o ato ou função cognitiva a qual se apresenta um objeto real**; 3º um significado específico ou técnico segundo qual o termo designa uma **operação determinada no homem em suas relações com o ambiente**. No primeiro significado percepção não se distingue de **pensamento**. No segundo, é o **co-**

nhecimento empírico, imediato, certo e exaustivo do objeto real. No terceiro significado é a **interpretação dos estímulos**. (grifos da autora)

Entendemos aqui neste trabalho percepção como sendo as impressões, reflexões e ações dos sujeitos pesquisados, posterior a realização do projeto de 2015. Segundo Paula Sibilía (2012, p. 90), os estímulos de imagens e informações das redes revelam esse “novo aluno” (usuário midiático) que recebe muito estímulo e apresenta uma subjetividade diferente que se apoia na percepção, isto é, na relação à televisão por vida da consciência, mas pela excessiva carga de estímulos.

Sendo assim, o objetivo principal da pesquisa é investigar as percepções dos alunos e alunas participantes do projeto escolar “crimes virtuais” e suas ações como usuários das redes sociais digitais. Para atingir nosso principal objetivo, anteriormente definimos três objetivos específicos que nos auxiliam nesta jornada:

- realizar uma revisão na literatura e aprofundar teoricamente os conceitos: ciberespaço, teoria Ator-Rede (TAR), redes sociais digitais e crimes virtuais;
- identificar (nos documentos e nos registros do Projeto “Crimes Virtuais”) os tipos de crimes discutidos e a maneira como foram abordados e, por fim;
- identificar e analisar as percepções dos participantes do Projeto “Crimes Virtuais” no que diz respeito as suas ações como usuários das redes sociais digitais, dando destaque ao papel pedagógico do trabalho realizado.

O estudo realizado teve cunho quanti-qualitativo e se tratou de um estudo de caso. Foram utilizado dois instrumentos de coleta de dados (questionário e grupo focal) que, posteriormente, foram categorizados e analisados.

Tendo em vista o exposto, finalizamos o capítulo explicando os motivos que nos levaram ao estudo da temática. No capítulo a seguir, aprofundamos a parte teórica e os conceitos chaves da pesquisa.

2 CÚMPLICES DA PESQUISA, APROFUNDANDO CONCEITOS NORTEADORES

“Jamais fomos modernos porque jamais nos encaixamos nas dicotomias que marcaram a modernidade. Nem natural, nem social, somos como a soja transgênica, híbridos sócio-técnicos.”

Bruno Latour

2.1 Busca sistemática: caminhos trilhados por outros autores

A revisão bibliográfica e de literatura nas ciências humanas e sociais é um importante procedimento acadêmico para identificar os estudos realizados anteriormente e salientar a importância de cada palavra-chave para dar “corpo” à dissertação, como meio de fortalecer o que se pretende aprofundar, bem como para trazer avanço do conhecimento na área.

Com isso, procuramos identificar os principais achados sobre o tema proposto, promovendo uma primeira inserção à temática a ser analisada, além de especificar as principais tendências (referenciais teóricos e metodológicos, objetivos) sobre a mesma, que podem ser utilizadas na atual pesquisa e em futuras. Foi escolhido o banco de dados do Banco de Teses e Dissertações (BDTD), banco de teses e dissertações da CAPES e o banco de dados da SCIELO. Essa busca priorizou os trabalhos de 2008 a 2017, na língua portuguesa e na categoria educação, para levantarmos o que tivemos de significativo nos últimos dez anos nesta seara.

O primeiro buscador *on-line* foi o Portal Banco de Teses e Dissertações (BDTD) e a primeira palavra colocada no buscador foi “ciberespaço”. Nessa ação, encontramos 112 resultados com o filtro de data e língua, sendo que destes 94 dissertações e 18 teses, apenas 05 delas na área da educação. A segunda expressão colocada no buscador foi “teoria ator-rede”¹ e encontramos 32 respostas. Sendo 20 teses e 12 dissertações e delas apenas uma é na área da educação. A terceira expressão foi “redes sociais digitais” e obtivemos 85 resultados, sendo que destes 64 dissertações e 21 teses, nenhuma delas com interface na educação. A quarta expressão colocada no buscador foi “crimes virtuais” e encontramos 32 respostas, sendo 20 teses e 12 dissertações e duas delas são na área da educação.

¹ O estofo teórico da TAR (um dos temas estudados pelo grupo Educaciber) neste estudo justifica-se como fundamento, instrumento conceitual e metodológico para a análise das tensões e traduções, inclusive dos novos perfis de aprendizagem dos sujeitos que influenciam a maneira com que o docente reage ao uso das tecnologias digitais, pretendemos com esta pesquisa, questionar o aluno sobre o uso das redes sociais digitais e a percepção de um projeto escolar que abordou os crimes virtuais, e assim, cooperar com este grupo de pesquisa. BORGES, Martha. Projeto do Grupo Educação e Cibercultura CNPq/UDESC, 2017.

Findada esta busca inicial, utilizamos o operador lógico AND e fomos misturando/ combinando expressões no buscador, a fim de refinar e objetivar nossa busca e encontrar produções científicas relevantes à nossa proposta de pesquisa. Fizemos isso com todas as expressões chaves. Nenhum cruzamento destas categorias apresentou resultados. Lembrando que as quatro palavras-chave foram cruzadas entre si neste portal.

O segundo buscador *on-line* foi o Banco de Teses e Dissertações da CAPES e a primeira palavra colocada no buscador foi “ciberespaço”. Encontramos 911 resultados com o filtro de data e língua, sendo que destes, 67 foram na área da educação (41 dissertações e 17 teses). A segunda expressão colocada no buscador foi “teoria ator-rede” e encontramos 241 respostas, sendo 14 com os devidos filtros e na área da educação (03 teses e 11 dissertações). A terceira expressão foi “redes sociais digitais” e obtivemos 181 resultados, sendo que destes 28 têm interface com a educação (16 dissertações e 12 teses). A quarta expressão colocada no buscador foi “crimes virtuais” e encontramos 04 respostas e delas duas são na área da educação (dissertação – Universidade Federal do Ceará) e outra dissertação na UNESP com a temática específica de *Sexting*.

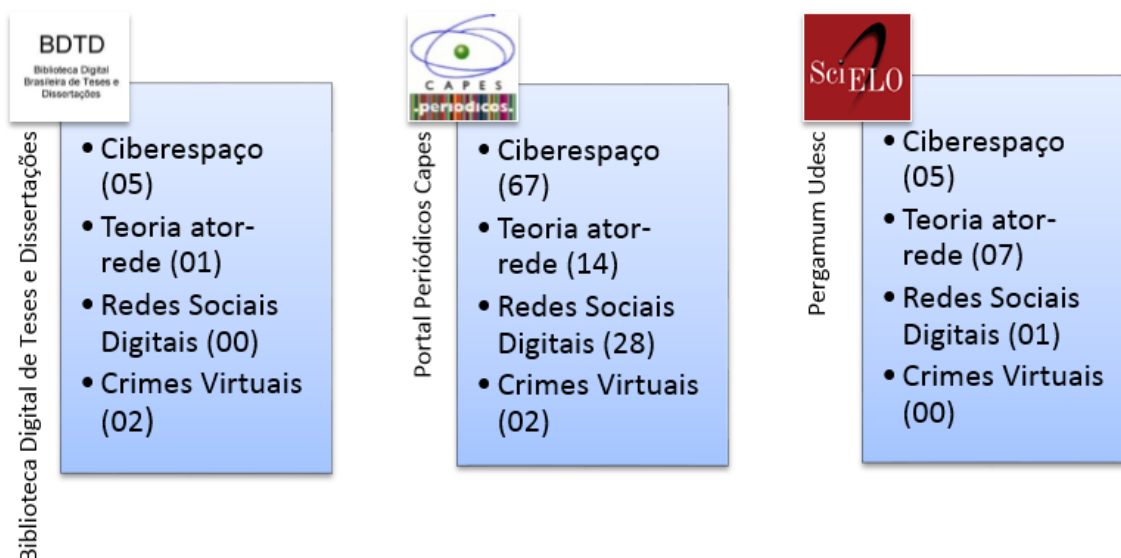
Em seguida, fizemos o mesmo procedimento com o portal de busca anterior e utilizamos o operador lógico AND e fomos misturando/combinando expressões no buscador, a fim, mais uma vez de refinar e objetivar nossa busca e encontrar produções científicas relevantes à proposta de pesquisa. Fizemos isso com todas as expressões chaves, nenhum cruzamento destas palavras-chave apresentou resultados. Lembrando que todas as palavras-chave foram cruzadas entre si neste portal.

O terceiro e último buscador *on-line* foi o banco de dados da SCIELO e a primeira palavra colocada no buscador foi “ciberespaço”. Encontramos 05 resultados com o filtro de data e língua e ligados a área da educação. A segunda expressão colocada no buscador foi “teoria ator-rede” e encontramos 07 respostas ligadas à área da educação. A terceira expressão foi “redes sociais digitais” e obtivemos 01 resultado, com interface na educação. A quarta expressão colocada no buscador foi “crimes virtuais” e encontramos nenhuma resposta.

Por fim, utilizamos o operador lógico AND e fomos misturando/combinando expressões no buscador, com o mesmo propósito já citado anteriormente. Fizemos isso com todas as expressões chaves, nenhum cruzamento destas categorias apresentaram resultados.

Lembrando que todas as quatro palavras-chave foram cruzadas entre si neste portal. A seguir apresentamos um quadro síntese (quadro 1) com os resultados encontrados por banco de dados:

Quadro 1 – Síntese com os resultados encontrados por banco de dados



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

O quadro revela que ao selecionarmos a temática educação nas palavras chave (fato que o buscador da CAPES, no momento da busca não realizava) e isolar somente os trabalhos relevantes, a BDTD e a *Scielo* ficaram bem semelhantes no que diz respeito à proximidade dos números resultados. Redes sociais digitais e crimes virtuais são temáticas pouco abordadas na educação, tanto no que diz respeito a dissertações e teses (BDTD e CAPES), bem como artigos científicos (*Scielo*).

Ao analisarmos os resultados das palavras-chave que têm ligação com a área educacional e os crimes virtuais, percebemos que o assunto crimes virtuais é fortemente abordado na área jurídica e na ciência da computação, o que demonstra que, além de estar em voga na mídia e noticiários, o assunto passa a ser uma questão que deve ser problematizada em sala de aula também pelos profissionais da educação.

Encontramos na fase preparatória da dissertação, duas dissertações que abordam os crimes virtuais na área educacional as quais estavam no Banco de teses e dissertações (BDTD) e no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Segue (quadro 2) que ilustra as buscas:

Uma delas foi realizada pelo Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Federal do Ceará, pela agora Mestre, Bruna Germana Nunes Mota, intitulada: “Pornografia de vingança em redes sociais: perspectivas de jovens vitimadas e as práticas educativas digitais”, publicada no ano de 2015. O trabalho encontrado tem como intuito problematizar as Práticas Educativas

Quadro 2 – Trabalhos encontrados que têm proximidade com a pesquisa

Título	Dissertação/Tese	Instituição	Ano
Pornografia de vingança em redes sociais: perspectivas de jovens vitimadas e as práticas educativas digitais	Dissertação	Universidade Federal do Ceará - UFC - Mestrado Acadêmico em Educação	2015
Os efeitos do <i>sexting</i> no contexto esportivo universitário: uma tentativa de traçar o perfil dos envolvidos	Dissertação	Universidade Estadual Paulista - UNESP - Mestrado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias	2017

Fonte: Elaborada pela autora, 2018

Digitais (PEDs) relacionadas com os crimes virtuais, em especial a Pornografia de vingança. Assim, a intenção desta pesquisadora foi compreender como as Práticas Educativas Digitais podem mediar as aprendizagens no uso das redes virtuais, minimizando os crimes virtuais e a pornografia de vingança. Sua pesquisa foi ancorada teoricamente pelos seguintes estudiosos: Virilio (1996), Castells (2003), Alfradique (2006), Júnior (2006), Pinheiro (2006), Kenski (2007), Burke (2008), Lemos (2010), Maingueneau (2010), Grillo (2011) e seus resultados exprimiram que dentre quarenta e quatro participantes do estudo, vinte e um alunos já conheceram alguém que foi vítima de exposição e dezesseis destes alunos já receberam materiais pornográficos caracterizados com a pornografia de vingança, o que reforça a necessidade da nossa necessidade de pesquisa, que tem o aluno como fonte de informações.

Outra dissertação encontrada nas buscas tem como foco os estudantes universitários e foi realizada pelo agora Mestre Kauan Galvão Morão, no Mestrado em Desenvolvimento Humano da Universidade Estadual Paulista - UNESP e defendida no início de 2017. Este trabalho teve como objetivo: verificar a ocorrência de *sexting* entre atletas universitários, buscando traçar o perfil dos envolvidos com esse fenômeno (particularmente, autores e vítimas), além de levantar questões gerais a respeito do *sexting* no contexto esportivo universitário e as análises permitiram a constatação de que o *sexting* está presente entre atletas universitários, sendo que, de acordo com a amostra, os homens seriam os principais autores. A pesquisa analisada foi ancorada pelos seguintes estudiosos: Buckingham (2007), Castells (2003), Fernandes (2011), Recuero (2011), Levy (2001) e Lipovetsky (2004).

O ineditismo da pesquisa se comprova por temos poucos trabalhos que abordem os crimes virtuais nos ambientes escolares e a relevância é comprovada pelos números elevados de vítimas

nesta idade dos indivíduos que pretendemos pesquisar.

Sendo assim, com a relevância do tema para a área educacional, buscamos o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC – para a realização desta pesquisa, instituição onde concluí minha graduação e tenho grande respeito pelas produções realizadas, principalmente na Linha Comunicação, Educação e Tecnologia. Nesta linha temos vários estudos sobre comunicação, educação e tecnologia, e estes são referência, bem como excelência no âmbito nacional e internacional.

Então, busquei nos grupos Educaciber² e EDUSEX³ subsídios para encarar este desafio que é abordar temas educacionais, pouco convencionais, inéditos e de altíssima relevância, mas que pulsam a necessidade de abordagem e diálogo nos espaços escolares.

Junto ao grupo Educaciber e seu projeto intitulado: “Educação e cibercultura: o entre lugar das políticas, das práticas educativas, das tecnologias digitais e dos actantes das redes sociotécnicas”, realizamos nossos estudos da percepção de estudantes participantes de um projeto escolar e suas ações nas redes sociais digitais. O objetivo do projeto do grupo é investigar e analisar os movimentos/associações/traduições/ que os diferentes actantes das redes sociotécnicas educativas (humanos e não-humanos) realizam, e nosso projeto se insere como um subprojeto, o qual visa colaborar para a realização destes objetivos.

Portanto, com o estofó teórico da TAR como fundamento, instrumento conceitual e metodológico para a análise das tensões e traduções, inclusive dos novos perfis de aprendizagem dos sujeitos que influenciam a maneira com que o docente reage ao uso das tecnologias digitais, pretendemos com esta pesquisa, questionar o aluno sobre o uso das redes sociais digitais e a percepção de um projeto escolar que abordou os crimes virtuais, e assim, cooperar com este grupo de pesquisa.

A seguir vamos aprofundar a parte teórica e os cúmplices escolhidos para abordar as palavras-chave e estabelecer as conexões com os objetivos da pesquisa que delimitamos.

2.2 Ciberespaço, onde a cibercultura se efetiva

Nesta pesquisa delimitamos o ciberespaço como o seu lócus privilegiado, uma vez que é neste espaço que nossos actantes⁴ realizam suas ações e associações, ou seja, onde nossos alunos

² Grupo de Pesquisa Educação e Cibercultura CNPq/UDESC – Líder Prof^a Dra. Martha Kaschny Borges.

³ Grupo de Pesquisa Formação de Educadores e Educação Sexual CNPq/UDESC – Líder Prof^a Sonia Maria Martins de Melo.

⁴ Aquele que na rede sociotécnica, realiza e produz a ação. Transforma e produz movimento. (LEMONS, 2013). Este conceito será aprofundado na seção 3.2 deste capítulo.

e alunas cotidianamente interagem nas redes sociais digitais e fazem suas escolhas.

Assim, para Monteiro (2007), ciberespaço:

(...) é definido como um mundo virtual por estar presente em potência, é um espaço desterritorializante. Esse mundo não é palpável, mas existe de outra forma, outra realidade. O ciberespaço existe em um local indefinido, desconhecido, cheio de devires e possibilidades. Não podemos, sequer, afirmar que o ciberespaço está presente nos computadores, tampouco nas redes, afinal, onde fica o ciberespaço? Para onde vai todo esse “mundo” quando desligamos nossos computadores? É esse caráter fluido do ciberespaço que o torna virtual. (2007, p. 01-02)

Já Pierre Lévy (2000, p. 92) define ciberespaço como o “(...) espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores”. O mesmo autor ainda afirma: “o ciberespaço é um dispositivo interativo e comunicatório (...) um novo espaço de socialização, organização, transação e um novo mercado da informação e do conhecimento.” (2003, p. 25). Neste sentido, a emergência deste *lócus* promoveu mudanças significativas na sociedade, uma vez que estabelece com os usuários uma relação de tempo e espaço diferenciada, na qual o espaço não é mais apenas físico, mas também virtual e a temporalidade também se modifica e deixando de ser linear.

O ciberespaço tem como característica o imediatismo e a disponibilidade das informações. O acesso é praticamente ilimitado e o tempo real de obtenção do que se precisa é quase que instantâneo à ocorrência do fato. Uma vez o fato exposto no ciberespaço, mesmo que se queira apagar por alguma razão, ele se perpetua e é eternizado pelos “*prints*”. Podemos ainda afirmar que o ciberespaço é local de interação entre os humanos em diversos campos, seja político, econômico, social, comercial e educativo; nos quais estas memórias são perpetuadas e estabelecidas em rede, por meio da rede mundial de computadores, a *internet*. Trata-se de um espaço de produção e de interação, principalmente social e cultural (cultura digital/cibercultura⁵).

Aprofundar os conceitos de ciberespaço-cibercultura é apontar a relação entre cultura e tecnologia, bem como indicar que estes artefatos produzem transformação social e a identidade do indivíduo. Para Borges e Oliveira:

a ampliação do ciberespaço aumenta a complexidade do universo de informações e dificulta qualquer tentativa de totalização. A virtualização do mundo alimenta a sua expansão do ciberespaço, auxiliado também pela ampliação da própria infraestrutura de rede (com seus nós e pontos de interface). (2016, p. 431)

⁵ “Conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.” (LEVY, 2000, p.17).

Desta forma, podemos perceber as consequências que a virtualização pode repercutir nas relações entre as pessoas. Neste trabalho de dissertação, nosso foco é a investigação sobre a relação entre a expansão do ciberespaço e os crimes virtuais. De fato, esta nova cultura de interação pelos meios digitais possibilitou o surgimento deste leitor imersivo⁶, e é capaz de trazer à tona este novo sujeito, que teve nas últimas décadas a produção e a transmissão de conhecimento modificado. (BORGES e OLIVEIRA, 2016).

Ainda explorando este *lócus*, o ciberespaço, podemos afirmar que ele é real, existe interação, porém não é necessária a presença física. Trata-se de um novo espaço para comunicação, interação e representação. Sendo assim, devemos pensar e aproveitar destes atributos para tornar o ciberespaço um aliado para a produção de conhecimento. Assim, o ciberespaço é visto como uma dimensão da *sociedade em rede*⁷, onde os fluxos definem novas formas de relações sociais, por este motivo ele é o *lócus*, no qual nosso estudo se encontra (MONTEIRO, 2007). Local este onde podemos discutir nossa temática, os crimes virtuais, nele estão nossos pesquisados, os chamados usuários comuns e também os *hackers* e *crakers*⁸, personagens reais que existem no ciberespaço e por isso, presentes em nossas aulas. É neste espaço que cometem delitos, seja na rede mais comum, na internet ou em outro espaço pouco conhecido pela grande parte dos usuários denominada *deepweb*⁹.

No campo da tecnologia da informação e comunicação, o ciberespaço é entendido como uma interface gráfica, resultante da comunicação em rede, estabelecida entre internautas, artefatos tecnológicos e servidores digitais. Esse grande espaço virtual, além de permitir a hospedagem de diversos dados informacionais, proporciona, também, relações e transações de diferentes aspectos e sentidos (REIS, 2016).

Portanto, o ciberespaço é o local onde a cibercultura se efetiva, onde a interação entre os sujeitos por meio do uso das tecnologias digitais é capaz de produzir sentidos e percepções como as que investigamos neste texto. Precisamos falar sobre estes sujeitos da sociedade digital, que

⁶ Imersivo é o tipo de leitor que surge a partir dos novos espaços da virtualidade. É o leitor das telas dos computadores, dos *tablets* e dos *smartphones*, o qual substitui a lógica do texto linear pela imersão do fluxo de informações nas redes. É um sujeito multilinear, multitarefa e multimídia cuja característica cognitiva permite interagir e aprender por meio de palavras, documentos, músicas, imagens e vídeos. (SANTAELLA, 2004).

⁷ Termo cunhado por Manuel Castells na obra: *A sociedade em rede* (2000).

⁸ “Os hackers não são o que a mídia diz que são. Não são uns irresponsáveis viciados em computador empenhados em quebrar códigos, penetrar em sistemas ilegalmente, ou criar o caos no tráfego dos computadores. Os que se comportam assim são chamados crackers, e em geral são rejeitados pela cultura hacker.” (CASTELLS, 2003, p. 38).

⁹ *Deep Web* (também chamada de *Deepnet*, *Web Invisível*, *Undernet*, *Web Obscura* ou *Web Oculta*) se refere ao conteúdo da World Wide Web que não é indexado pelos mecanismos de busca padrão, ou seja, não faz parte da Surface Web. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Deep_web - acesso em 16 de abril de 2018.

possuem novas demandas e processos de aprendizagem modificados pelas tecnologias digitais. É preciso considerar esta nova realidade de transformações cognitivas, ao adentrarmos nos espaços escolares (SANTAELLA, 2013).

A interação entre estes indivíduos teve a passagem da cultura de massa da era industrial, para a cultura das mídias (protagonizada pela televisão) e agora passamos à cibercultura (cultura digital). A cultura digital estabeleceu o processo digital como senso comum que, com a *internet*, tornou a informação pública e trouxe a possibilidade de convívio nos meios virtuais (SANTAELLA, 2010, p.82).

Santaella e Braga (2017) refletem sobre as tecnologias inteligentes e o que elas estão fazendo conosco:

(...) no ciberespaço, os movimentos da atenção dirigem tudo. Pensar sobre as consequências educacionais disso tem levado a críticas agudas. Embora cada época seja desafiada pelas tecnologias que lhe são próprias, as tecnologias atuais estão nos programando para sermos continuamente interrompidos. Estímulos novos acionam nossa adrenalina e o nosso corpo assim nos re-compensa por prestarmos atenção ao que é novo. Mas viver de maneira predominantemente reativa minimiza nossa capacidade de perseguir alvos. Na opinião de muitos, foram erodi-dos os espaços temporais e sociais necessários à leitura paciente, deliberação e raciocínio discursivo. (2017, p.421)

Santaella (2013), afirma que o desenvolvimento tecnológico contribuiu para que a condição contemporânea da nossa existência se tornasse ubíqua. Para a autora, em função da hipermobilidade, tornamo-nos seres ubíquos. Estamos, ao mesmo tempo, em algum lugar e fora dele. Somos abordados por qualquer propósito a qualquer hora e podemos estar em contato com outras pessoas quaisquer que sejam suas condições de localização e afazeres no momento, o que nos transmite um sentimento de onipresença (uma metáfora que vem da religião). Sem dúvidas isso traz consequências para os processos que vivemos, sendo assim comunicar e educar, por exemplo não são mais o mesmo processo de tempos atrás, pois alteram várias condições físicas e psicológicas dos humanos envolvidos (SANTAELLA, 2013, p. 16).

Lipovetsky (2007) discute o que os indivíduos pretendem com a ubiquidade que é disponibilizada por meio dos dispositivos móveis e com georreferenciamento: buscam minimizar suas perdas e frustrações, indo ao encontro de estabilidade, previsibilidade, minimização de erros e perdas. Segundo o autor, é paradoxal o conceito de felicidade estar ligado ao consumo e à imagem (que pode ser reproduzida ou forjada nas redes sociais digitais). Sendo assim, estes elementos da ubiquidade e da hipermobilidade se tornaram indispensáveis à concretização deste falso estado de satisfação.

Assim, percebemos novas formas de aprender e de ensinar com as tecnologias digitais e que este movimento interfere cognitivamente e subjetivamente em nosso modo de ser e existir na sociedade. A este fenômeno, Santaella (2013, p. 289) chama de “aprendizagem ubíqua” que é maneira de aprender mediada pelos dispositivos móveis. Segundo esta autora é importante resgatarmos o que as redes sociais digitais estão fazendo conosco, com nossa subjetividade e sociabilidade, com nossa memória, desejos, anseios, receber informação, repassar a notícia, enfim, isso repercute em possibilidades de mudanças educacionais (SANTAELLA, 2013, p. 112).

Estas novas possibilidades de aprendizagem oriundas desta cultura digital onipresente, proporcionam soluções e também expõem aos perigos existentes na rede mundial de computadores. Aos novos usos das redes, aliados à curiosidade do adolescente, designam agora novas demandas para aqueles que pensam a educação: ensinar e instruir para prevenção às possibilidades de delitos por meio das redes sociais digitais.

Quando Bruno Latour, Michel Callon e John Law criaram o conceito de Teoria-Ator-Rede, isso em 1980, pouco considerávamos o valor dos objetos, das leis e dos demais não-humanos que nos fazem agir. Assim, o conceito da TAR amplia a noção de atores para além do domínio humano, levando este conceito a qualquer entidade não humana e não individuais. Assim, a teoria social é reconstruída por meio destas redes¹⁰ (que podem também ser as redes digitais de comunicação). Aprofundaremos a Teoria Ator-Rede na próxima seção deste capítulo.

2.3 Teoria ator-rede - TAR, fundamentos conceituais

É estranho assumir, mas somos mediados pelos objetos que constantemente nos dão comandos. Acordamos com o despertador do celular, olhamos nosso aplicativo de conversa em grupos, conferimos a temperatura, o trânsito e nossa agenda do dia, para então sairmos de casa. Transitamos entre o individual e o coletivo na *internet*. Os adolescentes fazem várias operações ao mesmo tempo nela: escutam música, falam com os amigos, enviam email, acessam as redes sociais, etc. (JENKINS, 2009)

Bruno Latour (1994, 2010 e 2012), filósofo, antropólogo, sociólogo francês e principal autor da denominada Teoria Ator-Rede – TAR ou Actor–network theory – ANT, considera que humanos e não-humanos assumem o papel de protagonistas e são responsáveis pelas modificações. Esta teoria é uma nova proposição da teoria social que se originou na interface

¹⁰ “(...) as mensagens do Twitter não apenas fazem uso das redes, mas criam redes e são também a própria rede.” (SANTAELLA e LEMOS, 2010, p. 17)

das áreas de estudo da ciência, da tecnologia e da sociedade, na década de 80. Para a Teoria Ator-Rede, o social é o que emerge das associações, entre os actantes (aquilo ou aquele que produz uma ação) humanos e não humanos. Deste modo, a TAR busca analisar como se dão as associações e suas localizações para conhecer o social (LATOUR, 2012).

Na perspectiva da TAR, humanos e não humanos são mediadores, estão no mesmo plano ontológico, assim são os actantes que promovem ações que transformam e qualificam o processo de ensino (como é o caso da nossa pesquisa). A relação entre as coisas e as pessoas faz parte do nosso cotidiano, como escreve André Lemos:

Humanos se comunicam. E as coisas também. E nos comunicamos com as coisas e elas nos fazem fazer coisas, queiramos ou não. E fazemos as coisas fazerem coisas para nós e para outras coisas. É assim desde o surgimento do humano no planeta. Na cultura contemporânea, mediadores não-humanos (objetos inteligentes, computadores, servidores, redes telemáticas, smartphones, sensores etc.), nos fazem fazer (nós, humanos), muitas coisas, provocando mudanças em nosso comportamento no dia-a-dia e também, em contrapartida, recursivamente, mudamos esses não-humanos de acordo com as nossas necessidades. O que eles, os não-humanos, nos fazem fazer, ganham, a cada dia, não só uma maior abrangência, invadindo todas as áreas da vida quotidiana, como também maior poder prescritivo, indicando e nos fazendo fazer coisas em um futuro próximo. Eles nos induzem a coisas que não podemos deixar de fazer, aqui e agora, acolá e depois. Não vivemos sem eles. (LEMOS, 2013, p. 19).

Assim sendo, a TAR surgiu da necessidade de vincular a teoria social aos estudos de tecnologia para perceber que as associações entre humanos e não-humanos, homens e objetos, geravam significados. Desta maneira, Latour (2016) explicou que as controvérsias são originadas de cinco fontes de incertezas relacionadas aos grupos, objetos e demais elementos. Neste raciocínio, para Latour (2016) não existem grupos, apenas formação de grupos (1ª fonte de incerteza). Para a TAR, objetos também agem (3ª fonte de incerteza) influenciando, modificando atitudes e promovendo conhecimento, assim como o social é uma ação momentânea que surge das controvérsias provocadas pelos atores, eles constroem ações baseados naquilo que lhes interessa (4ª fonte de incerteza). Sabemos que nunca agimos sozinhos (2ª fonte de incerteza), nem sempre conhecemos sua origem (humano ou não-humano), encontramos novas maneiras de promover o movimento social “(...) um ator que não faz a diferença, não é um ator.” (5ª fonte de incerteza) (LATOUR, 2016).

As fontes de incerteza nesta pesquisa nos auxiliaram na tarefa de desdobrar as controvérsias (nas quais os atores concordam na discordância) sobre o mundo, ou o que as alimentam. Desta maneira a TAR trouxe novas possibilidades para observação e compreensão no que diz res-

peito às investigações ligadas ao campo educacional, pois ela considera os elementos observados para análise por meio do social.

Latour (2016) também expõe que o conceito de “ator” para a teoria Ator-Rede “não é a fonte de um ato e sim o alvo móvel de um amplo conjunto de entidades que enxameiam em sua direção” (p. 75), sob esta visão o “ator” nunca está sozinho ao atuar. O autor nos diz que “a primeira característica do mundo social é o constante empenho de algumas pessoas em desenhar fronteiras que as separem de outras” (p. 51). Assim, para a TAR rede significa “seguir os próprios atores” com o intuito de descobrir quais ações estes executariam que esclarece melhor suas associações, e a rede só existe se debatendo entre controvérsias e ações.

Descrevemos e apresentamos aqui os principais conceitos da TAR que abordamos e fundamentamos na análise desta pesquisa:

- **Actantes** são aqueles que realizam uma ação, seja humano ou não-humano. “Mediador, articulador que fará a conexão e montará a rede nele mesmo e fora dele em associação com outros” Lemos (2013, p. 42). Lembrando que, entre humanos e não-humanos não existem hierarquias, isto é, eles estão em um mesmo patamar de importância para a ação e, conseqüentemente, de observação para o pesquisador.
- **Mediadores** são “Atores dotados da capacidade de traduzir aquilo que eles transportam, de redefini-lo, desdobrá-lo (...)” Latour (1994, p. 80). Capazes de modificar, influenciar e contribuir para a transformação.
- **Intermediário** é uma noção complementar a de mediador. Ele apenas transporta sem modificar em espaço e tempo a rede, as associações. Resumidamente, o que o intermediário transporta não faz os outros fazerem coisas, mas ele pode ter sido um actante no passado ou será no futuro (LEMOS, 2013).
- **Tradução**, remete a comunicação e transformação dos actantes. Ação principal que um actante faz a outro. A TAR é chamada de sociologia da tradução: o que seria “as negociações, intrigas, cálculos, atos de persuasão graças ao qual um ator ou força toma, ou causa que lhe seja conferida autoridade para falar ou agir em nome de outro ator ou força” (OLIVEIRA E PORTO, 2016, p. 66). É algo que vai com a correnteza, invenção, mediação, a criação de um novo link que não existia antes e que opera modificações em todos os agentes (LATOUR, 1999).
- **Rede** é o “próprio espaço-tempo” Lemos (2013, p. 53). Redes, em Latour, é uma versão empírica do conceito de rizoma. Muitos falam de rizoma de modo intuitivo sem se dar o

trabalho de explicá-lo “(...) são fluxos, circulações, movimentos, alianças que nada tem a ver com entidades fixas”. Para Santaella e Lemos (2010, p.32) “Remete ao fluxo das associações, ao espaço-tempo onde as ações se estabelecem (...) é o próprio movimento das associações que formam o social, local onde circulam as controvérsias”. Já Oliveira e Porto (2016, p. 63-64) Resumimos que rede é um conceito central na TAR, pois reúne as entidades sociotécnicas em associações capazes de explicar os elementos complexos que buscamos a compreensão.

- **Controvérsia** “(...) a controvérsia deve ser reconhecida por todos. Elas são situações nas quais os atores concordam na discordância!” Lemos (2013, p. 113). “Elas são o lugar onde se estabelecem as contradições e, a partir delas as associações”. “A TAR tem nas controvérsias o momento e o lugar privilegiado para observar a circulação, a criação e o término das associações, para observar a agregação social” (p. 106).

Como alternativa de esclarecer e prevenir estes alunos e alunas sobre os crimes virtuais, a ideia do projeto executado por humanos (professora, colegas, pais) e não-humanos (notícias, *internet*, redes sociais digitais) poderá ser uma estratégia para uma possível **tradução**, com o intuito de fornecer subsídios para a navegação segura. Aqui deixamos nosso questionamento que na análise teremos nossa resposta, se de fato a transformação dos nossos actantes humanos aconteceu. Sim, o projeto foi com a intenção de que uma mudança para o uso consciente das redes sociais digitais acontecesse, mas a resposta será com a análise dos instrumentos de coleta.

Enfim, o estudo pretende analisar a percepção dos estudantes que participaram do Projeto Crimes Virtuais, à luz dos subsídios conceituais e metodológicos da Teoria Ator-Rede, pois nos permitiu uma proximidade com as áreas da tecnologia, da ciência e da sociedade, a fim de encontrarmos as respostas para esta pesquisa. Pretendemos com a TAR repensar o que é o social e a educação como produto cultural e produtora de sentidos no meio social, buscando uma reflexão entre os objetos técnicos e as relações sociais, circunstância frequente quando falamos na relação da escola com a abordagem dos crimes virtuais (OLIVEIRA e PORTO, 2016).

Considerar e escolher a Teoria Ator-Rede como base teórica é dar vida às tecnologias e aos objetos, antes considerados como coadjuvantes do processo de ensinar. Com a ótica da TAR percebemos que as relações sociais escolares são possíveis e concretizadas a partir da mediação dos indivíduos e dos objetos (homem e a técnica). Esse olhar nos remete ao conceito de cultura e de que nossas relações são perpassadas com mediadores artificiais e estes se integram a nossa

rede¹¹, e se assumem como entidades fundamentais na construção da subjetividade dos sujeitos.

A seguir apresentamos alguns conceitos e abordagens sobre redes sociais digitais, as quais nos ajudaram no decorrer desta pesquisa.

2.4 Redes sociais digitais (RSD), atores e conexões

O conhecimento, o raciocínio colocado em prática para a resolução de problemas e construções de tecnologias pode ser um diferencial. Em situações de guerra, por exemplo, foram momentos de grandes criações que serviram para ampliar domínios e acúmulo de riquezas. Ainda hoje, esta situação de poder não mudou, as grandes potências mundiais investem e fomentam pesquisas para garantia deste *status* de nações detentoras deste controle. A convivência com as tecnologia digitais¹², de maneira geral, é um desafio para a espécie humana. Hoje, profissionais da educação se deparam com outro desafio: adaptar-se aos avanços da tecnologia, orientando nossos alunos e alunas ao uso consciente destes recursos, mantendo a criticidade como cidadãos.

Concordamos com Álvaro Vieira Pinto (2005) na obra *Conceito de Tecnologia*, ao abordar a “técnica libertadora” que coloca o homem como construtor e protagonista do seu ambiente e da sua qualidade de vida. O autor concorda que, com a técnica, construímos relações sociais e maneiras de conviver. Assim, a técnica e a tecnologia por si, não são boas e nem más, são criações humanas com o destino de servir aos interesses humanos, depende o uso que fazemos dela. Ferramentas, máquinas e outros artefatos são apenas meios pelos quais o bem e o mal podem ser praticados (PINTO, 2005).

Impossível fugir da cultura digital, dos grupos virtuais que as RSD proporcionam, assim:

Para esta nova geração, a cibercultura vem proporcionando outras possibilidades, novos espaços onde as crianças e os jovens se procuram e se agrupam em comunidades, buscam mais conhecimentos e soluções para suas dúvidas, com a ajuda de outros, informam-se sobre os acontecimentos do mundo, da sua cidade e dos seus direitos, enfim, uma geração que está fortalecendo uma cultura participativa.(...) uma geração mais propensa a criar estratégias e habilidades para superar e lidar com o atual estilo de vida, principalmente quando a cultura participativa, por meio das diferentes mídias e TDIC, vêm se fortalecendo e, desta forma, possibilitando às crianças a criação de estratégias de forma coletiva e colaborativa. (BORGES e ÁVILA, 2015, p. 111-112).

¹¹ Conforme conceito de Latour.

¹² Tecnologia digital é um conjunto de tecnologias que permite, principalmente, a transformação de qualquer linguagem ou dado em números, isto é, em zeros e uns (0 e 1). Uma imagem, um som, um texto, ou a convergência de todos eles, que aparecem para nós na forma final da tela de um dispositivo digital na linguagem que conhecemos (imagem fixa ou em movimento, som, texto verbal), são traduzidos em números, que são lidos por dispositivos variados, que podemos chamar, genericamente, de computadores. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/tecnologia-digital> - Acesso em maio de 2018.

Estamos no tempo da cibercultura, livres das limitações impostas pelo espaço e pelo tempo, o que torna este processo de comunicação mais flexível, no tempo das redes sociais digitais (LEMOS, 2013). Mas afinal, o que são redes sociais digitais?

Segundo Santaella, as redes sociais digitais são caracterizadas por: “(...) serviços on-line de acesso grátis por meio dos quais se podem criar redes de contato para o intercâmbio de mensagens e conteúdo multimídia. Essas redes acabam por funcionar como plataformas sociais, dada a facilidade de intercomunicação dos usuários” (2013, p. 315). Recuero, por sua vez, define redes sociais como sendo “um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais)” (2010, p. 24). Em síntese, o que aproxima os dois conceitos são as interações feitas por meio da comunicação facilitada, a qual proporciona os elos que unem os usuários.

As redes sociais operam a partir da criação de perfis que representam o usuário e oferecem serviços de mensagem instantânea, postagem de fotos e vídeos, murais de mensagens, participação em comunidades, pesquisa de perfis, agrupamento de indivíduos com interesses semelhantes, entre outros (SANTAELLA, 2013).

Podemos dividir a evolução das RSD em três fases: a) Redes 1.0 (ICQ, MSN) comunicação em tempo real com os usuários; Redes 2.0 (Orkut, Myspace) entretenimento, preferências, contatos pessoais e profissionais e Redes 3.0 (Facebook e Twitter) mobilidade e aplicativos (Messenger e Skype). (SANTAELLA e LEMOS, 2010).

As redes 3.0, apresentam como características a ubiquidade, os dispositivos móveis, o rastreamento espacial feito em tempo real, o contato ao vivo e o fluxo da vida. Graças ao acesso *wireless* e a conexão a várias plataformas ao mesmo tempo (uma postagem pode ser feita simultânea em várias RSD). Assim, a rede 3.0 está como linguagem ligada ao *microblogging*, caracterizada pela linguagem do aqui e agora. (SANTAELLA e LEMOS, 2010)

Santaella¹³ (2013) ao se debruçar sobre a temática do desafio da ubiquidade na educação para os dias de hoje, nos revela e faz um contraponto com as redes sociais:

(...) o ciberespaço favorece a emergência de práticas de autoformação. Entretanto, é muito instável o equilíbrio entre a difusão indiscriminada da informação no ciberespaço e a construção individualizada do conhecimento. O universo das redes é um espaço em constante mutação, dispersivo e assistemático. O que ele tem de positivo, a oferta desmedida de informação que pode potencializar a aprendizagem, é contrabalançado, no outro extremo, pela ausência de orientação, cujos efeitos negativos atingem particularmente aprendizes ainda imaturos.

¹³ Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/desafios-da-ubiquidade-para-a-educacao> - Acesso em maio de 2018.

Localizar conteúdos nas redes está se tornando cada vez mais refinado. Entretanto, localizar não prescinde da capacidade seletiva, avaliativa e da utilização eficaz dos conteúdos. (2013a, p. 01)

A autora ressalta o papel do mediador no que diz respeito às buscas de informações que poderá, com a maturidade do usuário e com a instrução, se tornar conhecimento. Temos nas redes sociais digitais uma aliada para a construção e a divulgação do conteúdo apreendido, um espaço para reflexão e principalmente para trocas.

Nos perfis das redes sociais é clara a individualização e a construção pessoal de cada página, ali expomos nossos gostos, paixões e ódios (RECUERO, 2010, p.28). Como atores sociais, parte fundamental e indispensável deste emaranhado de conexões, somos peças chave quando o assunto são os crimes virtuais (os chamado por Recuero de nós).

Assim, para estudar as conexões precisamos analisar os laços sociais que, por sua vez, são formados por meio das interações destes sujeitos. Segundo Recuero (2010) estudar a interação é estudar a comunicação entre estes atores. Observar suas trocas de mensagens e seus sentidos e como estas trocas sociais dependem das trocas comunicativas.

Trazendo a temática redes sociais digitais para nossa pesquisa (veremos os dados adiante), é nestes ambientes das redes sociais digitais que a maioria dos crimes relacionados no projeto (nosso objeto de estudo realizado no ano de 2015) de fato aconteceram. Os crimes de ódio por motivos diversos e o *cyberbullying* (os dois crimes mais citados) têm seu local de proliferação nas redes sociais digitais, em que a falta de fiscalização e controle das postagens incita certo ar de fragilidade e facilidade em cometer estes delitos.

Por isso, organizando nosso referencial teórico caminhamos pelo ciberespaço, onde a cibercultura é vivenciada. Observamos os crimes pela ótica da Teoria Ator-Rede, com o olhar de que humanos e também os não-humanos, podem nos levar a cometer crimes virtuais, chegando nas redes sociais digitais, nas quais a comunicação virtual se efetiva e, em muitos casos, sem controle e segurança. Mas afinal, o que são crimes virtuais? É o que iremos discutir a seguir.

2.5 Crimes virtuais, o foco

Os Crimes Virtuais se constituem na temática central desta pesquisa, por aproximar os crimes acontecidos no ambiente virtual (aqui também chamado de ciberespaço e, principalmente, nas redes sociais digitais), com as vítimas em potencial (nossos alunos e alunas).

O desafio de se abordar o tema crimes virtuais estava em seu caráter interdisciplinar. Existem dois campos do conhecimento que tratam deste assunto: as ciências da computação e

o direito. Ambos se dedicam a investigar, tipificar, identificar, julgar e condenar os envolvidos. E mais, devido à urgência em tratar desta temática nos espaços escolares, incluímos a área da educação, por se constituir em um espaço onde é possível esclarecer e prevenir a sua ocorrência.

Afinal, o que é crime? Crime¹⁴ é uma “conduta típica, antijurídica e culpável”. Moleta (2016, p.1). Sendo assim, é considerado crime a atitude que transgride a lei e que tenha a comprovação de culpabilidade do indivíduo executor. Quando falamos em *cibercrimes* ou crimes virtuais, estamos nos referindo àqueles que acontecem no ambiente do ciberespaço, cometidos por usuários que, por meio de suas redes sociais digitais, praticam algo ilícito. E mais, muitas vezes estes usuários desconhecem o que a legislação define como crime, especialmente as crianças e jovens.

Entretanto, outros usuários utilizam a rede de computadores para cometerem crimes de maneira intencional e consciente. E aos quais, os estudantes estão expostos. Com vistas a aprofundar o tema, elencamos os tipos mais comuns de crimes virtuais, segundo a literatura. Vejamos:

- **Roubo de dados e senhas (*phishing*)** – Colli (2010, p. 69) explica que este crime é feito por meio do envio (por email ou sites) de arquivos maliciosos que capturam dados como senhas e fotos, tem o objetivo de “pescar” informações e dados pessoais importantes através de mensagens falsas. Com isso, os criminosos podem conseguir nomes de usuários e senhas de um site qualquer, como também são capazes de obter dados de contas bancárias e cartões de crédito. Os criminosos realizam compras com os dados de cartões de créditos e/ou fazem ameaças com fotos íntimas;
- **Cyberbullying** – Que originou do bullying (palavra em inglês que pode ser traduzida como “intimidar” ou “amedrontar”). Sua principal característica é a agressão (física, moral ou material) sempre intencional e repetida várias vezes sem uma motivação específica. A tecnologia agravou ou deu cara nova a este problema, através de emails ou mensagens com ameaças e xingamentos (SANTOMAURO, 2010, p. 68).
- **Sexting** é o envio, postagem, recebimento e compartilhamento de imagens (fotos/vídeos) íntimas ou de mensagens excitantes ou ainda de uma imagem sua seminua ou nu por meio do celular e das mídias eletrônicas (computador, redes sociais, *Internet*), numa perspectiva da exposição indevida, sem consentimento (FIGUEIREDO, 2016, p. 14).

¹⁴ Disponível em: <https://paulocwb.jusbrasil.com.br/artigos/206527778/o-que-e-crime> acesso em julho de 2017.

- **Aliciamento (*grooming*)** – o adulto usa o disfarce de um perfil de criança ou adolescente para envolver a vítima, o que pode chegar ao envio de fotos íntimas e até o encontro presencial em muitos casos. Aliciamento de crianças e jovens por meio da *internet* (BRANCA; GRANGEIA; CRUZ, 2016, p 01).
- **Crimes de ódio**¹⁵ é uma forma de violência direcionada a um determinado grupo social com características específicas, ou seja, o agressor escolhe suas vítimas de acordo com seus preconceitos e, orientado por estes, coloca-se de maneira hostil contra um particular modo de ser e agir típico de um conjunto de pessoas. Os crimes de ódio são muito comuns nas redes sociais digitais e se caracterizam principalmente por xingamentos ou piadas de cunho preconceituoso, com o intuito de inferiorizar o indivíduo por alguma característica. Entre os motivos de crime de ódio estão: racismo (principalmente ao negro), preconceito de gênero (principalmente homens inferiorizando mulheres), orientação sexual (xingamentos deste tipo são bem comuns aos homossexuais e até aos que não são homossexuais, como forma de inferiorizar este indivíduo), origem (cidade ou países, atribuir inferioridade ou características aos nascidos em determinados locais), grupo social (preconceito aos pertencentes a grupos, por exemplo: os *rockeiros*, os *geeks*, os *nerds*, os *funkeiros*).
- **Fake News**¹⁶ notícias falsas colocadas em redes sociais digitais, com intenção de vender e enganar.

Na mídia¹⁷, diariamente presenciamos notícias e informações de mortes, suicídios e prisões, em que os crimes virtuais são os motivos para essas mazelas. Por este motivo é que devemos abordar este assunto nas salas de aula: dialogar, esclarecer e escutar nossos alunos e alunas, sobre todos os assuntos, principalmente aqueles que estão com repercussão em alta.

Conforme Colli (2010) existem quatro questões problemáticas referentes às investigações dos cibercrimes: quanto à natureza jurídica, aos sujeitos, ao tempo e ao lugar e às provas obtidas. Trata-se de uma ramificação do direito que tem suas complexidades no que diz respeito à caracterização do crime, a prova e a sanção do mesmo.

A natureza jurídica dos crimes virtuais, parte do conceito de infração penal, assim para que haja um crime devem estar presentes três elementos essenciais: tipicidade (conformidade do

¹⁵ Disponível em: <https://draflaviaortega.jusbrasil.com.br/noticias/309394678/o-que-sao-os-crimes-de-odio> - acesso em maio de 2018.

¹⁶ Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/01/o-que-sao-fake-news-veja-dicas-para-identificar-boatos-na-internet.ghtml> - acesso em maio de 2018.

¹⁷ Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/releases-ae,crimes-virtuais-afetam-42-milhoes-de-brasileiros,70001644185> - acesso em maio de 2018.

fato com o descrito na lei penal), ilicitude (comportamento que contraria a ordem jurídica) e a culpabilidade (presença de culpa e dolo). Sendo assim, o fato deve ser típico, ilícito e culpável (COLLI, 2010, p.81).

Quanto aos sujeitos, devemos lembrar que o ciberespaço dissipa a noção de espaço-tempo (onde estou se estou em todo lugar afinal?) (COLLI, 2019, p. 87). A confusão de mundo *on-line* e *off-line* e a possibilidade de recursos que garantem o anonimato entre outros entraves, podem ser uma dificuldade no momento de identificação da máquina e, por consequência, o indivíduo agente do crime.

Podemos falar quanto ao tempo e lugar dos crimes virtuais que as redes de computadores e a *internet* superaram estes limites. O ciberespaço nos permite adentrar limites internacionais em um clique, existe uma certa liberdade que é facilitada por estes meios. Por este motivo Colli (2010) nos adverte para buscar possibilidades no Direito Penal Internacional.

E, por fim, quanto às provas podemos destacar dois pontos relevantes: a efemeridade dos dados gravados ou transmitidos a partir de um computador e as provas ilícitas decorrentes de ameaças à intimidade e privacidade (COLLI, 2010, p. 106). Essa busca e caracterização exigem profissionais capazes de tal identificação dentro das polícias e demais instâncias julgadoras do poder legislativo. Não é tarefa fácil caracterizar o crime virtual, a própria legislação oferece brechas para que advogados conhecedores da jurisprudência ou dessas lacunas da legislação salvem criminosos *on-line* das sanções.

A relevância de se trabalhar com o assunto crimes em sala de aula encontrou apoio na Lei de Diretrizes de Bases da Educação¹⁸. Em seu artigo 2º, temos:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, **seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.** (grifo da autora)

De acordo com a legislação que nos guia para a execução do trabalho docente, o preparo para o exercício da cidadania engloba conhecer seus direitos e deveres, bem como a legislação existente, para que como cidadãos também façamos a cobrança dos governantes para que a lei se cumpra. Assim funciona: conhecer para proteger, defender e levar ao conhecimento dos outros, um ciclo positivo de conhecimento e cidadania.

¹⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm - acesso em maio de 2018.

3 METODOLOGIA: EXPLICANDO O PERCORRIDO

3.1 O campo de pesquisa e o projeto “crimes virtuais”

Neste trabalho de dissertação se apresenta um desafio: retomar o vivido por estes alunos e alunas em um projeto escolar já finalizado, com o intuito de buscar novas contribuições e novos questionamentos que cooperem para o aprimoramento do enfrentamento desta questão nos espaços escolares.

O Projeto Crimes Virtuais, foi desenvolvido na Escola Básica Municipal José do Valle Pereira. Esta escola foi fundada no dia 15 de novembro de 1959, funcionando inicialmente como ensino de 1ª a 4ª série no prédio onde funcionou o NEI Judith Fernandes de Lima. Em 31 de julho de 1978, inaugurou-se o novo prédio, construído no terreno que havia pertencido à família de José do Valle Pereira. O nome da escola justifica-se na homenagem feita pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, ao primeiro vereador eleito do bairro Saco Grande, José do Valle Pereira, e pela tradição de sua família constituída nesta localidade. Este ano de 2018 a escola completa, então, 40 anos de existência e tem a frase em seu emblema: “**Educando com consciência**”. Faz parte da rede municipal de ensino e atende além dos alunos do Bairro sede da escola (João Paulo), estudantes oriundos dos Bairros: Saco Grande, Cacupé e Monte verde. Falando do Bairro João Paulo, no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola:

Hoje, o Bairro João Paulo possui uma população de 3057 habitantes (censo 2000/IBGE), tem uma escola pública de ensino fundamental, um posto de saúde público municipal e um número reduzido de pequenos comércios. Uma característica marcante na atualidade é o acelerado crescimento habitacional, principalmente nos últimos dois anos, o que tem mudado bastante a paisagem do bairro. (2018, p. 11)

Trata-se de um bairro próximo ao centro da cidade e ao mar, composto de casas e prédios na sua maioria de classe média¹, onde alguns estudantes são provindos de escolas privadas. As famílias dos estudantes têm como característica, segundo o PPP:

São geralmente compostas de 4 a 6 pessoas, a maioria dos pais exerce as funções de: auxiliar de serviços gerais (serviço público e privado), vigilância, limpeza, cozinha, motoristas, cobreadores, comerciantes autônomos, militares, pedreiros, eletricitas, pintores, comerciários e entre as mães, a maioria exerce funções de: auxiliar de serviços gerais (públicos e privados); serviços de limpeza e cozinha, empregadas domésticas, faxineiras (diaristas), comerciárias, costureiras, agentes de saúde, cabeleireiras e auxiliares administrativas. As demais, afirmam nunca terem trabalhado fora de casa. (2018, p.12)

¹ É relevante falar da situação sócio econômica dos nossos alunos, pois a grande maioria tem acesso às redes sociais digitais, pelo uso de seus dispositivos móveis (*smartphones, tablets, notebooks*).

Nossa escola têm aproximadamente 700 (setecentos) alunos e alunas e 60 (sessenta) funcionários: entre professores, equipe pedagógica e apoio (limpeza, cozinha e segurança). O espaço físico é bom e a estrutura física é conservada: quadras, refeitório, ginásio, laboratório de ciências e sala informatizada, são alguns dos locais visitados pelos alunos no cotidiano de suas aulas. Segue algumas ilustrações (Figura 1) do campo de pesquisa:

Figura 1 – Imagens do campo de pesquisa



Fonte: Fanpage EBM José Valle Perereira (Facebook).

Os alunos dos anos iniciais (primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental) têm como hábito a visita semanal à sala informatizada. Estas turmas têm pelo menos uma aula nesta sala, que têm 20 computadores (*desktops*), *tablets*, câmera de vídeo, câmera fotográfica, entre outros recursos de tecnologia digital. A decisão destes alunos e alunas em ter uma aula semanal neste espaço partiu da direção e equipe pedagógica para oportunizar o contato com estes recursos e, também, para resolver a cobertura com a hora-atividade dos professores regentes destas turmas. A hora-atividade foi instituída pela lei 11.738² de julho de 2008: “§ 4o Na composição da

² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm - acesso em 19 de agosto de 2017.

jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos”.

Sendo assim, nossos **sujeitos pesquisados** são os alunos e alunas, que no ano de 2015 frequentaram os quartos e quintos anos da Escola Básica Municipal José do Valle Pereira, totalizando no ano de 2015, 150 participantes (alunos e alunas entre 10 e 11 anos). Neste ano, sua rotina escolar compreendia: frequentar a sala informatizada pelo menos uma aula semanal.

O preparatório do projeto contou com a participação da equipe pedagógica e do corpo docente. Em 2014, nos momentos de planejamento coletivo, para pensar situações problema e projetos escolares interdisciplinares, uma situação de *sexting* ocorrida com uma aluna do oitavo ano e, após uma conversa diagnóstica realizada no início do ano com os alunos dos quartos e quintos anos, é que o Projeto Crimes Virtuais teve seu início.

Em março de 2015 tivemos uma reunião com a orientação e supervisão da escola para juntos pensarmos a melhor maneira de abordar o assunto. Sabíamos que deveríamos ter todo o zelo e cuidado na abordagem, por isso decidimos abordar primeiramente conceitos introdutórios como: tecnologia (suas possibilidades e usos); *internet* (criação, finalidades, como era antes e agora); o GPS (sua criação e finalidade) e, finalmente, entrando definitivamente nos crimes virtuais trazidos pelos próprios alunos ou pela professora.

Contudo, tínhamos como eixo principal³ “abordar os Crimes Virtuais de maneira dialogada, por meio de rodas de conversas e exemplos encontrados na mídia, de forma que os próprios alunos investigassem (na rede mundial de computadores) suas necessidades e curiosidades expostas em sala de aula.” Como objetivo geral: “apresentar e discutir os Crimes Virtuais existentes.” Para atingir nossos objetivos e também inteirar nossos alunos e alunas do que acontecia no mundo virtual, elaboramos uma série de conteúdos a serem ministrados:

- História da *Internet*,
- História dos Computadores,
- Reportagem sobre sequestro do menino de SC (tinha fotos com o uniforme nas redes sociais) Ilhota, 2014.
- Crime de fraude, roubo de senha, comprar com cartão de crédito de outro.
- O que são Redes Sociais? Quais as principais redes sociais?
- O que é o GPS? Qual primeiro GPS? Que país é dono do GPS que usamos? Por que esse serviço é gratuito afinal?

³ O planejamento completo datado de março/2015 está no Apêndice A.

- *Cyberbullying*. Casos relatados pelos estudantes.
- *Sexting*. Reportagem da menina de Veranópolis que se suicidou. (2013)
- Aliciamento de crianças e adolescentes pela internet. Casos trazidos pelos alunos.
- Privacidade, cuidado com fotos expostas na rede. Vídeo de menina que teve suas fotos colocadas em site de prostituição. (youtube)
- Conceito de Violência Virtual. Revista Nova Escola 2010.
- Roubo de informações, invasão de privacidade. Lei Carolina Dieckmann.
- Conceitos: injúria, calúnia e difamação.
- Crimes de ódio nas redes sociais pelos seguintes motivos: etnia, gênero, grupo social, origem, orientação sexual.

Portanto, o projeto tinha como justificativa o aumento considerável de crimes que envolviam o uso dos meios eletrônicos e digitais, os chamados Crimes Virtuais e também motivados por um caso de *Sexting* acontecido em nosso meio escolar, decidimos falar sobre este assunto em sala de aula.

O instrumento de organização das informações do projeto (por parte dos alunos) era o caderno, avaliado e observado com os registros de cada aula, tendo o computador como aliado diário nesta busca, tínhamos nossas procuras e interrogações sanadas.

Muitos fatos relatados e analisados nesta dissertação ocorreram no ano de 2015. Tais fatos foram registrados no caderno de anotações (de cada aluno individualmente) e nos registros gravados no computador, além das reportagens de noticiários, jornais e *internet* que foram utilizadas como material de apoio às aulas. Algumas notícias utilizadas foram as seguintes:

- Em 2014, um menino foi sequestrado em Gaspar/SC. O sequestrador disse que pegou as informações do menino pela rede social, como: uniforme com nome da escola e horários que a criança saía de casa para suas atividades. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2014/06/sequestrador-diz-ter-planejado-crime-com-informacoes-de-rede-social.html>.
- Em 2015, a atriz Tais Araújo foi alvo de comentários racistas em uma foto publicada em sua rede social (sobre o cabelo da atriz por estar solto e volumoso), configurando crime de injúria por meio de um comentário feito ao seu cabelo. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/atriz-tais-araujo-e-alvo-de-comentarios-racistas-em-rede-social.html>

- Em 2013, uma menina se suicidou em Veranópolis/RS após ter tido sua foto íntima compartilhada entre os habitantes daquela cidade. A menina em um momento íntimo com o namorado mostrou os seios a ele, que a enviou para os quatro amigos mais “próximos”. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/11/adolescente-de-16-anos-de-veranopolis-se-suicida-apos-ter-fotos-intimas-divulgadas-na-internet-4338577.html>
- Também em 2013, o roubo do dispositivo móvel que resultou no compartilhamento de fotos íntimas da atriz Carolina Dieckmann e iniciou o debate político para a criação da Lei 12.737 de 2012 que pune o compartilhamento e roubo de fotos íntimas. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/04/lei-carolina-dieckmann-que-pune-invasao-de-pcs-passa-valer-amanha.html>
- Em 2015, o vazamento de fotos íntimas, as chamadas nudes do ator Stenio Garcia e sua esposa. Disponível em: <https://mdemulher.abril.com.br/estilo-de-vida/nudes-vazados-porque-stenio-garcia-nao-se-envergonha-e-marilene-saade-sim/>
- Em 2015, a jornalista Maria Julia Coutinho, a Maju do Jornal Nacional, foi vítima de comentários racistas em sua página pessoal. Disponível em: <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2015/07/maria-julia-coutinho-maju-e-vitima-de-racismo-no-facebook.html>

Estes exemplos da vida real, mesmo que acontecidos com pessoas conhecidas, eram comentados e problematizados com os alunos em sala de aula. A intenção de utilizar essas notícias é que muitos deles já sabiam do conteúdo, ou melhor, do acontecido e facilmente tinham opinião formada sobre o assunto.

Certo dia, o tema gravidez na adolescência veio à tona. Ouvimos um relato de uma menina do quinto ano que, sua amiga de onze anos estava grávida. Esta, se encontrava afastada da escola, já que se tratava de uma gravidez de risco, pois a garota do exemplo não tinha estrutura física para continuar a gravidez e estava muito mal (sangramentos e dores). Recordamos do silêncio e dos olhares de compaixão com o caso.

Outro momento marcante do Projeto aconteceu com os alunos do quarto ano. Durante as discussões, surgiu o termo pedofilia. Questionamos o grupo o que era pedofilia. A resposta veio prontamente e certa. Um garoto explicou e outro complementou com os cuidados com o corpo. Trata-se de um assunto considerado tabu, mas que surgiu e por esse motivo necessitava de mediação para a conversa aberta que tivemos naquele momento. Os próprios estudantes formularam suas necessidades e preocupações com a temática.

A partir da notícia da atriz Tais Araújo, surgiu uma nova palavra na vida dos estudantes de

um quinto ano. A palavra misteriosa era injúria, que veio “acompanhada” pelas palavras calúnia e difamação. Estas despertaram a curiosidade de todos, que rapidamente foram buscar seus significados por meio da rede mundial de computadores. Para melhor compreender o significado, mediamos com exemplos apontados no cotidiano.

O relato mais marcante naquele ano de 2015 surgiu com a notícia da uma adolescente que se suicidou na cidade gaúcha de Veranópolis. A menina, segundo relatos de reportagens, de apenas 16 anos mostrou os seios em uma conversa por vídeo para seu namorado que fotografou e espalhou na rede. Uns dizem que foi para os amigos mais íntimos, outros falam que foi em redes sociais após o término. De qualquer forma, o suicídio desta garota gerou muitos confrontos e disputas entre meninos e meninas da escola. Instigávamos sobre qual atitude deveria ter sido tomada pelas pessoas que com ela conviviam, que talvez tivessem evitado a morte da menina. Durante os debates, o “machismo” (comum a todos os gêneros), surgia fortemente na fala dos alunos. Alguns afirmavam que talvez o “erro” tenha sido da própria menina ao mostrar os seios. E assim, fomos problematizando a situação e ouvindo as falas que surgiam. Questionamos, mas ela era namorada do menino, afinal o que namorados fazem? Mostrar o seio não faz parte do namoro? As discussões ficaram cada vez mais acaloradas, inclusive um dia em um quinto ano, um garoto levantou a mão e falou abertamente que esta atitude era de “puta”. Nossa mediação o fez refletir sobre o palavrão falado e solicitamos que explicasse o que era uma pessoa com esse renome. Eis que o garoto começou a dar uma aula de termos chulos, machistas e preconceituosos e coube a nós encerrar o encalorado assunto.

O *cyberbullying* sempre teve lugar de destaque em nossas falas. Sempre tivemos muitos relatos, muita informação prática de acontecimentos reais, com eles ou com colegas próximos. Questionávamos como eram seus grupos de conversa pelos aplicativos, sabíamos de muitas brigas e palavrões, que pouco eram usados para fins escolares, por exemplo. Incentivávamos o uso para a escola, dos dispositivos móveis que possuíam, mas sabíamos, pelos seus relatos diários, que a intenção maior deles com os equipamentos era de fazer brincadeiras e jogos.

A partir das atividades e debates durante o Projeto, iniciamos um processo de tipificação, com os alunos, dos crimes virtuais. Os crimes de ódio foram divididos por seus motivos: **gênero** (quando falava mal ou inferiorizava uma menina pelo fato de ela ser do sexo feminino), **etnia** (quando aconteciam situações de racismo ao negro, japonês, haitiano), **origem** (situações que inferiorizavam e estabeleciam preconceitos com o baiano – preguiçoso ou o gaúcho – grosso), **grupo social** (respeitar o indivíduo e suas escolhas – skatista, roqueiro, sambista) e **orientação sexual** (ofender o indivíduo pela sua orientação sexual).

Essa divisão e classificação dos crimes de ódio ilustraram e clarearam a compreensão por parte dos alunos. A seguir, eles realizaram uma atividade utilizando os computadores, impressora, cartazes, canetas; fizeram uma campanha de conscientização na escola dizendo não aos crimes de ódio na *internet*. Durante a realização da atividade, em grupos, eles debatiam, contavam situações, liam outras notícias com exemplos, enfim, problematizavam a temática. No final, após apresentar em sala, uma turma de um quarto ano decidiu apresentar suas produções de sala em sala, na escola inteira. Foi uma surpresa a vontade dos alunos de repassarem aos outros as descobertas e tornarem público o trabalho e as descobertas deles.

Estes fatos são apenas alguns relatos que motivaram estes alunos a alunas participantes deste projeto escolar a contarem e compartilharem com o maior número de professores, educadores e outros alunos suas vivências, aprendizagens e conhecimentos construídos. Mostrando que é possível e imprescindível falar destes assuntos no espaço escolar. E, claro, também motivaram esta pesquisa.

3.2 Estrutura metodológica

Esta pesquisa se define como sendo de cunho **quali-quantitativo**. O que acreditamos ser uma falsa dicotomia. Minayo (1994) explica esta controvérsia, ressaltando que estes dois paradigmas de pesquisa se complementam no seguinte trecho:

(...) a contribuição da abordagem qualitativa para a compreensão do social pode ser colocada como teoria e método. Enquanto teoria, ela permite desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos, grupos particulares e expectativas sociais em alto grau de complexidade. Enquanto método caracterizado pela empírea e pela sistematização, a abordagem qualitativa propicia a construção de instrumentos fundamentados na percepção dos atores sociais, tornando-se, assim, válida como fonte para estabelecimento de indicadores, índices, variáveis, tipológicas e hipóteses. Além disso, ela permite interpretações mais plausíveis dos dados quantitativos, auxiliando na eliminação do arbitrário que escorrega pela operacionalização dos modelos teóricos elaborados longe das situações empiricamente observáveis. (1994, p.30-31)

Nesta pesquisa a dimensão quanti foi a análise dos resultados dos questionários que pudemos perceber e a quali foi a análise dos discursos dos entrevistados no grupo focal.

Além disso, caracterizamos a pesquisa como um **estudo de caso**, pois temos um problema geral que foi observado e analisado em um grupo específico de indivíduos. Segundo Yin (2001), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados. De maneira ampla, o grupo entrevistado

(no nosso caso, por meio do questionário e grupo focal) expressou sua contribuição, por meio das percepções do projeto vivido.

Nesta pesquisa o estudo de caso se configura como método qualitativo de análise de dados, pois se trata de um fenômeno amplo e complexo e que não pode ser estudado fora do contexto no qual ocorre naturalmente. Assim, teremos várias visões teóricas do assunto abordado que vão possibilitar discussões sobre essa situação específica. Temos o desafio de trabalhar com pesquisa em educação, que tem como característica a subjetividade do sujeito, mas objetivamos teorizar e encontrar possibilidades.

Sendo assim, fomos à busca dos nossos dados e futuros resultados junto aos indivíduos pesquisados em duas etapas de coleta dos dados:

A **1ª Etapa** foi a aplicação do **questionário** que, segundo Marconi e Lakatos (1999, p.100), é um “método de coleta de dados, construído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Este instrumento foi de múltipla escolha, com duas questões de complemento (abertas) e teve identificação (para escolha dos participantes do grupo focal - Apêndice B).

Antes do preenchimento pela totalidade dos alunos e alunas participantes do projeto no ano de 2015, informamos que o questionário passou por uma **validação** da sua compreensão, realizado junto a alunos que haviam participado do Projeto Crimes Virtuais. Esta validação ocorreu na primeira semana do mês de outubro de 2017 na sala da orientação, situada nas dependências da Escola. Foram três alunos de uma mesma turma de sexto-ano (dois meninos e uma menina). Após explicação rápida, abordando os objetivos da pesquisa e o assunto do questionário, estes prontamente aceitaram passar pelo teste do instrumento. Os três alunos não tiveram dúvidas sobre o preenchimento e levaram em torno de quatro minutos, em média, para preencherem e anotarem as respostas. Não observamos intercorrências, dúvidas e/ou outras contribuições. Por fim, os estudantes aprovaram o questionário para ser preenchido pelos demais colegas.

A aplicação do questionário aos alunos e alunas participantes do projeto crimes virtuais, aconteceu no início do mês de novembro de 2017. Realizamos quatro dias de coleta para não interferir no horário de aulas destes alunos. A equipe pedagógica conversou com o professor de sala, que autorizou a minha entrada, sempre no início das aulas das turmas. Foram seis turmas no total, três sextos e três sétimos anos, que representaram no ano de 2015 os quartos e quintos-anos, em que o projeto foi desenvolvido. Dos 150 alunos que participaram do projeto no ano de 2015, 137 deles permaneceram na escola e 116 responderam ao questionário (84,67% dos que ainda

continuavam na escola). Obtivemos, assim, uma amostra significativa para análise das questões. Lembrando que a entrega do questionário foi feita aos estudantes que participaram do projeto, os alunos novos que tinham entrado na escola há um ano não o preencheram.

A **2ª Etapa** consistiu na realização de um **grupo focal** com os alunos e alunas que, no questionário, manifestaram vontade de participar do estudo. Foram 48 alunos e alunas que aceitaram ir para entrevista coletiva. Destes, fizemos sorteio por turmas (entre sexto e sétimo anos, foram seis turmas) e gênero. Sobre grupo focal Minayo (2016) revela:

Os grupos focais consistem em reuniões com um pequeno número de interlocutores (seis a doze no máximo). Essa técnica de abordagem muitas vezes é utilizada de forma funcional, como uma finalidade em si, sobretudo quando são muitos atores e torna-se mais prático reuni-los em torno de grupos. (...) a real dimensão de utilidade dos grupos focais é o seu papel interativo, permitindo a formação de consensos sobre determinado assunto ou de mostrar dissensos a partir de mútuas argumentações, ao contrário das entrevistas que costumam ocorrer de forma solitária. (2016, p. 62)

Assim, o grupo focal buscou colher informações que possam proporcionar a compreensão, no caso da nossa pesquisa: das percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviços. O grupo focal foi gravado (vídeo e áudio) e teve suas falas e reações transcritas, com o auxílio de duas secretárias (também professoras) colegas do grupo Educaciber que fizeram a análise dos indivíduos pesquisados.

Sendo assim, aquele momento teve um roteiro pré-definido (Apêndice C) e aconteceu em duas aulas de 45 minutos (segunda e terceira aula do turno matutino), no dia 20 de novembro de 2017.

Os alunos e alunas participantes e escolhidos para o grupo focal foram onze (cinco meninas e seis meninos). Entretanto, no dia agendado, apenas nove alunos compareceram. Os nove participantes definitivos (3 meninas e 6 meninos) apresentaram a autorização dos responsáveis por meio do preenchimento do termo de consentimento livre e esclarecido e o termo de assentimento, com todo o processo de coleta, análise e objetivos explicado para alunos e pais. Reiteramos para pais e alunos, a certeza de que os sujeitos da pesquisa teriam suas identidades preservadas, sendo chamados por um nome de sua escolha e protegidos de qualquer situação que pudesse comprometer a integridade destes estudantes⁴.

Após nossas duas etapas de coletas (questionário e grupo focal), a análise dos dados das falas e reações dos alunos no momento do grupo focal foi analisada pelo método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2004). Segundo a autora trata-se de:

⁴ Parecer número: 2.313.107 - aprovado em 03 de outubro de 2017.

(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (p. 27).

Sendo assim, compreendemos as impressões e contribuições destes agentes referentes à participação do projeto. A análise de conteúdo compreendeu três fases importantes: a pré-análise, a descrição analítica e a interpretação referencial. Portanto, já entendemos a etapa de coleta de dados como pré-análise, que compreende todo o processo de coleta e organização do material. A descrição analítica foi o questionário analisado em suas quantidades, que já nos traziam respostas e subsídios aos nossos objetivos e, finalizando com a interpretação referencial contida nas falas destes indivíduos.

Lembramos que nosso projeto de pesquisa faz parte do grande projeto do grupo **Educaciber** que é aprovado pelo Comitê de Ética⁵ e tem a autorização da Prefeitura Municipal de Florianópolis, por meio da sua Gerência de Formação Permanente (Anexo E), a qual entende a relevância desta pesquisa para nossos alunos e alunas, em futuras abordagens que envolvam as temáticas estudadas pelo grupo de pesquisa e também com a não exposição e prejuízos a estes indivíduos.

⁵ Parecer número: 2.313.107 - aprovado em 03 de outubro de 2017.

4 RESULTADOS DA PESQUISA: EM BUSCA...

Dando continuidade a nossa pesquisa, apresentamos neste capítulo as análises. Iniciamos com a do questionário, com oito questões que, primeiramente, nos forneceram subsídios para, em seguida, analisar a entrevista coletiva com os participantes.

Ressaltamos aqui que uma das questões do questionário foi a participação no grupo focal, portanto o processo: “questionário e grupo focal” foram de grande amparo para a busca das percepções dos alunos e alunas.

4.1 “Atacar o mal pela raiz”: análise do questionário

O preenchimento do questionário (Apêndice B) pelos alunos e alunas participantes do projeto Crimes Virtuais aconteceu no início do mês de novembro do ano de 2017, em quatro dias de coleta, para que não atrapalhasse o horário de aulas. A equipe pedagógica conversou com o professor de sala que autorizou a minha entrada, sempre no início das aulas das turmas. Foram seis turmas no total: três sextos e três sétimos anos que representavam, no ano de 2015, os quartos e quintos anos. Dos 150 alunos que participaram do projeto: 137 deles permaneceram na escola e 116 responderam ao questionário (78% dos participantes); o que refletiu uma amostra significativa para análise dos dados coletados. O quadro abaixo (quadro 3) ilustra estes números:

Quadro 3 – Números do projeto

Alunos que participaram do projeto em 2015	Alunos que permaneceram na escola no ano de 2017	Alunos que responderam ao questionário
150	137	116
%	100%	84,67%

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

É importante ressaltar que a entrega do questionário foi feita aos estudantes que participaram do projeto, os alunos novos que tinham entrado na escola, há um ano, não o preencheram. A primeira pergunta do questionário teve o intuito de situar os estudantes, com a pergunta: Você participou do projeto Crimes Virtuais em 2015, nesta escola?

Das respostas obtidas, 100 alunos (86%) responderam que sim e 16 (14%), que não participaram. Vale ressaltar que, mesmo aqueles que responderam negativamente, efetivamente participaram do projeto em 2015, uma vez que estavam matriculados neste período na escola.

A segunda pergunta teve como objetivo rememorar as lembranças sobre as atividades realizadas durante a execução do projeto. Perguntamos: Você lembra-se de alguns dos exemplos e histórias contadas nas rodas de conversas? Obtivemos 66 respostas afirmativas (57%), ou seja, alunos que lembravam algumas histórias discutidas no projeto e 50 alunos que afirmaram que não lembravam (43%). Este número de respostas positivas pareceu mostrar que as aulas marcaram estes sujeitos por algum motivo, razão que talvez venhamos a identificar mais à frente.

Já a terceira pergunta foi relativa à participação deles nas discussões em sala de aula. Perguntamos: Você participou das discussões sobre os Crimes Virtuais durante as aulas? Os dados foram preponderantemente afirmativos: 95 alunos (82%) declararam ter participado dos momentos de conversas e terem contribuído com o tema, enquanto 21 deles (18%) afirmaram não ter participado. Cada turma tinha em torno de 25 alunos (em média), 82% correspondem a 22 alunos por sala, em média, interagindo com a temática da aula. Tal número representou um número significativo sobre a participação destes alunos do projeto/aula. Assim, a temática dos crimes virtuais, por fazer parte do cotidiano dos jovens e crianças que têm uma relação muito próxima com as tecnologias digitais, se apresentou como uma temática que mobiliza a atenção dos jovens da atualidade. Neste ponto concordamos com Serres (2013), quando caracteriza estes indivíduos:

Eles não têm mais os mesmo corpos, a mesma expectativa de vida, não se comunicam mais da mesma maneira não percebem mais os mesmos mundos não vivem mais na mesma natureza, não habitam mais o mesmo espaço. Nascidos com peridural e data programada, não temem mais, sob cuidados paliativos, a mesma morte. Não tendo mais a mesma cabeça que os pais, é de outra forma que eles se conhecem. (...) A língua mudou, o trabalho se transformou. (2013, p. 20-21)

Salientamos aqui as transformações que as tecnologias digitais promoveram no cotidiano destes jovens que, de fato, não são como antes, modificaram-se.

A quarta pergunta teve por objetivo identificar os temas mais marcantes discutidos no projeto. Nesta questão, mais de uma opção poderia ser preenchida. Perguntamos: Qual/quais temas foram os mais marcantes/significativos do projeto? As respostas indicaram que o tema mais marcante para os alunos foi o *Cyberbullying*, com 79 alunos (68%). Já para os crimes de ódio, tivemos 57 alunos que responderam (49%), enquanto 51 alunos (44%) citaram o roubo de senha (ou *Phishing*¹) e, por fim, 39 alunos (33%) apontaram o *Sexting*. Visualizamos melhor estes números no quadro abaixo (quadro 4):

¹ *Phishing* é uma forma de fraude eletrônica, caracterizada por tentativas de adquirir informações sigilosas, tais como senhas e números de cartão de crédito, ao se fazer passar como uma pessoa confiável ou uma empresa

Quadro 4 – Temas mais marcantes do projeto

<i>Cyberbullying</i>	Crimes de Ódio	Roubo de Senha	<i>Sexting</i>
79 alunos	57 alunos	51 alunos	39 alunos
68%	49%	44%	33%

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

As histórias e situações práticas apresentadas e discutidas durante o desenrolar do Projeto foram as mais acaloradas e intensas nos debates realizados. Ao analisarmos os documentos e registros do Projeto, o *cyberbullying*, os crimes de ódio e o roubo de senha foram os mais presentes nos dias de projeto, no sentido de mais questionados, mais mobilizados nas discussões em sala de aula e também mais presentes na mídia. Talvez algum outro fator que tenha contribuído para que os crimes de ódio e o *cyberbullying* tenham sido os assuntos mais lembrados residiu no fato que, tais crimes, são frequentes nos noticiários e na mídia. A empatia com as histórias trazidas por eles e, principalmente, pela mídia, indicou o quanto a visibilidade e publicidade deste tipo de notícia faz parte do contexto destas crianças e como as mobilizou.

Debord autor da obra *A Sociedade do Espetáculo*, citado por Figueiredo (2016), aponta que hoje a economia tem como uma das mercadorias a imagem, pois são os fatos, as notícias e as emoções da vida cotidiana postados na rede que movimentam o mundo. Ainda segundo Debord (2003), nesta *Sociedade do Espetáculo*, as pessoas representam, criam imagens de si visando chamar atenção e atender o padrão atual estabelecido. Nesta, não existe espaço para o diálogo, como encontro entre duas pessoas que tentam se conhecer com sinceridade e intuito de criar laços (FIGUEIREDO, 2016).

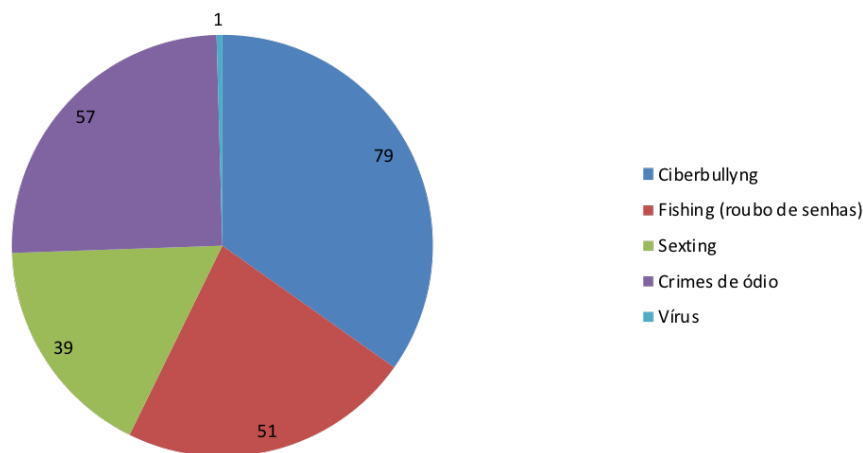
Já o autor Gilles Lipovestsky (2005) nos faz refletir sobre a indústria cultural que manipula as massas pelo entretenimento e o poder devastador da mídia sobre a vida do indivíduo gerando a uniformização, alienação, vitória do lixo da mídia e a chegada de uma cultura pouco erudita, na qual o que vale é o espetáculo da televisão. O autor analisa a capacidade dos meios de manipulação dos indivíduos, os quais ditam comportamentos e atitudes. A confusão gerada pelo excesso de informações e de soluções (tecnologias) que se torna um vazio, ou um vazio que resulta em um excesso, é comprovada nas prioridades estabelecidas pelos adolescentes que, por um lado, possuem liberdade de ação e fala e, de outro, medo e pânico, sentimentos antagônicos presentes em nossos sujeitos da pesquisa.

Segundo Maldonado *et al* (2010) o *cyberbullying* é considerado uma brincadeira, muito

enviando uma comunicação eletrônica oficial, como um correio ou uma mensagem instantânea. Na prática do Phishing surgem artimanhas cada vez mais sofisticadas para "pescar" (do inglês fish) as informações sigilosas dos usuários. COLLI (2010)

comum no ambiente adolescente e escolar (talvez por isso seja um dos crimes mais lembrados pelos alunos) e é necessário tratar este tema com seriedade, pois tem consequências para aquele que se sente ferido e magoado. Segundo essas autoras, uma conversa com vítima e agressor é imprescindível, ou seja, criar um espaço no qual os “lados” coloquem seus sentimentos para fora por meio do diálogo. A intervenção da equipe, no caso escolar, em muitos eventos é de suma importância para o desenrolar do episódio. Segue gráfico (Figura 2) que ilustra esses resultados:

Figura 2 – Crimes mais marcantes/significativos



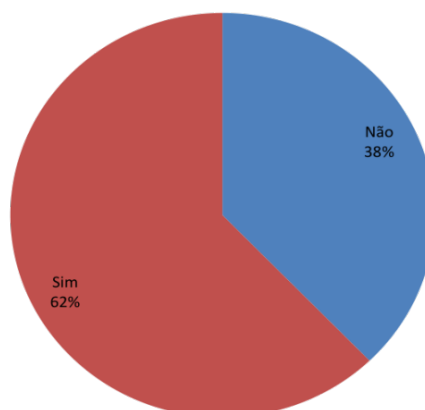
Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Novamente, as ações e falas durante o projeto nos deram pistas do que nossos alunos e alunas iriam sugerir como significativo, agora comprovados pelas análises de nosso instrumento.

A quinta questão procurou identificar possíveis repercussões do projeto fora do âmbito escolar. Perguntamos: Fora da escola, você conversou com alguém sobre o tema do Projeto Crimes Virtual? Com quem? A maioria dos alunos, 48 (41%) informou que não conversou com ninguém sobre o projeto, enquanto 40 alunos (34%) conversaram com os pais, 27 (23%) com os amigos, 8 (7%) com outro familiar e 4 deles (2%) com a professora. Os gráficos a seguir (Figura 3 e Figura 4), ilustram esses números:

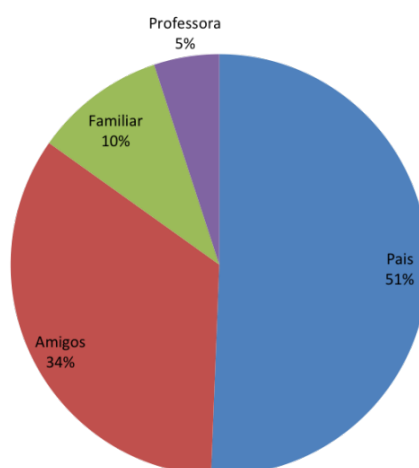
Alguns alunos assinalaram mais de uma opção. Conversaram com pais, familiares, amigos e professora, pois não limitamos nesta questão que somente uma das opções deveria ser assinalada. As respostas indicam que os alunos, com relação à temática de crimes virtuais, demonstraram confiança e abertura para conversarem com os pais e outras pessoas do seu entorno. Esta resposta nos surpreendeu, pois mostra que, embora se trate de temas comumente considerados delicados de serem comentados com os pais, neste caso, foi diferente. Souza (2009,

Figura 3 – Conversou com alguém sobre o projeto?



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 4 – Conversou com quem?



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

p.15) ilustra a importância deste fato para o desempenho escolar:

Percebe-se que a família possui papel decisivo na educação formal e informal, pois, além de refletir os problemas da sociedade, absorve valores éticos e humanitários e aprofunda os laços de solidariedade. Portanto, é indispensável à participação da família na vida escolar dos filhos, pois crianças que percebem que seus pais e/ou responsáveis estão acompanhando de perto tudo o que está acontecendo, que estão verificando o rendimento escolar – perguntando como foram às aulas, questionando as tarefas etc. – tendem a se sentir mais seguras e, em consequência dessas atitudes por parte da família, apresentam melhor desempenho nas atividades escolares (2009, p.15).

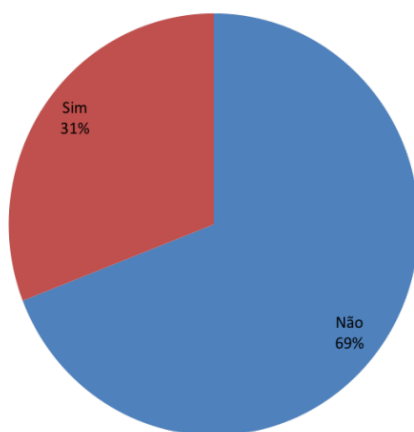
Percebe-se uma mudança que abre novas possibilidades no relacionamento entre pais e filhos. Nossa pesquisa comprovou que os adolescentes têm mais abertura e diálogo com os

adultos em casa, reforçando que nesta temática a conversa é imprescindível como forma de esclarecimento. Acreditamos que algum tema específico tenha provocado esta abertura nos lares dos nossos estudantes, ou talvez nossas conversas que estimularam o compartilhar de uma dificuldade com alguém de sua confiança, tenha repercutido nesta troca de informações entre as famílias.

A sexta questão abordou a temática da prática de delitos em seu cotidiano. Perguntamos: Você conhece alguém que já praticou algum dos crimes virtuais abordados no projeto? A maioria dos alunos (85 deles, ou seja, 73%), não conhece ninguém que tenha cometido esta prática, porém 22 deles (19%) apontaram o *cyberbullying* como sendo o crime virtual mais presenciado entre os adolescentes desta idade. Em segundo lugar, temos os crimes de ódio (10 – 9%), seguidos do *sexting* (3 – 3%), roubo de senha (2 – 2%) e da pirataria (1- 1%). Nesta pergunta, alguns alunos também preencheram mais de um crime.

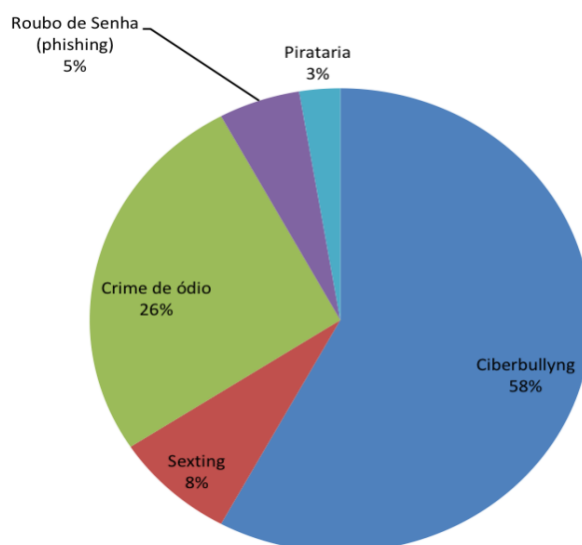
A sexta pergunta refletiu ou confirmou o que foi questionado na pergunta quatro, em que a maioria ressaltou o tema *cyberbullying* como mais marcante/relevante. Novamente, estes dados reforçaram que se trata de uma temática frequente e presente entre os alunos e alunas no ambiente escolar. Segundo Maldonado (2010), é importante que o aluno esteja preparado para a vida virtual, assim como a real. O comportamento no ciberespaço, dialogado em sala de aula estimula o estudante a entender e lidar com possíveis problemas, bem como evitar conflitos que ocorrem também no mundo virtual. Os gráficos a seguir ilustram estes números (Figura 5 e Figura 6):

Figura 5 – Conhece alguém que praticou crime virtual?



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 6 – Qual crime virtual?



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Aqui mais uma vez nossas impressões retiradas do tempo do projeto se confirmaram, pois o *cyberbullying* e os crimes de ódio nas redes foram os mais lembrados. Nossa surpresa ficou com a grande quantidade de alunos e alunas que não conheciam ninguém que praticou algum crime virtual, o que é positivo, pois nossa intenção era prevenção e cidadania de modo que estes meninos e meninas fossem “porta vozes” da mensagem do projeto, ajudando conhecidos e familiares com estas questões. Não conhecer alguém que já tenha praticado, mas estar ciente dos crimes pode significar que este indivíduo possui instrumentos para quando uma situação como esta acontecer. O intuito do projeto foi a prevenção para a ação e vemos que nossa intenção foi aos poucos se concretizando nas falas destes sujeitos.

Assim, a sétima pergunta era se os alunos estavam disponíveis para comporem o grupo focal e dar continuidade à pesquisa: Você aceitaria dar uma entrevista em grupo falando como foi participar do Projeto Crimes Virtual? Como resultado, obtivemos o aceite de 48 dos alunos (41%) e 68 deles (59%) não aceitaram participar da entrevista. Estes dados parecem demonstrar o quanto esta temática ainda é pouco discutida no ambiente escolar e como os alunos ainda são pouco estimulados a debaterem sobre qualquer assunto, ou não se sentem à vontade para conversarem sobre a temática dentro do ambiente escolar. Assim como a maioria também não falou sobre o projeto com alguém após a sua realização (ver questão 5 do questionário), estes dados podem sugerir uma resistência em querer novamente falar sobre o assunto com um grupo

de colegas.

De fato, alguns alunos podem não tem o hábito do questionamento, aquela clássica competência e estratégia de ensino que gera a reflexão. Vieira e Viera (2005) ressaltam que as perguntas são alicerces sobre os quais se constrói a maior parte da ciência social contemporânea. Assim, dos questionamentos que são a base da linguagem de sala de aula e instrumento estratégico do professor, resultará em trocas construtivas e significativas para a efetiva aprendizagem.

A oitava e última questão foi sobre a importância de tratar deste tema nos ambientes escolares. Perguntamos: você acha importante falar sobre Crimes Virtuais na Escola? A questão era chave, pois tinha um espaço para o comentário da resposta assinalada que indicava o porquê da resposta. A maioria dos alunos, 112 (97%) disse que sim, que este tema devia ser tratado na escola; e 4 alunos (3%) responderam que não é um tema importante de ser discutido na escola. Já nas justificativas, encontramos respostas semelhantes que faremos os agrupamentos para a análise.

4.1.1 Conversar + falar = resolução

Conversando a pessoa que sofreu estaria melhor.

Para algumas pessoas que não tiveram a oportunidade de **falar** sobre esse assunto.

Algumas pessoas não entendem o que é limite, pelo menos tentar conversar sobre resolva alguma coisa.

Porque fora da escola tem muitos pais que não **falam** sobre essas questões. (justificativas dos alunos à questão 8, grifo da autora)

Nestas justificativas, salientamos a importante ferramenta e estratégia pedagógica que é o diálogo. Neste sentido, concordamos com Paulo Freire (2016) e suas reflexões sobre este importante “fenômeno humano”:

Se é dizendo a palavra com que, pronunciando o mundo, os homens os transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens. Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a seres consumidas pelos permutantes. (2016, p.135)

A consciência de que “conversando a pessoa que sofreu estaria melhor” é de uma empatia e preocupação com o próximo, bem como a prevenção, educação e conscientização foram palavras chaves apontadas pelas crianças ao indicar a importância do projeto para a idade deles.

4.1.2 Orientar e conscientizar para o uso seguro

Para “**educar**” os alunos e mostrar uma maneira educada e certa de usar a internet.

As pessoas precisam saber para se prevenir e diminuir o risco de acontecer.

Para que os mais novos tenham consciência e isso não acontecer.

Ajuda a **conscientizar, não praticar, denunciar quem pratica.**

Atacar o mal pela raiz.

Hoje em dia tem muito e não é legal isso, já sofri e também já pratiquei, mas não me orgulho, **não faria mais.**

Porque tem pessoas que estão passando por isso e não sabem o que fazer e é bom ser **orientado.**

Para respeitar os outros.

Porque geralmente são os adolescentes que praticam bastante, então é bom dizer que isso **não é certo.**

Porque é **importante para a vida das pessoas.**

(justificativas dos alunos a questão 8, grifo da autora)

Expressões como educar e conscientizar, presentes nas respostas, são marcantes quando nos propusemos a uma educação emancipatória. Emancipatório no sentido de livre, libertos da sociedade, mas essencialmente humanos e humanizados, como nos lembra Bauman (2001) em sua Modernidade Líquida. Ou ainda, refletindo com Adorno (1995) “a necessidade de pensar é o que nos faz pensar”, já que consciente e liberto o indivíduo está orientado para a tomada de decisão.

4.1.3 A internet não é um lugar tão seguro assim

Para as pessoas pensarem e sobre **seus atos na internet.** Porque *as crianças de hoje são muito conectadas as redes sociais* e quanto mais rápido elas terem conhecimento no futuro nos podemos melhorar o Brasil e o mundo. Porque muitas crianças e adolescentes estão **sofrendo e praticando cyberbullying.** Para conscientizar as crianças que **não é só nas ruas que os crimes acontecem.** Os alunos devem saber o que **acontece nas redes sociais.** É muito importante alertar todos e prevenir, porque a **internet não é um lugar tão seguro assim.** (justificativas dos alunos a questão 8, grifo da autora)

Os motivos apontados para que o assunto crimes virtuais seja falado, inclusive em sala de aula, são muito motivadores e pertinentes. As respostas foram justificadas e muito bem elaboradas com tom de preocupação, cooperação e respeito ao próximo. Percebemos que um dos objetivos iniciais do projeto foi concretizado, que era o de levar e instigar a cidadania de cada sujeito participante para aqueles outros sujeitos envolvidos, tornando estes multiplicadores destas informações e conscientes de que “a *internet* não é um lugar tão seguro assim” (Apêndice A).

As análises do questionário nos deram uma pequena amostra da percepção de nossos alunos e alunas. As lembranças e contribuições futuras deram pistas do que nossos educandos

estão querendo discutir em sala de aula. A seguir apresentamos as análises do grupo focal, que aprofundou e deram significado às percepções dos alunos sobre a temática desta investigação.

4.2 “... Porque não é uma aula de ensino somente”: análise do grupo focal

Neste momento da pesquisa, fomos à análise dos dados coletados na entrevista coletiva, realizada via grupo focal com aos alunos selecionados². Vale ressaltar que o encontro com o grupo focal ocorreu no final do mês de outubro, na sala informatizada da Escola José do Valle Pereira.

Nesta análise utilizamos os “princípios de categorização” propostos por Bardin, com intenção de identificar e agrupar as características que emergiram das falas dos alunos (2004, p.117).

O grupo focal teve onze alunos e alunas sorteados (5 meninas e 6 meninos), mas no dia apareceram somente nove deles. Sendo assim, a conversa coletiva aconteceu com nove alunos e alunas (3 meninas e 6 meninos). O roteiro foi pré-definido (apêndice 3) e a conversa aconteceu em duas aulas de 45 minutos (com intervalo para lanche) no dia 20 de novembro de 2017.

Lembramos que os nomes apresentados como pseudônimos foram escolhidos por eles como primeira tarefa da nossa roda de conversa. A seguir apresentamos um breve perfil de cada um dos alunos, a partir de suas apresentações no início do grupo focal:

Alice frequenta o sexto-ano, têm 12 anos, usa computador em casa e tem celular. Fica conectada 4 horas por dia e suas redes sociais mais utilizadas são: *whatsapp, instagran e facebook*.

Felipe é aluno do sétimo ano e tem 12 anos. Possui computador e celular e fica em torno de 2 horas conectado. Suas redes sociais mais utilizadas são: *facebook, snapchat, whatsapp e tears speak*.

Irineu é aluno do sétimo ano e tem 13 anos. Possui celular, computador e neles fica conectado cerca de 10 horas por dia. Suas redes sociais mais utilizadas são: *instagran, whatsapp e snapchat*.

Kauan é aluno do sétimo ano e tem 13 anos. Possui celular, computador e neles fica conectado cerca de 7 horas por dia. Suas redes sociais mais acessadas são: *Skype, facebook e instagran*.

² Aqueles que assinalaram sim no questionário e foram posteriormente sorteados.

Larissa é aluna do sétimo ano e tem 13 anos. Possui celular, computador e neles fica conectada 10 horas por dia. Suas redes sociais mais utilizadas são: *facebook, msn, whatsapp e instagran*.

Lucas é aluno do sétimo ano e tem 13 anos. Possui celular, computador e neles fica conectado 3 horas por dia. Suas redes sociais mais utilizadas são: *instagran, facebook, whatsapp e Skype*.

Rogerinho é aluno do sétimo ano e possui 13 anos. Tem celular, computador e fica conectado 4 horas por dia. Suas redes sociais mais acessadas são: *instagran, facebook, whatsapp e Skype*.

Sofia é aluna do sexto ano e tem 12 anos. Possui computador, celular e neles fica conectada 4 horas por dia. Suas redes sociais mais utilizadas são: *Facebook, whatsapp e instagran*.

Tio Billy é aluno do sexto ano e tem 12 anos. Possui computador, celular e neles fica conectado 4 horas por dia. Suas redes sociais mais utilizadas são: *Facebook, whatsapp e instagran*.

Em seguida, organizamos o quadro de escolhidos (quadro 5), suas idades e séries:

Quadro 5 – Apelido, série e idade dos escolhidos para o grupo focal

Apelido escolhido	Ano (série)	Idade
Alice	6º	12
Felipe	7º	12
Irineu	7º	13
Kauan	7º	13
Larissa	7º	13
Lucas	7º	13
Rogerinho	7º	13
Sofia	6º	12
Tio Billy	6º	12

Fonte: Elaborada pela autora, 2018

No grupo focal, como apresentação inicial do grupo, perguntamos o apelido escolhido, idade, ano escolar, se tem celular/computador, tempo e como usam estas tecnologias. Assim, percebemos que este grupo ficava conectado em média 5 horas por dia (na fala deles, mas questionamos aqui o que é estar conectado?) e que os alunos participam de várias redes sociais digitais tais como: *facebook, instagran, whatsapp, skype, snapchat e tears speak*.

Em pesquisa recente a Amdocs³ revelou que os jovens brasileiros são os mais dependentes

³ Disponível em: <https://www.amdocs.com/> - acesso em julho 2018.

em redes sociais entre os dez países pesquisados⁴. Este levantamento foi realizado com 4.250 jovens, entre 15 e 18 anos, dos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Alemanha, Rússia, Índia, Cingapura, Filipinas, México e Brasil. Nesta pesquisa encontramos algumas informações relevantes que constataam a dependência, ou melhor, a vulnerabilidade do jovem brasileiro ao mundo digital: 64% dos jovens conferem suas redes ao acordar; 51% prefere usar emojis ou figuras ao se comunicar; 68% se sentem solitários ou ansiosos sem *internet* (65% se sente assim, quando está longe da família, para comparar os números). Estes dados revelam que nossos adolescentes pesquisados não estão tão distantes da realidade dos demais, principalmente no que diz respeito às horas que passam conectados.

Após várias leituras, releituras e tentativas de agrupamento das ideias verbalizadas pelos alunos, identificamos as seguintes categorias no quadro 6:

Quadro 6 – Categorias Desveladas

Categorias Desveladas
4.2.1 Lembranças de 2015: prevenção e participação
4.2.2 O perigo iminente descoberto: “... <i>na internet é mais fácil tudo, xingar e até mesmo sacanear.</i> ”
4.2.3 Reflexos de um currículo oculto: a percepção sobre a dimensão sexualidade
4.2.4 O projeto como mediador: mudança nas ações e associações
4.2.5 E se fizéssemos novamente e/ou fala mais professora!

Fonte: Elaborada pela autora, 2018

4.2.1 Lembranças de 2015: prevenção e participação

Ressaltamos que foi uma questão relacionada às lembranças que os alunos têm do ano de 2015 relativas ao projeto, mas a todo o momento em nossa conversa o clima de nostalgia das histórias e exemplos trazidos por eles predominou. Intuitivamente, tínhamos o sentimento de que muitas histórias chocaram ao serem abordadas na época, mas os exemplos práticos de como os chamados *hackers* faziam para invadir computadores e roubarem senhas foi uma das mais lembradas do projeto.

Destacamos a seguir, alguns dos assuntos mais lembrados pelos alunos e alunas⁵:

Invasão de privacidade de famosos, que daí vazavam os nudes na internet (...)
(Kauan, 2017)

⁴ Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/jovens-brasileiros-sao-os-mais-dependentes-das-redes-sociais/> - acesso em julho de 2018.

⁵ A descrição das falas está na íntegra e é a fala do indivíduo, por este motivo, pode conter equívocos de concordância.

Crimes de ódio na internet, por exemplo, racismo pela internet lembro de um exemplo de racismo com uma cantora na televisão. (Lucas, 2017)
Lembro que tu trouxe uma turma aqui na sala informatizada e mostrou como os hackers faziam para invadir as contas bancárias. (Rogerinho, 2017)
Cyberbullying e todo o tipo de xingamento pela internet, racismo. (Larissa, 2017)

Certamente estas lembranças tiveram um sentimento de empatia aflorado por parte dos alunos. Invasão de privacidade, “roubo” de senha, vazamento de fotos íntimas sem consentimento e xingamentos nas redes sociais digitais foram exemplos de fatos que mais marcaram estes alunos. Sentimentos como respeito ao outro, a sua intimidade e integridade é o que todos eles almejam, mesmo falando em ambientes virtuais. Neste sentido, refletimos sobre um dos intuitos do projeto que foi a coleta de informações através das notícias da mídia para transformá-las em conhecimento. Delcin (2005, p.61), explica melhor:

Aprender a aprender é a dinâmica atual com foco no saber perguntar, no **saber acessar informações e transformá-las em conhecimento**. O novo sentido do aprender envolve uma aprendizagem contínua ao longo da vida, confronta a escola como agência de repasse de conteúdos conceituais, com estrutura fechada e fragmentada do saber. A nova postura requer outra face escolar, mais flexível, como espaço de troca e construção de saberes e competências, como contexto e clima organizacional aberto a iniciação de vivências personalizadas do aprender a aprender e de uma ética social democrática. (grifo da autora)

Ressaltamos que, em algumas partes de nossa conversa em grupo, as lembranças que justificavam para falar desse assunto em sala de aula era a prevenção. Seis alunos: Tio Billy, Lucas, Rogerinho, Felipe, Larissa e Alice, na entrevista coletiva, citaram a palavra prevenção, como se os crimes virtuais estivessem muito próximos. Aqui nos apoiamos em Castells (2003), para falar da geografia da *internet* que é multidimensional, obrigando ao extremo do uso da palavra prevenção:

(...) a Internet tem uma geografia própria, uma geografia de redes e nós que processam fluxos de informações gerados e administrados a partir de lugares. Como a unidade é a rede, a arquitetura e a dinâmica de múltiplas redes são as fontes de significado e função para cada lugar. O espaço de fluxos resultante é a nova forma de espaço, característico da Era da Informação, mas não é desprovida de lugar: conecta lugares por redes de computadores telecomunicadas e sistemas de transporte computadorizados (2003, p. 170).

A pesquisa nos trouxe lembranças alegres, como comprovar que a escola pode ser sim local de debate, de qualquer temática ou assunto. Na escola, onde o indivíduo se reconhece parte dela e percebe-se integrante deste mundo complexo, no qual é indispensável a participação de todos, para que de fato nos chamemos democráticos. Como na fala do Irineu (2017):

Eu acho importante falar isso na escola, porque **a maior parte do nosso tempo a gente está na escola** e vale mais a gente usar o nosso tempo na escola aprendendo sobre isso, para não acontecer no futuro (IRINEU, 2017). (grifo da autora)

Ancoramo-nos em Fernandes (2009), no seu artigo intitulado “A importância da escola”, em que conceitua escola e fala do seu papel maior, para ilustrar a fala deste garoto:

As escolas são instituições imprescindíveis para o desenvolvimento e para o bem-estar das pessoas, das organizações e das sociedades. É nas escolas que a grande maioria das crianças e dos jovens aprende uma diversidade de conhecimentos e competências que dificilmente poderão aprender em outros contextos. Por isso mesmo elas têm que desempenhar um papel fundamental e insubstituível na consolidação das sociedades democráticas baseadas no conhecimento, na justiça social, na igualdade, na solidariedade e em princípios sociais e éticos irrepreensíveis (2009, p.1).

Esta categoria visou analisar algumas partes que pareceram no momento de fala coletiva nostálgica e mais significativas por parte dos alunos. Percebemos que nossos sujeitos trouxeram lembranças diversas, sempre condizentes com os objetivos do projeto.

A seguir abordaremos a categoria perigo iminente descoberto e as violências a que eles estão suscetíveis no ciberespaço.

4.2.2 O perigo iminente descoberto: “... na internet é mais fácil tudo, xingar e até mesmo sacanear”

A violência é a grande preocupação de parte das pessoas na sociedade atual, porque percebemos certa idolatria presente na mídia, com os jovens sendo consumidores alvo. Filmes com mortes banalizadas, vídeo games de guerras e batalhas, esportes violentos ganhando público em televisão aberta, enfim, são alguns ingredientes da rentável violência simbólica midiaticizada. (QUADROS, 2001)

Quadros (2001) tem uma explicação sobre o motivo pelo qual a violência tornou-se um produto rentável e desejado:

A violência simbólica midiaticizada expõe-se como foco de grande entretenimento domiciliar, quanto mais exacerbada e espetacularizada em sua encenação dramática e bizarra, conseqüentemente, maior é a gama de valorização que lhe é atribuída. Brinca-se de ser violento para atrair a atenção dos outros. Encena-se a violência com grau de sublimação e êxtase. Nestes termos, a violência das ruas transfere-se para as telas, e a violência das telas, conseqüentemente encontra seu ponto escoador nas ruas e, a um toque, nas residências familiares. (2001, p. 55-56)

O mundo virtual se reflete no mundo real, essa é uma verdade constatada por diversos estudiosos da cibercultura. Se a sociedade é/está violenta, se a escola é/está violenta, elas também são/serão no mundo virtual. O ciberespaço é um local onde o ódio pode (ou não) ser disseminado (dependendo da decisão de grupos de pessoas). Estas marcas da sociedade violenta e violentada nos afeta e afetou nossos indivíduos, que perceberam em diversas ocasiões o que fizemos no dia a dia nas redes sociais digitais. Lévy (2011, p. 15) em sua obra já nos lembrava da inexistência de separação entre o real e o virtual, segundo este autor: "(...) em termos rigorosamente filosóficos, o virtual não se opõe ao real, mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes".

Vejamos o diálogo apontando que o acontecido no dia a dia, também pode e acontece na *internet*:

Irineu – Eu comentei (sobre o projeto acontecido na sala informatizada) com uns amigos, quando eu estava tendo problemas de bullying pela internet (...)

Professora: Que amigos? Conta essa história.

Irineu – Amigos da escola, quase todo mundo sofre assim, sabe? Eles fazem sem intenção de magoar a pessoa (...) do nada, mas tem gente que faz, tipo, pra machucar mesmo a pessoa e eu já, tipo, que conversei com essa pessoa sobre isso. Tipo, ela tem que evitar essas pessoas (que fazem bullying) e conversar também com os mais velhos. Para resolver esse negócio.

Professora: O que estava acontecendo com teus amigos?

Irineu – Sei lá (...) briga (...) tipo (...) está jogando e começa ter uma discussão (...) uma briga (...) por um motivo infantil e aí um começa a xingar o outro.

Professora: Mas porque e do que eles xingam?

Felipe – Normalmente é de filha da puta (...) tipo, eu sou ruim e fulano é bom pra cacete (...) quando o cara passa a bola pra mim e eu perco o gol (...) eles xingam (...) Eu tenho uns amigos que não são muito de esporte, são mais de computador (...) não, não são veado (responde olhando para um colega da roda de conversa) (risos (...)). Uma vez esse amigo fez gol contra, sem querer e aí o guri começou a xingar ele de veado e de um monte de coisa (...) ele ficou mal e não quer mais jogar e só joga a força.

Esta parte da nossa conversa relatou os xingamentos no mundo real que, facilmente, são levados e reproduzidos também no mundo virtual. Belloni (2007) nos lembra de que para compreendermos o comportamento dos adolescentes é necessário que conheçamos e nos apropriemos das mídias por eles utilizadas e que estas provocariam diferentes relações entre eles, com elementos positivos e negativos como a correspondência com quem está longe e a exposição a situações de risco, como é o caso dos crimes virtuais, ou situações de brigas e xingamentos pela rede. Segundo nossa análise, a ação dos alunos é igual nestes dois espaços, principalmente quando falamos dos jogos e dos xingamentos, os alunos nas falas confundiram o futebol com o vídeo game (um complementou a fala do outro) confirmando a associação que existe e não separamos entre humanos e não-humanos. Temos outro exemplo de diálogo em que o tema

violência por meio dos xingamentos prevaleceu, porém com a reflexão pós projeto, vejamos as falas:

Kauan – Tem um jogo que eu jogo que é CS GO o nome que é muito palavrão.

Professora – Como é esse jogo?

Kauan – é tiro.

Professora – é *on-line*?

Kauan – é (...) e tem chat de voz. Tipo terrorista contra terrorista. Se tu for noob (...) caras te xingam muito, te denunciam (...) Tem até racismo também (...) Se o cara for noob⁶ eu xingava muito. Todo mundo morria e ele ficava ali na base e ficava com a pistola na mão. Hoje eu não falo mais nada, a vontade é muito grande, mas procuro me controlar, pensar que é um jogo apenas.

Lucas – Antes do projeto eu não xingava já. Nunca pensei o cara é ruim eu vou xingar, nunca agi assim. Depois do projeto eu passei tentar ter mais cuidado ainda com a pessoa que está falando comigo ou jogando comigo.

Rogerinho – Antes do projeto eu xingava muito, porque em jogos eu me irrito muito fácil, principalmente nos jogos. Se alguém me xinga, eu crio palavrão que nem existe... eu não consigo me controlar e quando eu comecei a fazer o projeto contigo aqui na sala, eu comecei a dar até uma aliviada. Até hoje em dia eu fico de boa, tento não entrar nessa de xingamentos.

Felipe – Eu xingo até hoje, mas só se os outros me xingam, as vezes se o cara faz uma merdinha, né? Principalmente no jogo.

Irineu – Eu zôo algumas pessoas às vezes não por maldade, na brincadeira mesmo sabe? Eu sei com quem eu posso brincar e de que maneira. Na maldade eu nunca fiz, sei que não é legal, sabe?

Este diálogo mostrou o processo do movimento: ação-reflexão-ação. A violência do jogo (feito por pessoas) da competição que induzia ao “palavrão” (ação) e a reflexão que concluiu: “mas procuro me controlar, pensar que é um jogo apenas”. Tivemos falas que salientaram o projeto como motivador da mudança de comportamento com relação às violências *on-line*: “(...) quando eu comecei a fazer o projeto contigo aqui na sala, eu comecei a dar até uma aliviada” ou “Depois do projeto eu passei tentar ter mais cuidado ainda com a pessoa que está falando comigo ou jogando comigo”. Aqui, percebemos a constatação por parte destes indivíduos da presença do humano, de existe outra pessoa atrás da outra tela (do jogo).

Ainda analisando o comportamento e xingamentos nas redes, um diálogo nos chamou atenção para a “falsa coragem” que temos diante do mundo virtual e como isso parece que, de certa forma, nos protege ou nos encoraja a ação no ciberespaço:

Professora – A internet de alguma forma deixa a gente mais corajoso?

Kauan – Não é corajoso, a internet dá uma falsa coragem.

Tio Billy – É duas caras entendeu, tu é um na internet e um aqui na vida (...)

Kauan – Na internet todo mundo é muito corajoso e pessoalmente ela foge e tem medo. Na internet tem um visor na frente e tu não vê a pessoa que tu xinga na cara (...) na internet é mais fácil tudo, xingar e até mesmo sacanear com ela.

⁶ Noob, na gíria dos jogos significa iniciante ou novato.

Kauan – Na internet, quando eles vissem xingamento no chat, no próprio servidor devia parar o xingamento (...). No “gartic”⁷ quando tu manda xingamento ele manda três pontinhos e não aparece o que tu falou (...).

Felipe – mas da pra saber que é um xingamento (...).

A percepção dos alunos neste diálogo foi muito interessante, poucos adultos possuem esta visão sobre a internet ou o comportamento das pessoas em frente a uma tela de computador. Estes jovens já perceberam que “na internet é mais fácil tudo, xingar e até mesmo sacanear com ela.”

Neste sentido, a virtualização da sociedade requer a proximidade de outros saberes e atitudes por parte dos professores, famílias e especialistas em educação, que diariamente convivem e têm a incumbência de compreender estes sujeitos imersivos que possuem diferentes processos cognitivos e novas demandas sociais (SANTAELLA, 2013). Segundo Borges e Oliveira (2016, p. 422) este processo que popularizou a expressão virtual, modificou hábitos individuais, práticas de consumo/produção e divulgação de informações, além de trazer o grande equívoco que, em determinados momentos, distingue o virtual do real. Neste sentido, a virtualização e a expansão do ciberespaço transformaram esses sujeitos e concederam a eles novas subjetividades, em que o virtual não é o oposto da materialidade e sim, estrutura complementar.

Para falar destes indivíduos, nosso alvo da pesquisa aqui, usamos as metáforas da “liquidez” e da “fluidez” para retratar a Modernidade Líquida de Baumann (2001), e a “morte da conversação” em Sociedade do Espetáculo de Debord (2003), que são também pensadas por Sibilia, quando reflete sobre os estímulos de imagens e informações das redes: “em seu excesso sem densidade, tanto as imagens como as palavras se mostram impotentes para desacelerar esse fluxo ou para lhe dar coesão: não conseguem se condensar em diálogo nem em pensamento.” (2012, p.86) Concordamos com esta autora quando ela revela que esse “novo aluno” (usuário midiático) recebe muito estímulo e apresenta uma subjetividade diferente, como explica:

Trata-se de uma diferença crucial entre o aluno-leitor e o usuário midiático: este último não se funda a si mesmo na experiência da interpretação, mas se apoia na percepção, isto é, não se constitui em relação à televisão por vida da consciência, mas por via do estímulo. (2012, p. 90)

As falas relacionadas à prática confessaram o *cyberbullying* como uma realidade e uma prática muito comum entre os adolescentes, a qual ficou desvelada na fala de Felipe e no sofrimento relatado por Larissa:

⁷ Jogo *on-line* de adivinhar desenhos dos outros jogadores com chat.

Cyberbullying (...) eu foquei muito nisso (...) pq (...) não vou mentir (...) eu já fiz (...) e também já sofri. (FELIPE, 2017) Eu lembrei do *cyberbullying* (...) porque com isso muitas pessoas acabam sofrendo e tem depressão (...) e porque eu já sofri muito de *bullying* também. (LARISSA, 2017)

Durante o grupo focal, três alunos responderam que já foram vítimas de *cyberbullying*. O que constatamos, como professores pesquisadores, ser uma prática comum entre os alunos. Segundo Santomauro (2010, p.68) três motivos tornam o *cyberbullying* mais cruel que o *bullying* tradicional:

- No espaço virtual, os xingamentos e as provocações estão permanentemente atormentando as vítimas. Antes, o constrangimento ficava restrito aos momentos de convívio dentro da escola, agora é o tempo todo.
- Os jovens utilizam cada vez mais ferramentas de internet e troca de mensagens via celular e muitas vezes se expõem mais do que devem.
- A tecnologia permite que, em alguns casos, seja muito difícil identificar os agressores, o que aumenta a sensação de impotência. (2010, p.68)

O *cyberbullying* parece ser mais presente e constante pela facilidade dos dispositivos móveis e a facilidade de anonimato daquele que comete. Trata-se de uma prática cruel e traumatizante pelas falas dos nossos pesquisados. Reservamos aqui um espaço especial para falar sobre esta prática, que traz danos e consequências disponíveis quase que diariamente em reportagens.

Segundo estatísticas do Ministério da Educação⁸ fundamentadas nos resultados do PISA de 2015 (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), um em cada dez estudantes brasileiros é vítima de *bullying*. A Lei nº 13.185⁹, em vigor desde 2016, classifica o “*bullying* como intimidação sistemática, quando há violência física ou psicológica em atos de humilhação ou discriminação”. Esta classificação também inclui ataques físicos, insultos, ameaças, comentários e apelidos pejorativos, entre outros. Esta lei instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, que tem como objetivos:

- I - prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (*bullying*) em toda a sociedade;
- II - capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;
- (...)
- IX - promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (*bullying*), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar. (2016, p.2)

⁸ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34487> - Acesso em maio de 2018.

⁹ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm - acesso em maio de 2018

A lei tem hoje um ano de existência e ainda não presenciamos ações concretas para a execução dos objetivos nela elencados. Tratam-se de ações que devem o quanto antes serem colocadas em prática por todos os envolvidos, principalmente no que diz respeito à orientação às famílias e vítimas, bem como na capacitação de professores para lidar com estas situações em sala de aula. Aquele que lida no dia a dia com estas feridas em sala de aula precisa estar munido de informações e amparado psicologicamente para lidar com elas, pois as consequências são realmente sérias como depressões, cortes intencionais no corpo e até o suicídio; o que nos revela ser uma situação de saúde pública.

Portanto, dando continuidade à análise dos perigos iminentes e violências encontradas, percebemos que o projeto despertou uma curiosidade maior de um dos alunos, o que o motivou para pesquisar, no ciberespaço, mais informações sobre crimes virtuais. Esta ação, sem o acompanhamento e supervisão de um adulto, pode colocar os jovens em um espaço perigoso, com pouco controle e rastreabilidade. Trata-se do encontro com a *deep web*, que muitos adultos desconhecem, mas que pudemos perceber o quanto dela as crianças e adolescentes têm conhecimento. Nas falas dos alunos, eles declararam que podem não saber acessar com facilidade, uma vez que são necessários alguns comandos e precauções com a máquina, mas eles sabem bem para que este espaço serve e o que nele está contido, neste chamado *submundo*. A seguir vamos transcrever o diálogo que fez brotar ou revelar o episódio da *deep web*:

Professora - Chegaram a falar com alguém das aulas que tivemos do projeto? Pais? Família? Amigos? Amigos nas redes?

Kauan – Comentei com a minha família, só que eu fui mais a fundo com esse assunto, e encontrei a *deep web* (...)

Alguns alunos -Deep web? (espanto geral (...):o)

Felipe – mas é fácil entrar (...) bem fácil (...).

Kauan – entrei com uns amigos (...) na *deep web* (...).

Professora – O que você fez lá? Todos sabem o que é?

Todos – Sim (...) risos (...).

Kauan – É a internet mais profunda. Eu tenho amigos que são nerd e a gente combinou um dia de entrar na *deep web*, só que demoramos 2 dias para entrar. Foi difícil, teve que baixar antivírus, aplicativos (...) muita coisa (...) porque se tu entrar numa página com vírus, eles estouram na hora o teu notebook, tipo danifica placa. Se tu for policial eles te localizam, vão atrás de ti.

Professora – o que vocês pesquisaram lá?

Kauan – Pesquisamos de tudo (...) de tudo um pouco, é tudo liberado e livre, só que tem sites que você só pode entrar com senha, tipo um código, só que esses não conseguimos entrar em nenhum. Só nos liberados que eram armas, drogas e bebidas (...).

Professora – Para que entrar lá (...)?

Tio Billy – A professora ainda pergunta (...) hehehehe (...) (muitos risos).

Kauan – Curiosidade (...) porque a internet essa ai, não mostra tudo (...) ela é meio uma máscara, ela esconde por trás um monstro que é a *deep web* (...) a *deep web* é a internet de verdade (...) só para quem consegue entrar lá (...) sem máscaras (...) Antigamente a Deepweb era só um banco de dados de uso do governo e teve gente que conseguiu entrar para tentar roubar esses dados.

Neste momento de análise nos debruçamos neste universo. Assim, lembramo-nos de Castells quando este autor se refere à internet: “A *Internet* é - e será ainda mais - o meio de comunicação e de relação essencial sobre o qual se baseia uma nova forma de sociedade que nós já vivemos.” (2003, p. 255) Ou seja, a “banalidade do mal” ou todas as adversidades do mundo real estão também no mundo virtual, talvez de forma mais brutal ou “escancarada” aproveitando o falso anonimato da *internet*.

A *deep web*¹⁰ esconde vários crimes virtuais, como pedofilia pesada, tráfico de drogas, de armas e de órgãos, assassinos de aluguel, seitas macabras, toda e qualquer fotografia, áudio e vídeo impróprios. Na *deep web* as práticas comuns e ilegais escondem a identidade dos seus executores por meio das artimanhas. Ela surgiu nos anos 90 e na época, tinha mais conteúdo que a *internet* comum. Perguntamos como pode existir uma “*internet* invisível” dentro da nossa *internet* habitual, como isso é possível? Sim, é possível pelo uso de técnicas que impedem estes sites de serem mostrados nos buscadores comuns e não são nos formatos comuns, como conhecemos do HTML. Alguns fazem uso dela somente para não serem percebidos ou importunados e a utilizam como banco de dados para guardar seus arquivos pessoais, mas têm conhecimento que a *deep* é mais monitorada pelas autoridades que a *internet* habitual. A *deep web* é dividida em camadas com níveis de dificuldades através de criptografia para entrar, em algumas camadas somente entendendo de programação. Quanto mais profunda, mais “perigoso” é o conteúdo. Segundo o site Tecmundo, as camadas da *deep web* podem ser assim caracterizadas:

- **Nível 0 Web** – (Primeira camada) *Common Web*, é a ponta do iceberg, onde ainda aparece no google e todos podem acessar.
- **Nível 1 Web** – (Segunda camada) *Surface Web*, ainda não é a *deep web*, mas é a *internet* mais “escura”, sites eróticos e bancos de dados estão aqui e podem ser acessados por todos.
- **Nível 2 Web** – (Terceira camada) *Bergie Web*, esse é o nível mais profundo onde um usuário que desconhece de programação pode entrar, serve de hospedagem para alguns sites pela segurança que possui.
- **Nível 3 Web** – (Quarta camada) *Deep web*, é o meio do iceberg, somente com proxy conseguimos entrar, onde fica escondido o que você pensava que nunca existisse na *internet*. Aqui você pode encontrar: como fazer um vírus, conteúdo adulto pesado, manuais de suicídio, entre outras informações que jamais imaginamos que poderiam estar à disposição de todos.

¹⁰ Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/tecmundo-explica/74998-tecmundo-explica-tal-deep-web.htm> - acesso em maio de 2018.

- **Nível 4 Web** – (Quinta camada) *Charter web*, chamada de verdadeira deep web, para chegar até aqui é necessário um conhecimento sobre proxy e os navegadores próprios para adentrar esta camada (TOR).
- **Nível 5 Web** – (Sexta camada) *Mariana's Web ou Dark Web*, é a mais profunda e difícil camada de ser acessada, alguns dizem que para esse nível ser atingido é necessário resolver problemas de mecânica quântica e poucos possuem esta habilidade. Nela estão guardados os segredos de várias nações, exércitos, planos de ataque (parte pode ser lenda ou verdade, não temos esta certeza). Vejamos a seguir duas ilustrações que podem esclarecer um pouco mais sobre estes níveis da *deep web* (Figura 7 e Figura 8):

Figura 7 – Sobre *Deep Web*

Fonte: Uol tecnologia, 2018. Acesso em julho de 2018

Vale ressaltar que a *deep web* impõe dificuldade para seu acesso, mas a curiosidade é que induz os usuários para as suas camadas, os sites com os serviços ilícitos estão escondidos, criptografados e protegidos por senhas. Existe um esforço do usuário em atingir os níveis, como nosso entrevistado, que levou dias para conseguir e mesmo assim, acreditamos que ele se manteve nos níveis mais rasos. A *deep web* tem uma estreita ligação com o *bitcoin*¹¹, que são as moedas virtuais que permitem o anonimato e que são de muita utilidade para as atividades e transações ilícitas que acontecem neste meio.

¹¹ Ele é uma tecnologia digital que permite reproduzir em pagamentos eletrônicos a eficiência dos pagamentos com cédulas descritas acima. Pagamentos com bitcoins são rápidos, baratos e sem intermediários. Além disso, eles podem ser feitos para qualquer pessoa, que esteja em qualquer lugar do planeta, sem limite mínimo ou máximo de valor. Disponível em: <https://www.bitcoinbrasil.com.br/o-que-e-bitcoin/> - acesso em maio de 2018.

Figura 8 – Camadas da Deep Web



Fonte: jodacame.com, 2018. Acesso em julho de 2018.

Ressaltamos aqui, como pesquisadores, a importância do acompanhamento por parte dos pais ou de um adulto responsável, bem como o diálogo que pode também ser feito nos espaços escolares, pois acreditamos que os adolescentes e crianças não possuem maturidade para lidar com os perigos que a *internet* pode conter.

Esta categoria tinha o intuito de analisar algumas partes que apareceram no momento de fala coletiva e que comprovaram o perigo que encontramos com o uso das tecnologias digitais por estes adolescentes. Nesta categoria, os sujeitos da pesquisa fizeram revelações como: a descoberta da *deep web* e os constantes casos de *cyberbullying* realizados e sofridos por eles. A seguir, abordaremos a categoria sobre a percepção destes estudantes em relação à dimensão sexualidade.

4.2.3 Reflexos de um currículo oculto: a percepção sobre a dimensão sexualidade

Dando continuidade à análise das falas dos alunos participantes deste projeto escolar, percebemos que a dimensão sexualidade brotou, refletindo o currículo oculto nas situações do projeto e da coleta de dados. O currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos

do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes (SILVA, 2011, p. 78).

Assim, certos de que a sexualidade é inseparável do existir humano, somos todos sexuados (queiramos ou não), educamo-nos em nossas relações que são sempre sexuadas. Somos seres sócio-históricos e a sexualidade acompanha todo nosso percurso de vida, portanto somos seres sexuados e educamos sexualmente uns aos outros, queremos ou não, saibamos ou não (YARED, 2016) (MELO, 2004).

Na ocasião do grupo focal, a pergunta feita por nós sobre o assunto mais significativo e por qual motivo. A aluna Larissa fez o seguinte comentário:

Comentei com meu irmão sobre **cyberbullying**. Porque ele já sofreu bastante porque ele é **gordinho**, e eu falei para ele que **não importa o que as pessoas acham ou falam, ele é bonito como ele é (...)** isso eu aprendi aqui na escola e dei as dicas para ele não sofrer mais com isso. Larissa (2017) (grifo da autora)

A fala da aluna refletiu os resquícios de controle sobre os corpos que até hoje presenciámos, ainda mais com o constante uso das redes sociais digitais, quando facilmente podemos julgar e opinar, inclusive sobre o corpo do outro, o que em muitas ocasiões é feito de retoques e filtros disponibilizados pelos aplicativos. O corpo já foi arte na Grécia, prisão da alma para Platão (427-347 a.C), pecado para o cristianismo, instrumento de controle e punições para Foucault (1989). Nesta fala, que reflete a importância sobre o corpo, Muraro, citada por Melo (2004, p. 22) nos diz: “(...) é na materialidade do corpo que todos os poderes, todos os saberes, todos os prazeres e desprazeres se cruzam. O corpo é a sede tanto da sexualidade como do trabalho e de qualquer outra atividade humana”. Assim, na fala da menina pareceu que existe a reprodução do estigma de corpo perfeito vendido pelas mídias e que é repetido acriticamente pelos adolescentes.

Nesta declaração da aluna Larissa (2017), o que se destaca é a parte “(...) isso eu aprendi aqui na escola.” Para nós o sentimento de objetivo cumprido no projeto reflete-se nesta pequena frase e no momento relatado; em que a menina antes vítima, agora ajuda seu irmão menor a se tornar “cidadão pleno” e consciente de seu lugar no mundo. Autores afirmam que a adolescência é fase na qual estas questões são as mais cruéis e mais colocadas a prova, devido à vulnerabilidade destes indivíduos. Aqui presenciámos um sinal de esperança, de criticidade ao que é imposto como padrão de corpo e de que somos belos e “perfeitos” em nossa diversidade.

É indispensável estabelecer uma relação dialógica entre professores e alunos, de maneira que aquela infinidade de informações disponíveis na internet se torne conhecimento. Neste caso, relação dialógica entendida como problematizadora, ou seja, aquela que faz uso do diálogo e

da comunicação nivelada e “funda-se justamente na relação dialógico-dialética entre educador e educando; ambos aprendem juntos” (GADOTTI, 1996, p.86). Nesse sentido, problematizar não é criar problemas por criar, mas através do diálogo, levantar questionamentos sobre situações problemáticas no intuito de fazer pensar e refletir o que se quer mudar por meio da conscientização-ação.

Em outro questionamento aos estudantes perguntamos: após o projeto você mudou seu comportamento na *internet*? O que mudou em vocês ao lidar com o outro na *internet* ou em uma rede social? Nesta parte da análise desejamos mostrar o diálogo inteiro para melhor compreensão:

Tio Billy – Não pensando no projeto, pensando que eu vou me ferrar mesmo. Não vou citar sites (...) **(risos de todos)** (...) aqui no meio da roda.

Felipe – Redtube? (site de vídeos pornôs) **(mais risadas (...)) muitas risadas)**

Professora – Vocês acham que nós professoras nunca tivemos a idade e curiosidade de vocês e nunca entramos em sites assim?

Tio Billy – Vocês por curiosidade e a gente por necessidade (...) (muitos risos) (...)nós precisamos, as meninas é que não colaboram (...). (grifo da autora)

Este pequeno diálogo, parece apontar que questões relacionadas à sexualidade de fato não são abordadas explicitamente numa perspectiva emancipatória¹² em muitas casas pelas famílias, ou são feitas de maneira não emancipatória, o que repercute em atitudes não sadias com relação às relações sexuais e demais temáticas relacionadas à sexualidade. Na conversa em grupo entre adolescentes, era possível talvez que, algum deles, quisesse se sobressair nas declarações ou apenas desejasse fazer os demais rirem de suas declarações, mas nesta destacada observamos uma ideia machista e misógina sendo reproduzida sem reflexão, apenas repetida no senso comum: “Vocês por curiosidade e a gente por necessidade (...)”. Falta a capacidade crítica destes meninos em realizar uma reflexão com relação à ideia normatizada de que sexo é necessidade para os indivíduos do sexo masculino. Até que ponto esta ideia é dito popular ou justificativa para atitudes machistas?

Em outra situação da fala em grupo, percebemos que, por algum motivo, o xingamento preferido dos alunos tem cunho sexual ou aborda a sexualidade numa vertente repressora ou estigmatizada (ou melhor, a diversidade). Como na fala abaixo do aluno Felipe (2017), ao ser questionado sobre seus hábitos e opiniões no mundo virtual:

(...) eu tenho uns amigos que não são muito de esporte, são mais de computador (...) **não, não são viado**, (respondendo ao Tio Billy que insinuou falar) risos (...) uma vez **esse amigo fez gol contra**, sem querer e ai **o guri começou a xingar ele de viado e de um monte de coisa (...)** **ele ficou mal e não quer mais jogar e só joga a força**. Felipe (2017) (grifo da autora)

¹² Educação Sexual numa perspectiva emancipatória, segundo Melo e Pocovi (2002, p. 38), é aquela que dá condições de compreender a dinamicidade, a complexidade, a riqueza única da sexualidade humana.

No relato podemos perceber que comportamentos “ditos masculinos”, como jogar futebol, podem se tornar obrigações para esses garotos, aparentemente vítimas também desta sociedade machista na qual estão inseridos. O “erro” ou o “não gostar” são imperdoáveis e alvo de *bullying*. O xingamento mais utilizado e o mais dolorido para estes garotos parece ser chamados de “viado”, o qual faz parte desta imposição do machismo que estão cansados de ouvir, pois em uma sociedade machista o que mais fere é ser comparado com o feminino.

Desde 1997 com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, (que detalhadamente descreviam os temas definidos e como deveriam ser transversalmente repassados nos ambientes escolares) temos o compromisso legal de tratar assuntos distribuídos em todas as disciplinas. O volume que aborda a Educação Sexual e a Sexualidade foi chamado de Orientação Sexual, num sentido de “orientar” para esta dimensão. O PCN em questão tem como objetivo “contribuir para que alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade.” (BRASIL, 1997, p. 133).

A escolha pela abordagem denominada Educação Sexual Emancipatória, nos remete a uma sexualidade emancipatória que segundo Melo e Pocovi:

A sexualidade emancipatória é aquela que dá condições de compreender a dinamicidade, a complexidade, a riqueza única da sexualidade humana. Nesse sentido, a sexualidade emancipatória tem como conceito fundamental a liberdade. Liberdade de tomada de decisões e ações com responsabilidade e respeito ao outro. Aqui, convém ressaltar, responsabilidade, por sua vez, implica cumplicidade (2002, p. 38).

Afinal, o que é ou o que caracteriza uma Educação Sexual Emancipatória? Segundo Melo e Pocovi (2002, p.37) é um modelo que busca “compreender o ser humano em sua totalidade” e em que a sexualidade é uma dimensão que o constitui como “cidadão pleno” de deveres e de direitos. Ainda segundo as autoras, a abordagem emancipatória “é visualizada como uma intervenção qualitativa, intencional, no processo educacional (...) que busca desalojar certezas, desafiando debates e reflexões, contribuindo na busca pela cidadania para todos.” (2002, p.38)

Nesta busca do que pretende a Educação Sexual Emancipatória, baseamo-nos na fala de Nunes e Silva (2006), que irá contribuir com a diversidade como riqueza humana:

Uma educação sexual emancipatória busca identificar os estereótipos sexuais e questionar seus fundamentos e representações. Visa educar para a compreensão significativa e igualitária da identidade de gênero, de modo a representar homens e mulheres, masculino e feminino, como formas psichistóricas da condição humana, iguais em sua potencialidade de hominização e humanização e diferentes em suas expressões culturais, subjetivas e ontológicas. Ser homem e ser mulher seriam duas formas de ser pessoa humana, de ser essencialmente humano, com características sociais e psicológicas distintas, a partir de identidades biológicas-naturais diversas. (2006, p. 71).

Nessa perspectiva os conceitos e explicações, que têm como eixo teórico-prático a abordagem emancipatória, situam-se na compreensão da dimensão humana da sexualidade, como parte inseparável do existir humano. Portanto, baseamo-nos na compreensão desta categoria para analisar as respostas obtidas no grupo focal, realizado com os estudantes que pretendiam oferecer suas percepções sobre o projeto escolar intitulado: “Crimes Virtuais”.

Objetivamos nesta categoria analisar algumas partes que apareceram no momento de fala coletiva e que revelaram a dimensão sexualidade. Nesta categoria, os sujeitos da pesquisa fizeram revelações e comprovaram que a sexualidade é percebida no currículo oculto. A seguir teremos a categoria que constatou o projeto como um dos mediadores, revelando mudanças significativas no modo de agir e pensar dos nossos pesquisados, como vamos mostrar a seguir.

4.2.4 O projeto como mediador: mudança nas ações e associações

Nossa pesquisa, em muitas ocasiões e falas, revelou a intenção de refletir sobre os objetos técnicos e a construção de relações sociais. Neste aspecto, concordamos com Latour (1994) que “jamais fomos modernos”, pois ignoramos o potencial que a técnica tem em nossas vidas e sempre procuramos separar o objeto do sujeito, não observando a sua relação complementar. Assim, tecnologias e objetos têm vida, inclusive na execução de um projeto escolar, eles estão presentes e mediam ou intermediam nosso processo de ensinar e aprender, concluímos que estas relações escolares existem por meio da mediação que há entre os indivíduos (educandos, professores, famílias) e objetos (computador, celulares, quadro, caderno, fotografias, revistas, jornais). Nesta relação, os objetos nos enviam comandos e agimos voluntária ou involuntariamente numa quase simbiose imperceptível, mas sensível às execuções.

No momento do projeto, bem como em todas as relações de nosso cotidiano, havia a presença do mediador, humanos e não-humanos. Muitas vezes foram as notícias e o próprio computador que instigou os alunos, que respondeu as dúvidas relacionadas à temática. Neste âmbito, o mediador se transforma em actante e faz parte da rede e se torna entidade fundamental na construção de subjetividades dos sujeitos pesquisados (OLIVEIRA E PORTO, 2016). Segundo estes autores: “A relação entre Educação e objetos técnicos é algo intrínseco que não pode ser compreendida somente com uma visão humanocêntrica” (2016, p.123).

Analisando sob a perspectiva da TAR, em muitas situações o fazer nas redes sociais digitais veio à tona como uma autoanálise (possivelmente mediada pelo projeto ou pelo professor) para os indivíduos da pesquisa. No nosso caso, como falamos de casos reais, acontecidos com

famosos ou anônimos, mas marcantes e significativos (notícias vinculadas na mídia). Talvez a sensibilidade da abordagem ou a forma como foi apresentada, em alguns momentos, eles remeteram o conteúdo às suas vidas, à sua família e história de vida, como no relato de Lucas, quando questionamos o que mais chamou atenção:

(...) o racismo pela internet, eu fiquei pensando tipo (...) se fosse com algum parente meu? Eu não acharia legal (...) fiquei pensando e decidi falar sobre isso. (LUCAS, 2017)

Lucas é um menino branco, seus pais são brancos e ele é filho único do casal. Aqui a empatia do garoto foi tamanha que fez questionar sobre sua condição de possível familiar vítima de racismo. Neste ponto, lembramos que, no projeto, muitas notícias (não-humanos) sobre racismo foram comentadas e trazidas por eles, como o acontecido com a atriz Tais Araujo e a jornalista Maju Coutinho.

Em outro momento, o querer saber para ajudar, no relato de Rogerinho, ao questionar o que mais chamou atenção no projeto:

Eu escolhi sobre as contas hackeadas, para mim o motivo de focar neste tema, **porque do jeito que tu explica é para me prevenir**, para evitar, né? Eu, meus familiares e amigos, eu posso ajudar eles (...) ensinar (...) vai que um dia (...). Acontece isso comigo e eu não sei o que fazer? Onde procurar alguém? Vou na delegacia? (ROGERINHO, 2017) (grifo da autora)

A curiosidade serviu de guia e incentivo mediado pelas informações do projeto. Aqui é visível a percepção de que a mediadora do projeto foi a professora: “porque do jeito que tu explica é para me prevenir”.

Analisando os papéis dos humanos e não-humanos envolvidos com o projeto, revelamos que em algumas falas os não-humanos: notícias e projeto agindo como mediador, e, por vezes, o humano: professora, família, amigos; foi possível e necessária esta relação. Estes atores não humanos são relevantes no processo, pois, além de determinar a ação humana também a autorizam, influenciam sugerem e até mesmo interrompem.

Desta forma, a TAR permitiu analisar as relações e associações de uma ampla variedade de entidades, humanas e não-humanas que, quando se associam originam novas formas de ensinar e aprender. Essas novas entidades são denominadas actantes, que são qualquer entidade que age e que pode ser representada, ou seja, que deixa rastro. A cada ação de um ator um rastro é deixado e estes atores discordam entre si, ou melhor, concordam em suas discordâncias (LATOUR, 2000; 2012). O conceito de rede se remete a fluxos, circulações e alianças, estas

são tecidas por elementos que estão em complexas interações, de modo que grande parte dos actantes é híbrida a carregar essa dupla faceta: humana e não-humana. (LATOURE, 2000).

Assim, a aprendizagem nesta dinâmica da TAR surgiu como um conjunto de saberes e fazeres que, somente tenham resultado, se forem significativos para o indivíduo e o mundo que os cerca, isto é, o conhecimento que afeta, que opera uma “tradução”. Queiroz e Melo (2011, p. 180) explica melhor:

Para sermos fieis a Teoria Ator-Rede, na abordagem das aprendizagens ligadas a uma rede que lhes dá sustentação e que se origina em vários coletivos. A aprendizagem desconectada não se sustenta enquanto bagagem vivencial que possa vir a ser utilizada: aquele que esta numa posição passiva de apenas receber o conhecimento e pronto e “enlatado” fica impedido de realizar a sua tradução e de acrescentar a sua marca. O conhecimento estará irremediavelmente solto e sem sentido, sendo tão mais precível quanto menos requerido for.

Ainda segundo Queiroz e Melo (2011, p. 182) sobre o processo de aprendizagem e o que aconteceu no decorrer do nosso projeto:

(...)quando um indivíduo aprende, ele se deixa afetar e se torna cada vez mais diferenciado porque terá estabelecido mais e mais conexões, tornando-se mais interessante e enriquecido na relação com o seu entorno (...) a aprendizagem é uma forma de se deixar afetar, de se deixar tocar em toda a materialidade do corpo, então poderíamos questionar as bases em que as aprendizagens são propostas, quando assentadas numa visão que separa o corpo do mundo e trabalha a transmissão de conhecimento como uma cópia a ser imitada.

Objetivamos nesta categoria analisar algumas partes que apareceram no momento de fala coletiva e que revelaram que o projeto, em muitas ocasiões, agiu como mediador, pois provocou ações e associações entre os sujeitos ou actantes. Em outros momentos a professora em sala fez este papel, essas traduções entre os actantes no processo (entre mediador e intermediário) formou o movimento das associações. Nesta categoria, os sujeitos da pesquisa fizeram parte desta rede, criando fluxos e alianças para o conhecimento crítico e efetivo demonstrado na pesquisa.

A seguir veremos a categoria que avaliou o projeto, por parte dos alunos e alunas, e solicitou a reflexão e contribuição dos nossos pesquisados para elaborar sugestões para futuros projetos.

4.2.5 E se fizéssemos novamente? Ou, fala mais professora...

Um momento de curiosidade nos revelou a importância do espaço das salas informatizadas por parte dos alunos e brotou da fala do aluno Irineu, sobre como deveria ser o projeto se acontecesse novamente:

Deveria ser mais preciso, tipo fazer com que os alunos se interessem mais, porque não é uma aula de ensino somente, ou qualquer (...) é uma aula para vida toda. **Todo mundo acha que porque foi uma aula de informática, tipo (...) nada a ver (...) mas é seria (...) seria tipo educação física ou qualquer outra matéria (...) porque é uma coisa que tu faz (crime virtual) que tu pode matar uma pessoa (...) tem consequências serias, sabe?** (IRINEU, 2017) (grifos da autora)

Na Base Nacional Comum BNCC (2018), cada disciplina exalta a competência específica ao lidar com as tecnologias digitais, como meio utilizado para chegar a um fim, seriam elas:

Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.

Ainda falando da BNCC (2018) temos como um dos objetivos:

Refletir sobre as transformações ocorridas nos campos de atividades em função do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação, do uso do hipertexto e da hipermídia e do surgimento da Web 2.0: novos gêneros do discurso e novas práticas de linguagem próprias da cultura digital, transmutação ou reelaboração dos gêneros em função das transformações pelas quais passam o texto (de formatação e em função da convergência de mídias e do funcionamento hipertextual), novas formas de interação e de compartilhamento de textos/conteúdos/informações, reconfiguração do papel de leitor, que passa a ser também produtor, dentre outros, como forma de ampliar as possibilidades de participação na cultura digital e contemplar os novos e os multiletramentos.

Não podemos ignorar as novas demandas que o uso constante e democrático das tecnologias digitais nos proporciona. O uso das tecnologias digitais na sala de aula é uma constante e presente que não podemos impedir ou ignorar, mas a mediação para o uso é imprescindível, quanto mais avanços, mais espaços como as salas informatizadas com professores especializados e com formação continuada constante para aperfeiçoar o uso. Temos ciência como professores que o aparato “de ponta” não é capaz de produzir conhecimento sem que de fato ocorra esta rede entre o objeto e o humano (aprendente).

Continuamos nossa análise baseados no questionamento de como vocês gostariam que fosse o projeto, se ele acontecesse novamente? Mudaria alguma coisa? Com essa indagação nos avaliamos: qual professor não gostaria de ter esta resposta do seu trabalho? Assim, de sessenta alunos que responderam ao questionário (44%) gostariam que o projeto fosse igual ao acontecido em 2015, sem modificar e acrescentar nada. Este número confirmou a aprovação da abordagem, mas não nos ofereceu novas alternativas e ideias de abordagem. Novos desafios e

críticas construtivas como nos propusemos ao avaliar e estudar as percepções dos alunos. Entre as inúmeras sugestões apresentadas, alguns exemplos estão a seguir:

Mais exemplos sobre crimes de ódio e sexting.
Falar mais sobre cyberbullying.
Foi bem legal, gostaria que tivesse novamente.
Queria que voltasse porque **falar disso é importante**.
Queria que durasse mais.
Acho que **deveria aprofundar** mais os temas, pois muitos alunos já namoram.
Gostaria que fosse passado **para toda a escola e para os professores também**.
Gostaria que fosse do **primeiro ao nono ano**.
Gostaria que **mais pessoas participassem**.
Que tivesse **mais tempo de projeto**.
(colaborações dos alunos a questão 9, grifo da autora)

Nas declarações acima, percebemos o desejo de aprofundamento da temática, tanto no tempo quanto no conteúdo e aos exemplos abordados. Ficou evidente nas falas o querer saber mais, talvez por curiosidade ou por motivos seus, o querer descobrir mais sobre um assunto que já foi debatido em grupo. Outro ponto relevante foi a intenção dos alunos em repassar o aprendido; no caso do nosso projeto esse sempre foi um objetivo, tanto que eles se propuseram a repassar as informações sobre o crime de ódio e lançar a campanha em outras salas de aula. Novamente o desejo de repassar o assunto foi confirmado em nossa pesquisa. Os indivíduos participantes do projeto, podemos compreender que, na época e hoje, adquiriram, com as abordagens, sentimentos como empatia e alteridade, sendo capazes de se preocupar com o próximo e compartilhar o aprendido.

Percebemos outras preocupações e percepções nas declarações abaixo:

Falar sobre as pessoas que se cortam.
*Se o projeto voltasse, **a escola seria mais interessante e legal**.*
Queria que tivesse mais exemplos do dia a dia.
*Gostaria que ele **se espalhasse pelo país** para todas as escolas.*
*Falar sobre **assuntos e coisas mais recentes**.*
*Deveria **atualizar os temas**.*
(colaborações dos alunos a questão 9, grifo da autora)

Nestas falas, percebemos que os indivíduos internalizaram o conhecimento num movimento de reflexão e autorreflexão, analisando dimensões maiores, como a situação de outras pessoas e locais. Assim, houve a percepção de que os crimes virtuais acontecem muito e (estão no mundo), talvez, conhecer ou abordar em sala de aula, possa ajudar outras pessoas. Os alunos demonstraram-se solidários e preocupados com uma sociedade melhor e mais justa, estas falas imprimem esta vontade por parte dos nossos sujeitos de pesquisa.

Sendo assim, três pontos chamaram nossa atenção por meio do pedido dos alunos: mais conteúdo e mais exemplos do cotidiano, mais tempo para tratar do projeto e aprofundar em temas ditos polêmicos (*cyberbullying*, automutilação, namoros, etc). Sem dúvida a avaliação do projeto foi positiva e a solicitação dos alunos é pertinente, ao que já percebíamos como déficit na época, como a duração das aulas e a vontade que tínhamos em adentrar e aprofundar determinados assuntos, os quais não tivemos tempo e nem oportunidade de abordar.

No grupo focal, o aluno Irineu (2017) nos deu uma contribuição importante, como educadores:

Deveria ser mais preciso, tipo fazer com que todos os alunos se interessem mais, **porque não é uma aula de ensino somente (...) é uma aula para a vida toda.** Todo mundo acha que porque foi uma aula de informática, tipo (...) nada a ver (...) mas é séria (...) séria tipo educação física ou qualquer outra matéria (...) porque é uma coisa que tu faz que tu pode matar uma pessoa (...) tem consequências serias, sabe? (IRINEU 2017, grifos da autora)

No dia a dia de professor, temos a intenção, mas não temos a certeza que o aluno ressaltou em sua fala, a de que é “(...) é uma aula para a vida toda.”, isso nos orgulhou e nos motivou a continuar neste caminho, sempre observando e seguindo os documentos oficiais que são fonte de aprendizado, se utilizados com reflexão e alteridade, como é o caso das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2010), que ressaltam uma preocupação com a ação educativa:

O respeito aos educandos e a seus tempos mentais, socioemocionais, culturais e identitários é um princípio orientador de toda a ação educativa, sendo responsabilidade dos sistemas a criação de condições para que crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, com sua diversidade, tenham a oportunidade de receber a formação que corresponda à idade própria de percurso escolar (BRASIL, 2010, p. 824).

Neste rumo, seguimos com as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis / SC (2015) que nos instruem a multiletramentos e o uso de práticas inovadoras, para continuarmos nesta proposta:

As práticas inovadoras como desafio cotidiano: a rede assume como princípio o desafio de cotidianamente se reinventar em sua tarefa educativa. Construir um ambiente propício para o desenvolvimento de práticas inovadoras significa estar apto a conviver com o pluralismo de ideias, com o questionamento constante das práticas estabelecidas e dos processos consolidados. As práticas inovadoras devem guiar os processos de gestão e os processos pedagógicos em toda a sua plenitude (2015, p. 25).

Seguimos, ainda, com a escuta atenta dos nossos alunos/as e a leitura crítica dos documentos norteadores do nosso ofício, com a finalidade de aprimorar nossa prática e nos conscientizar

do que o grande educador Paulo Freire (2014) sempre nos lembrou: o inacabamento. Para ele “onde há vida, há inacabamento.” (2014, p. 50) E sendo um professor/ra crítico e responsável devemos estar predispostos a mudanças e a aceitar o diferente, o diverso, como riqueza da humanidade:

Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. (...) Gosto de ser gente porque, como tal percebo afinal que a construção de minha presença no mundo, que não se faz no isolamento, isenta da influencia das forças sociais, que não se compreende fora da tensão entre o que herdo geneticamente e o que herdo social, cultural e historicamente, tem muito a ver comigo mesmo. (2014, p. 52-53)

Objetivamos nesta categoria analisar algumas partes que apareceram no momento de fala coletiva e que revelaram as contribuições e críticas dos alunos para futuras abordagens desta temática.

Com isso, a categoria finalizou a nossa análise da fala coletiva. Relembramos que resgatamos das falas dos sujeitos: as lembranças, os perigos, o currículo oculto (que brotou a temática sexualidade), a maneira como o projeto foi o grande mediador em algumas ocasiões e, por fim, as avaliações e novas propostas que ratificam a metodologia de projetos como grande aliada no trabalho do professor.

5 DIÁLOGOS FINAIS: VERDADES PROVISÓRIAS PARA JAMAIS CONCLUIR...

A grande questão que nos instigou é por que falar do assunto crimes virtuais na escola, qual a percepção destes alunos e alunas sobre o projeto realizado? A resposta veio do aluno Irineu, que virou o título de nossa dissertação quando respondeu:

a gente podia até saber (sobre Crimes Virtuais), mas não sabia como resolver isso (...) **falando sobre esse assunto a gente encontra a solução.** (Irineu, 2017) (grifo da autora)

A simplicidade da sua explicação e a complexidade do sentido de suas palavras foi resposta para várias questões que até hoje possuímos, quando falamos em educação. O educador percebe que aquele momento verdadeiro do diálogo pode repercutir em transformações significativas nos educandos. Neste momento nos apoiamos em Paulo Freire (2014), em sua obra *Pedagogia da Autonomia* quando comenta:

Como professor não devo poupar oportunidade para testemunhar aos alunos a segurança com que me comporto ao discutir um tema, ao analisar um fato, ao expor minha posição em face de uma decisão governamental. Minha segurança não repousa na falsa suposição de que sei tudo, de que sou o “maior”. Minha segurança se funda na convicção de que sei algo e de que ignoro algo a que se junta a certeza de que posso saber melhor o que já sei e conhecer o que ainda não sei (2014, p. 132).

Neste trecho, o grande pensador Paulo Freire (2014) nos lembra da importância da disponibilidade para o diálogo. Como educadores temos que conhecer um pouco do mundo: televisão, *internet*, notícias vinculadas pelas grandes empresas midiáticas, enfim, o cotidiano dos educandos e trazer para dentro dos muros da escola na forma de diálogo aberto para estímulo do livre pensamento com criticidade.

Chegamos ao final, mas não no fim do processo. Temos consciência de que a pesquisa deve ser constante no ofício de ser professor. A curiosidade não deve jamais nos abandonar, pois é a mola propulsora, a grande fonte de incertezas. Incertos, porém precisos de que somos seres incompletos, inconclusos e sempre em busca de algo. Imaginávamos que estávamos à procura de respostas para alunos e outros mestres e acabamos as encontrando para além das expectativas.

Trilhar os caminhos da pesquisa não é tarefa fácil, ainda mais quando nosso foco é pesquisar a complexidade e minúcias que envolvem a pesquisa em educação. Outro desafio e ousadia é usar como aporte teórico a teoria Ator-Rede, que nos estimula a repensar o que é o social e nos dá subsídios para incluir em nossas ações os objetos, igualmente protagonistas, juntamente com os agentes humanos. Outro fator inovador e provocador, quando tratamos da

pesquisa educacional, é a escuta atenta de alunos e alunas. Este trabalho é pleno de dúvidas como parte de nosso caminhar, mas tínhamos sempre a sensação de que era a coisa certa a fazer, que era dar a atenção devida e escutar atentamente o que os principais envolvidos com o projeto tinham a contribuir, ou criticar com nossas interpelações.

Todavia, é desafiador colocar em análise a nossa ação como professores. Pode parecer necessidade de sermos aprovados, mas sabendo da fala verdadeira e corajosa que as crianças e adolescentes possuem, é que nos propusemos a desenvolver esta provocação nos indivíduos que participaram ativamente desta ação educativa, opinando e criticando, quando necessário.

Na análise dos dados, sentimentos como alegria e temor eram constantes, sempre na busca se, de fato, estes indivíduos apreenderam sobre o que sugerimos por meio do trabalho conjunto entre equipe pedagógica e professora. Quando citamos a alegria é como um sentimento constante que brotou, na certeza de que marcamos e nos fizemos lembrar, mesmo após dois anos passados de nossos momentos nas aulas. Nesta linha, o temor estava nas revelações e curiosidades pós-projeto, sendo que um dos maiores temores foi a descoberta da entrada na *deep web* por parte de um dos alunos, que nos deu a certeza que, como professores de tecnologia educacional, estamos muito aquém do que sabem e podem nossos pupilos. É como se a curiosidade deles os movessem para romper qualquer contenda e tudo fosse pouco para eles, sem limites. Por várias vezes nos questionamos: como eles sabem e adentram essa tal de *deep web* e nós professores, não sabemos? Eles estão bem mais suscetíveis do que imaginávamos, afinal com uma senha, podem comprar uma arma ou até mesmo ter drogas (de todos os tipos) entregues em suas residências. Sim, fácil (...) muito fácil.

Nas inúmeras transformações pelo qual experimentamos como civilização ao longo dos tempos, o risco sempre esteve presente e nos serve como guia. O risco nos parou ou nos incentivou em algum momento da nossa evolução (AMARAL, 2006). Podemos ousadamente, com esta explicação, talvez concluir que nossos indivíduos na pesquisa aguçaram sua percepção do risco e de fato aprenderam a identificar os crimes virtuais no dia a dia. Temos o sentimento que nossos pesquisados entenderam que “perceber é o mesmo que adquirir conhecimentos por meio dos sentidos.” Assim, “a sensação seria a matéria da percepção” Amaral (2006, p.23). Nesta análise, a percepção analisada nos alunos seria suas ações e escolhas sobre situações reais, por meio do uso racional de suas respostas e estratégias.

Entretanto, podemos afirmar que nossa pesquisa contribuiu para dar mais voz aos estudantes e, com esta abordagem, ajudar professores com ideias, estratégias e possibilidades de aproximação com temáticas atuais e relevantes, inclusive contando com a aprovação e desejo de

continuidade dos alunos. É uma provocação e uma responsabilidade abordar assuntos que são do desejo visível dos estudantes, pois este fato traz para os professores o desafio da busca da abordagem mais adequada ao conteúdo. Outro ponto constatado com nosso trabalho, que deve ser destacado, é a possibilidade de trabalhar com a metodologia de projetos nas salas informatizadas de maneira transversal. Esta proposta de trabalho tem como base a experimentação prática e as vivências: intelectual, sensorial e emocional do conhecimento. A proposta do aprender fazendo, proporciona ao estudante a transição do abstrato para o concreto, possibilitando o desenvolvimento de habilidades e competências.

Outra possível contribuição é o trabalho com notícias vinculadas na mídia que, na pesquisa foi significativo, pois essas notícias ficaram de certa maneira na memória dos alunos. Independente se a notícia aconteceu com um famoso ou com um anônimo, as histórias relatadas, lidas e comentadas por eles, geraram um nível de empatia com as vítimas e solidariedade nos comportamentos e críticas. O trabalho com o gênero textual notícias jornalísticas trouxe possibilidades para os estudantes e teve como principal intuito informar sobre determinado assunto. Segundo Girardello e Campos (2013, p. 108) a televisão e o rádio são “vozes sociais” exercendo significativas influências sobre a produção cultural dos sujeitos. Ainda segundo estas autoras, as crianças são consumidores “fiéis” desta mídia e, enquanto professores, este recurso é uma opção para formação do telespectador crítico, ativo e inteligente, já que faz parte ativamente da vida destes indivíduos.

Retomando nosso objetivo principal da pesquisa que era: “investigar as percepções dos alunos e alunas participantes do projeto escolar “Crimes Virtuais” e suas ações como usuários das redes sociais digitais”, e fazendo um paralelo ao que conceituamos percepção, concluímos que atingimos o objetivo, pois as falas analisadas e categorizadas nos remeteram a esta resposta, com sugestões e contribuições para futuras abordagens.

Em nossas buscas, na crença de que somos seres sexuados e de que não podemos deixar nossa sexualidade do lado de fora da sala de aula, ela está e esteve presente nas falas de nossos alunos na pesquisa.

Sendo assim, continuamos na luta e na busca de caminhos que nos levem a combater toda e qualquer violência, dos quais os crimes virtuais são uma expressão. Como educadores temos esta incumbência na construção de uma sociedade mais justa e com indivíduos conscientes de seu lugar de fala. Empoderados no sentido de conhecedores e executores dos seus direitos e deveres; bem como respeitadores ao que é do próximo.

Como toda pesquisa, temos consciência de que ela não se apresenta como uma receita, e

esta foi a nossa intenção. Quando falamos em educação e em seres humanos, não temos fórmula pronta. Esta pesquisa, como todas, tem suas limitações: trata-se de um estudo de caso; em uma escola, com seis turmas, com uma abordagem, com uma professora, enfim são situações específicas, um recorte, de estudantes de uma escola pública do sul do Brasil. Afirmamos aqui que estes dados analisados, repercutiram dessa maneira, por vários motivos e que, se colocados em outras circunstâncias, poderiam não resultar nas mesmas percepções. Aqui confirmamos nossa incompletude e inacabamento, certos de que é esta máxima que faz de cada pessoa um ser humano, num estímulo constante a que vivam a vida, com seus erros e acertos, porém com esperança e perseverança em algo maior, repleto de novos signos e significados.

Neste processo de dois anos, que é o tempo que levamos de leituras e elaboração desta dissertação, sugerimos:

- Aos meus colegas professores: para abordar a temática dos crimes virtuais procurem o enfoque do questionamento crítico e um estudo aprofundado sobre a teoria do pensamento crítico¹ no enfrentamento da alienação, possibilitando o movimento: ação-reflexão-ação;
- Às secretarias de educação (ou demais órgãos gestores): invistam em formação continuada, apoiem seus professores em seus projetos, que sejam de base crítica e reflexiva;
- Às famílias dos nossos alunos e alunas: observem seus filhos mais de perto, principalmente quando eles estão fazendo uso dos computadores e celulares. Conversem, troquem experiências, tenham a ciência que aquelas pessoas que vocês educam, possuem outras subjetividades, mas que precisam de amor e compreensão no seu processo de formação e que estão vulneráveis nessa fase da vida a tudo o que a internet oferece;
- Às universidades, principalmente aos cursos de licenciatura que disponibilizem a reflexão e semeiem a inquietude de seus futuros professores, desafiando-os ao exercício permanente da crítica-reflexiva;
- Aos governantes, que atentem para uma educação emancipatória que considere os avanços tecnológicos e equipem nossas escolas, mas sem esquecer o fator humano que é essencial e indispensável nessa abordagem, pois os humanos em suas relações sociais educam e são educados, mediatizados pelo mundo.

Enfim, temos conhecimento da complexidade que é o processo educativo. Pretendemos com esta dissertação instigar e apoiar aqueles que têm interesse em educação: professores/as,

¹ O pensamento crítico, segundo Vieira e Viera (2005, p 90) “é uma forma de pensa com um valor considerável para cada um se conhecer a si próprio e ao mundo, usar o próprio conhecimento de modo a fazer escolhas sensatas e comunicar com os outros.”

educadores/as, pais, mães, responsáveis e familiares. Nosso compromisso com esta escrita é com um texto crítico-reflexivo que promova a inquietude necessária para jamais pararmos no tempo, isto é, sem questionar tudo e todos. Uma escrita com o compromisso de incentivar os indivíduos para se construírem com competências que exaltem as humanidades e o desejo de uma sociedade mais justa, sim!(...) É o nosso sonho.

“Quando se sonha sozinho é apenas um sonho.
Quando se sonha juntos é o começo da realidade”

Cervantes

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- AMARAL, Roberto. A percepção do risco da Sociedade do Conhecimento. In: _____ (Org.). **Sociedade do Conhecimento: novas tecnologias, risco e liderança**. Lages: Ed. UNIPLAC, 2006.
- ANDRADE MARCONI, Marina de; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- ANDRADE, Leonardo. **Cybercrimes na deep web: as dificuldades jurídicas de determinação de autoria**. 2015. Disponível em: www.jus.com.br, acesso em maio de 2018.
- AZEVEDO, Patricia. **Crime na internet supera tráfico de drogas e armas**. 2011. Disponível em: www.higorjorge.com.br/435/cibercrime-avanca-e-ja-supera-o-trafico-de-drogas-correio-popular-de-campinas/, acesso em julho de 2017.
- BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola: o que é, como se faz?** 26. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BELLONI, M. L. et al. **Caracterização do público jovem das tecnologias de Informação e Comunicação: Autodidaxia e Colaboração**. Florianópolis, 2007. (Relatório de Pesquisa Apresentado ao CNPq).
- BORGES, Martha K. Educação e Cibercultura: perspectivas para a emergência de novos paradigmas educacionais. In: VALLEJO, Antonio Pantoja (Org.). **Sociedade da Informação, Educação Digital e Inclusão**. Florianópolis: Insular, 2007.
- _____. **Educação e cibercultura: o entre lugar das políticas, das práticas educativas, das tecnologias digitais e dos actantes das redes sociotécnicas**. Florianópolis, 2017. (Projeto do Grupo de Pesquisa Educação e Cibercultura CNPq).
- BORGES, Martha K.; OLIVEIRA, Sandro. Virtualização e sociedade digital: reflexões acerca das modificações cognitivas e identitárias nos sujeitos imersivos. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v. 21, n. 2, p. 420–440, mai/ago 2016.
- BRANCA, Claudia; GRANGEIA, Helena; CRUZ, Olga. Grooming Online e Portugal: um estudo exploratório. **Revista Análise Psicológica**, v. 34, n. 3, 2016.

- BRASIL. Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educacional**, Brasília, DF, 1996.
- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): Pluralidade cultural e Orientação Sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- _____. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**, Conselho Nacional de Educação, Brasília, DF, 14 jul. 2010.
- CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- _____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- COLLI, Maciel. **Cibercrimes: Limites e perspectivas à investigação policial de crimes cibernéticos**. Curitiba: Juruá, 2010.
- CORRÊA, Gustavo Testa. **Aspectos jurídicos da internet**. São Paulo: Saraiva, 2000.
- DELCIN, Rosemeire C. A metamorfose da sala de aula para o ciberespaço. In: ASSMANN, Hugo (Org.). **Redes digitais e metamorfose do aprender**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL JOSÉ DO VALLE PEREIRA. **Projeto político pedagógico (PPP)**. Florianópolis, 2017.
- FERNANDES, Domingos. A importância das escolas. **Revista A página da educação**, Lisboa, Ed. 185, Série II, 2009.
- FIGUEIREDO, Camila D. S. de. **Adolescentes na sociedade do espetáculo e o Sexting: vulnerabilidade, alertas, desafios, caminhos a seguir**. Curitiba: CRV, 2016.
- FLORIANÓPOLIS. **Diretrizes curriculares para a Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis/SC**. Florianópolis, 2015.
- FOUCAULT, Michel. **Vigir e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- _____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez, 1996.
- GAMBOA, Silvio S. **Pesquisa em educação: Métodos e epistemologias**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2015.

GIRARDELLO, Gilka; CAMPOS, Karin. A produção narrativa das crianças no contexto das mídias. **Revista Comunicação e Educação USP. Ano XVII**, n. 2, 2013.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

KITZINGER, J. Focus groups with users and providers of health care. In: POPE, C.; MAYS, N. (Orgs.). **Qualitative research in health care**. 2. ed. London: BMJ Books, 2000.

LATOURE, Bruno. **Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas**. São Paulo: Editora 34, 2016.

_____. **Jamais Fomos Modernos**. São Paulo: Editora 34, 1994.

_____. **Reagregando o social**. São Paulo: Editora 34, 2012.

LEMOS, André. **A comunicação das coisas: Teoria ator-rede e cibercultura**. São Paulo: Annablume, 2013.

_____. **Cibercultura: Tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

_____. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 2011.

LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo**. Lisboa: Anthropos, 1986.

_____. **A felicidade paradoxal**. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LUCA AVILA, Silvine de; BORGES, Martha Kaschny. Modernidade líquida e infâncias na era digital. **Cadernos de Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão**, v. 22, n. 2, p. 102–114, 2015.

MELO, Sonia M. M. de. **Corpos no espelho: a percepção da corporeidade em professoras**. 1. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

MELO, Sonia M. M. de; POCOVI, R. **Educação e Sexualidade**. Florianópolis: UDESC, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo - Rio de Janeiro: HUCITEC - ABRASCO, 1994.

_____. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

MOLETA, Paulo. **O que é crime?** 2016. Disponível em: <https://paulocwb.jusbrasil.com.br/artigos/206527778/o-que-e-crime>, acesso em maio de 2018.

MONTEIRO, Silvana. O ciberespaço e os mecanismos de busca: novas máquinas semióticas. **Ci. Inf.**, v. 35, n. 1, p. 31–38, 2006.

NUNES, Cesar A.; SILVA, Edna A. **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade.** Campinas: Autores Associados, 2006.

OLIVEIRA, Kaio E. J.; PORTO, Cristiane M. **Educação e Teoria Ator-rede: fluxos heterogêneos e conexões híbridas.** Ilhéus, BA: Editus, 2016.

PINTO, Álvaro V. **O conceito da tecnologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. v. I.

QUADROS, Paulo. **Ciberespaço e mediatização da violência simbólica: Projeto do Grupo de Estudos: Novas Tecnologias, Imaginário e Infâncias.** 2001. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/bc3ed9923322614a819eb9eb62f06e70.pdf>, acesso em julho de 2018.

QUEIROZ E MELO, Maria de Fátima. Discutindo a aprendizagem sob a perspectiva da Teoria Ator-Rede. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 39, p. 177–190, 2011.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina, 2010.

REIS, Valdeci. **Jovens professores conectados: desafios da docência na era digital.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SALGADO, Maria U. **Tecnologias da educação: ensinando e aprendendo com as TIC: guia do cursista.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação à Distância, 2008.

SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação.** São Paulo: Paulus, 2013.

_____. **Cultura e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura.** São Paulo: Paulus, 2010.

_____. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo.** São Paulo: Paulus, 2004.

SANTAELLA, Lúcia; BRAGA, Alexandre. Metamorfoses na cultura digital e na educação. In: **FORMAÇÃO de Educadores na Cultura Digital: a construção coletiva de uma proposta.** 1. ed.: CED/UFSC/NUP, 2017. Disponível em: http://nup.ced.ufsc.br/files/2017/06/PDF_Formacao_

de_Educadores_na_Cultura_Digital_a_construcao_coletiva_de_uma-proposta3.pdf, acesso em junho de 2018.

SANTAELLA, Lúcia; LEMOS, Renata. **Redes sociais digitais**: a cognição conectiva do Twitter. São Paulo: Paulus, 2015.

SANTOMAURO, Beatriz. Violência Virtual. **Revista Nova Escola**, Ed. Abril. Fundação Victor Civita. Ano XXV, n. 233, jun. 2010.

SERRES, Michel. **Polegarzinha**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SIBILIA, Paula. **O homem pós-orgânico**: corpo, subjetividade e tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. **Redes e paredes**: A escola em tempos de dispersão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SOUZA, Maria Ester. **Família/escola**: a importância dessa relação ao desempenho escolar. Santo Antônio da Platina/PR, 2009. Disponível em:
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1764-8.pdf>, acesso em julho de 2018.

TAVARES, Adriano L.; REIS, Rafael R. dos. Crimes de Informática. **Revista Jurídica**, v. 2, p. 28–46, 2015.

VIEIRA, Rui M.; VIEIRA, Celina. **Estratégias de Ensino/Aprendizagem**: O questionamento promotor do pensamento crítico. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

YARED, Y. B. **Do prescrito ao vivido**: a compreensão de docentes sobre o processo de educação sexual em uma experiência de currículo integrado de um curso de Medicina. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e método. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – PLANEJAMENTO DO PROJETO CRIMES VIRTUAIS 2015

Escola Básica Municipal José do Valle Pereira
Professora Auxiliar de Tecnologia Educacional:
Fernanda Beatriz Ferreira de Macedo

SALA INFORMATIZADA

Florianópolis, 15 de março de 2015.

Planejamento: Projeto Crimes Virtuais

Eixo do Trabalho: Abordar os Crimes Virtuais de maneira dialogada, por meio de rodas de conversas e exemplos encontrados na mídia, de forma que os próprios alunos investiguem (na rede mundial de computadores) suas necessidades e curiosidades expostas em sala de aula.

Disciplinas Abrangentes: Português, História, Ciências, Geografia, Matemática, Cidadania, Direitos Humanos, Educação Sexual, Legislação, entre outras que surgirem no decorrer do projeto.

Objetivos:

Geral: Apresentar e discutir os Crimes Virtuais existentes.

Específicos:

- Apresentar conceitos referentes aos hábitos de navegar na rede mundial de computadores como: *internet*, *GPS*, satélite, cyberbullying, crimes de ódio...
- Discutir e apresentar exemplos da mídia sobre os conceitos trabalhados.
- Conhecer os crimes virtuais para que os alunos possam reconhecer e prevenir ao utilizar as redes sociais.

Justificativa:

A *internet* faz parte da vida de todos e principalmente de nossas crianças e adolescentes. Na rede mundial de computadores encontramos de tudo e por vezes nem tudo é conhecimento, atitudes pouco positivas ou criminosas podem fazer parte deste universo que pode ser rico e indispensável ao conhecimento.

Pensando no aumento considerável de crimes que envolvem o uso dos meios eletrônicos e digitais, os chamados Crimes Virtuais e também motivados por um caso de *Sexting* acontecido em nosso meio escolar, decidimos falar sobre este assunto em sala de aula.

Etapas e Conteúdos:

Nossas turmas alvo são os quartos e quintos anos, totalizando seis turmas (40, 41, 42, 50, 51 e 52) com aproximadamente 150 crianças.

O projeto inicia no mês de março e será abordado duas vezes por mês nas aulas, intercalando com o conteúdo que o professor da turma deseja que seja dado o reforço na sala informatizada.

Vamos abordar os seguintes conteúdos:

- História da *Internet*,
- História dos Computadores,
- Reportagem sobre sequestro do menino de SC (tinha fotos com o uniforme nas redes sociais) Ilhota, 2014.
- Crimes de fraudes, roubo de senha, comprar com cartão de crédito de outro.
- O que são Redes Sociais? Quais as principais redes sociais?
- O que é o GPS? Qual primeiro GPS? Que país é dono do GPS que usamos? Porque esse serviço é gratuito afinal?
- Cyberbullying. Casos relatados pelos estudantes.
- Sexting. Reportagem da menina de Veranópolis que se suicidou. (2013)
- Aliciamento de crianças e adolescentes pela *internet*. Casos trazidos pelos alunos, encontros marcados com pessoas que conhecemos pelas redes sociais. Nem tudo é o que parece.
- Privacidade, cuidado com fotos expostas na rede. Vídeo de menina que teve suas fotos colocadas em site de prostituição. (youtube)
- Conceito de Violência Virtual. Revista Nova Escola 2010.
- Roubo de informações, invasão de privacidade. Lei Carolina Dickmann.
- Conceitos: injúria, calúnia e difamação.
- Crimes de ódio nas redes sociais: pelos seguintes motivos: etnia, gênero, grupo social, origem, orientação sexual.

Metodologia:

Durante o ano de 2015 vamos abordar os conteúdos do projeto em duas aulas por mês em cada turma em cada mês. Vamos reservar duas aulas para abordar os conteúdos solicitados pelo professor de sala. Caso o professor de sala não tenha sugestão vamos abordar conteúdos do cotidiano e necessários para o aluno relativos a cidadania e questões atuais como: doenças, vacinas, cenário político, eleições, situações cotidianas relevantes no ano de 2015.

A abordagem será feita através de exposição em sala, um pequeno texto com o conceito ou alguma abordagem é colocado no quadro e dialogamos sobre o tema em uma grande roda. Deste momento de conversa nossa tarefa na sala informatizada é definida que pode ser: aprofundar o texto pesquisando mais na *internet*, buscar casos acontecidos ou consultar conceitos abordados.

As aulas não são padronizadas para cada turma, dependendo a necessidade de cada turma e o interesse, vamos abordar determinado conceito ou assunto. A temática do projeto deve ter um cuidado especial na fala do professor, que conforme necessidade da turma, abordará ou não determinado assunto.

Produto Final:

Exposição e divulgação a todos alunos da escola sobre o que foi aprendido no projeto.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELOS/AS ALUNOS/AS

Questionário – Alunas e alunos que participaram do Projeto “Crimes Virtuais”

Nome: _____ Turma: _____

1) Você **participou** do **Projeto Crimes Virtuais** em 2015, nesta escola?

Sim

Não

2) Você **lembra** de alguns dos exemplos e histórias contadas **nas rodas de conversas**?

Sim

Não

3) Você **participou** das discussões sobre os **Crimes Virtuais** durante as aulas?

Sim

Não

4) Qual ou quais temas foram os **mais marcantes/significativos** do projeto?

Roubo de senhas (cartões, e-mails, por hackers)

Cyberbullying

Sexting (exposição ou compartilhamento de fotos íntimas das pessoas)

Crimes de ódio pelas redes sociais (racismo, origem, gênero, grupo social, orientação sexual)

Outro _____

5) Fora da escola, você **conversou com alguém** sobre o tema do **Projeto Crimes Virtual**?
Com quem?

Não

Sim, com meus pais

Sim, com amigos(as)

Sim, com algum familiar

Sim, com a professora

6) Você **conhece alguém que já praticou** algum dos **crimes virtuais** abordados no projeto?

Não

Sim, cyberbullying

Sim, sexting

Sim, crime de ódio

Sim, _____

7) Você **aceitaria** dar uma **entrevista em grupo** falando como foi participar do **Projeto Crimes Virtuais**?

Sim

Não

8) Você acha importante **falar sobre assuntos da atualidade na escola** (como Crimes Virtuais, por exemplo)?

Sim

Não

Porquê? _____

10): Como vocês gostaria que fosse o projeto, se ele acontecesse novamente? Mudaria alguma coisa?

APÊNDICE C – ROTEIRO QUESTÕES GRUPO FOCAL

Propostas de questões para o Grupo Focal com os alunos

- 1) Identificação: idade, série, turma, como gostaria de ser chamado? Tem celular? Usa computador? Quanto tempo fica conectado? Que redes sociais digitais participam?
- 2) O que vocês lembram-se do projeto que tivemos em 2015 na sala informatizada (Projeto Crimes Virtuais)?
- 3) Qual conteúdo do projeto mais chamou atenção de vocês? Por quê?
- 4) Vocês acham importante falar desse tipo de assunto (crimes virtuais) em sala de aula?
- 5) Chegaram a falar com alguém das aulas que tivemos no projeto? Pais? Família? Amigos de fora da escola? Amigos nas redes?
- 6) Após o projeto você mudou seu comportamento na rede? O que mudou? Em vc e no lidar com o outro nas redes?
- 7) Como vocês gostariam que fosse o projeto, se ele acontecesse novamente? Mudariam alguma coisa?

**ANEXO A – ORIENTAÇÕES PARA OBTENÇÃO DO ASSENTIMENTO
INFORMADO**

ORIENTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO ASSENTIMENTO INFORMADO

O assentimento assinado pela criança/adolescente demonstra sua cooperação na pesquisa. Entretanto ele não substitui a necessidade do consentimento informado livre e esclarecido dos pais ou guardiões.

Assentimento informado para participar da pesquisa:

Nome da criança/adolescente:

1. Introdução - Inicialmente o pesquisador deve:

- a) Apresentar-se para a criança;
- b) Explicar a ela quem ele é, o que faz e o que está pesquisando;
- c) Fazer o convite para que a criança participe da pesquisa, deixando claro que os pais dela já concordaram em participar, mas se não quiser ela não precisa participar;
- d) Dizer que ela pode conversar com alguém antes de escolher participar ou não;

2. Objetivos – Explicar em linguagem clara e da compreensão da criança os propósitos da pesquisa.

3. Escolha dos participantes – As crianças/adolescentes gostam de saber porque foram escolhidas para participar da pesquisa. Isto é importante para dirimir o medo na decisão de participar.

4. Voluntariedade de Participação – Explicar em linguagem amigável que a participação dela é voluntária, ou seja, que é ela quem decide se quer ou não participar da pesquisa. Se caso ela decidir não participar nada mudará no seu tratamento ou na relação dela com os profissionais que a atendem. Que mesmo que ela inicialmente tenha aceitado, ela pode mudar de idéia e desistir, sem nenhum problema.

5. Informação sobre o medicamento – Caso a pesquisa envolva fármacos, explicar qual é o medicamento, para que ele serve, o que está sendo testado e os possíveis desconfortos e efeitos colaterais.

6. Procedimentos – Explicar os procedimentos que serão utilizados e a terminologia médica em linguagem simples, sempre procurando atender a expectativa da criança/adolescente.

7. Riscos – Explicar **todos** os riscos em linguagem compreensível para a criança, bem como as ações adotadas para minimizá-los ou corrigi-los.

8. Desconfortos – Explicar de forma simples e clara qualquer desconforto, dor ou doença (até mesmo possibilidade de perder a escola).

Neste momento é importante conferir se a criança entendeu os riscos e desconfortos da pesquisa.

9. Benefícios – Descrever todos os benefícios que serão gerados com a pesquisa, mesmo que não sejam benefícios diretos a elas.

10. Incentivos – A Organização Mundial de Saúde não recomenda dar incentivos além dos reembolsos para as despesas de viagem e de tempo perdido. Qualquer presente dado à criança deverá ser pequeno o bastante para que não ser um incentivo ou argumento para participarem.

11. Confidencialidade – Outras pessoas poderão saber que você está participando de uma pesquisa? Não. As informações sobre você serão coletadas na pesquisa e ninguém, exceto os investigadores poderão ter acesso a elas. Não falaremos que você está na pesquisa com mais ninguém e seu nome não irá aparecer em nenhum lugar.

12. Divulgação dos resultados - Depois que a pesquisa acabar, os resultados serão informados para você e seus pais, também poderá ser publicada em uma revista, ou livro, ou conferência, etc.

13. Direito de recusa ou retirada do assentimento informado - Reforçar para a criança que a participação dela é voluntária. Ex. Ninguém ficará bravo ou desapontado com você se você disser não. A escolha é sua. Você pode pensar nisto e falar depois se você quiser. Você pode dizer sim agora e mudar de idéia depois e tudo continuará bem.

14. Contato – Listar o nome do pesquisador ou de pessoas as quais a criança poderá entrar em contato facilmente (pode ser inclusive seus professores, amigos, tios) caso queira conversar sobre a pesquisa.

15. Certificado do Assentimento

Eu entendi que a pesquisa é sobre(*descrever resumidamente objetivos e procedimentos a serem realizados*).....

Assinatura da criança/adolescente:

Assinatura dos pais/responsáveis:

Assinatura do pesquisador:

Data:/...../.....

Protocolo baseado em modelo da OMS, disponível em: <http://www.who.int/ethics/research/en/index.html>

ANEXO B – TERMO DE ASSENTIMENTO



UDESC
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE
SANTA CATARINA



Comitê de Ética em Pesquisa
Envolvendo Seres Humanos

Termo de Assentimento

Eu;(NOME DO ALUNO OU ALUNA),_____

aceitamos participar da pesquisa intitulada: **“A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS E ALUNAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO PROJETO “CRIMES VIRTUAIS”: UM ESTUDO DE CASO”** sob orientação da professora Dra. Martha Kaschny Borges vinculada ao Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O trabalho tem como objetivo: **Investigar as percepções dos alunos e alunas participantes do projeto escolar “crimes virtuais”, como usuários das redes sociais digitais.**

Declaro que a pesquisadora Professora **Fernanda Beatriz Ferreira de Macedo** me explicou todas as questões sobre o estudo que vai acontecer uma entrevista coletiva com alunos selecionados por sorteio.

Compreendi que não sou obrigado (a) a participar da pesquisa, eu decido se quero participar ou não.

A pesquisadora me explicou também que o meu nome não aparecerá na pesquisa.

Dessa forma, concordo livremente em participar do estudo, sabendo que posso desistir a qualquer momento, se assim desejar.

Assinatura da criança/adolescente:_____

Assinatura da criança/adolescente:_____

Ass. Pesquisador:_____

Dia/mês/ano:_____

ANEXO C – CONSENTIMENTO PARA FOTOGRAFIAS, VÍDEOS E GRAVAÇÕES



UDESC
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE
SANTA CATARINA



Comitê de Ética em Pesquisa
Envolvendo Seres Humanos

GABINETE DO REITOR

CONSENTIMENTO PARA FOTOGRAFIAS, VÍDEOS E GRAVAÇÕES

Permito que sejam realizadas fotografia, filmagem ou gravação de meu filho/dependente para fins da pesquisa científica intitulada **A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS E ALUNAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO PROJETO “CRIMES VIRTUAIS”**: UM ESTUDO DE CASO e concordo que o material e informações obtidas relacionadas ao meu filho/dependente possam ser publicados eventos científicos ou publicações científicas. Porém, o meu filho/dependente não devem ser identificado por nome ou rosto em qualquer uma das vias de publicação ou uso, e que as fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade e guarda do grupo de pesquisadores do estudo.

_____, ____ de _____ de _____
Local e Data

Nome do Responsável pelo Sujeito Pesquisado

Assinatura do Responsável pelo Sujeito Pesquisado

Sujeito Pesquisado

**ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO (PAIS
E/OU RESPONSÁVEIS)**



UDESC
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE
SANTA CATARINA



Comitê de Ética em Pesquisa
Envolvendo Seres Humanos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) seu(ua) filho(a)/dependente _____ está sendo convidado a participar de uma pesquisa de mestrado intitulada **A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS E ALUNAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO PROJETO “CRIMES VIRTUAIS”: UM ESTUDO DE CASO** que fará uma **entrevista coletiva** tendo como objetivo: investigar as percepções dos alunos e alunas participantes do projeto escolar “crimes virtuais”, como usuários das redes sociais digitais.

A entrevista coletiva vai acontecer no dia 20 de novembro (segunda-feira) no horário das aulas sem prejuízo do conteúdo. Os riscos destes procedimentos serão mínimos, teremos o cuidado devido de não expor em nenhum momento e hipótese os alunos e alunas. A identidade do(a) seu(ua) filho(a)/dependente será preservada, pois cada indivíduo será identificado por um nome fictício escolhido por ele/ela. Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão de análise e reflexão do conteúdo abordado no projeto que será pesquisado. As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão os pesquisadores do Grupo Educação e Cibercultura da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC e a Mestranda Fernanda Beatriz Ferreira de Macedo – Professora da Sala Informatizada da EBM José do Valle Pereira.

O(a) senhor(a) poderá retirar o(a) seu(ua) filho(a)/dependente do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para o uso dos dados do(a) seu(ua) filho(a)/dependente para a produção de artigos técnicos e científicos. A privacidade do(a) seu(ua) filho(a)/dependente será mantida através da não-identificação do nome.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

NOME DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL PARA CONTATO: Fernanda Beatriz Ferreira de Macedo

NÚMERO DO TELEFONE: 48-999773296

ENDEREÇO: Rua Santos Saraiva, 711 Apto 1207 – Estreito – Fpolis/SC

ASSINATURA DO PESQUISADOR:

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – CEPESH/UDESC

Av. Madre Benvenuta, 2007 – Itacorubi – Florianópolis – SC - 88035-901

Fone: (48) 3664-8084 / (48) 3664-7881 - E-mail: cepsh.reitoria@udesc.br / cepsh.udesc@gmail.com

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a respeito do meu(minha) filho(a)/dependente serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em meu(minha) filho(a)/dependente, e que fui informado que posso retirar meu(minha) filho(a)/dependente do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso _____

Assinatura _____ Local: _____ Data: ____/____/____.

ANEXO E – OFÍCIO ENCAMINHAMENTOS DE PESQUISA GEC/PMF



OFÍCIO GEC 87 /2017

Florinópolis, 18/10/2017

Ilmo. Diretor (a)
Leília do Amarante Silveira Sens
EB José do Valle Pereira

ENCAMINHAMENTO: PESQUISA DE MESTRADO

A Gerência de Educação Continuada, em consonância com a Portaria Municipal n.º 116/2012, encaminha o (a) pesquisador (a) **Fernanda Beatriz Ferreira de Macedo**, do **PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação**, da **UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina**, com o objetivo de obter autorização para a realização da pesquisa de Mestrado intitulada: **A percepção dos alunos e alunas sobre a participação no projeto "crimes virtuais": um estudo de caso na EB José do Valle Pereira**, com previsão de desenvolvimento no período de: **2017/2018**.

Caso a Unidade Educativa seja favorável à pesquisa, informamos que os seguintes procedimentos são imprescindíveis:

1. O pesquisador deve disponibilizar, na entrevista, carta de apresentação do professor orientador e projeto de pesquisa.
2. O desenvolvimento do projeto acontecerá com o conhecimento e a anuência dos profissionais da respectiva Unidade Educativa.
3. Toda e qualquer intervenção realizada pelo pesquisador deverá ser previamente discutida com os profissionais da referida Unidade Educativa.
4. Os registros, documentários, fotos, ilustrações e outros, quando envolverem aluno/criança ou pessoas da comunidade educativa, deverão ser precedidos de autorização por escrito, de pessoa capaz, com a intervenção do diretor da Unidade Educativa.
5. Em caso de necessidade de obtenção de dados já sistematizados pela SME (Central) ou Unidade Educativa, o pesquisador deverá solicitar com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.
6. Dados, informações, referências ou depoimentos sobre a Secretaria Municipal de Educação

deverão ser referenciados, conforme as normas da ABNT.

7. Fica firmado o compromisso de retorno dos resultados à Unidade Educativa onde se desenvolveu a pesquisa e à Secretaria Municipal de Educação por meio de socialização dos dados em seminários, fóruns de debate, cursos de extensão, a critério do pesquisador, em acordo com a direção da Unidade Educativa ou SME (Central).

Agradecemos antecipadamente a sua parceria nesse processo de investigação, certos de que esta experiência será extremamente significativa, contribuindo com reflexões, proposições e indicadores que visem à qualidade da ação educativa da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

Atenciosamente,

Deisi Cord - Assessora
Gerência de Educação Continuada

Assinatura do Pesquisador: _____

✂-----



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO ESCOLAR
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA - GEC

AUTORIZAÇÃO 87/2017

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA DE MESTRADO

Eu, **Leília do Amarante Silveira Sens**, Diretor (a) da Unidade Educativa **EB José do Valle Pereira**, autorizo a realização da Pesquisa de Mestrado intitulada **A percepção dos alunos e alunas sobre a participação no projeto "crimes virtuais": um estudo de caso**, pleiteada pelo (a) pesquisador (a) **Fernanda Beatriz Ferreira de Macedo**, do PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação, da **UDES C - Universidade do Estado de Santa Catarina**, no período 2017/2018.

Assinatura e carimbo do (a) Diretor (a): _____

Data: ____/____/____.

OBS É imprescindível a devolução desta autorização, via email, para a Gerência de Educação Continuada.